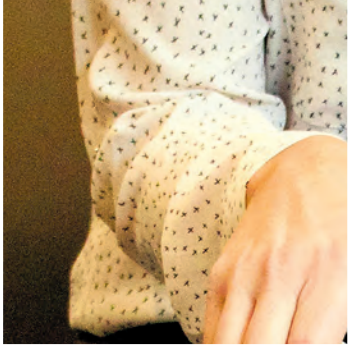


Quem

 Quem é Quem

é



Quem



?



Advocacia de Negócios em Portugal 2022-2023

Pós-Graduações em Direito

Ensino presencial, online
ou combinado



CATÓLICA
FACULDADE
DE DIREITO

ESCOLA DO PORTO

Pós-Graduações:

- › Direito Administrativo
- › Direito Aduaneiro Internacional
- › Direito da Moda – Fashion Law
- › Direito da Saúde
- › Direito das Sociedades Comerciais
- › Direito do Trabalho e da Segurança Social
- › Direito dos Valores Mobiliários e Direito Bancário
- › Direito e Tecnologia
- › Direito Imobiliário
- › Direito Intelectual
- › Interdisciplinar em Direitos Humanos
- › Negociação, Mediação e Resolução de Conflitos
- › Organização e Gestão no Futebol Profissional

Conheça também:

- › Licenciatura em Direito
- › Dupla Licenciatura em Direito e em Gestão
- › Mestrado em Direito
- › Mestrado em Direito e Gestão
- › Doutoramento em Direito

Saiba mais
fd.porto.ucp.pt



Propriedade

Media9Par, S.A

Diretor

Filipe Alves

SubdiretoresAndré Cabrita Mendes,
Lígia Simões e Nuno Vinha**Diretor de arte**

Mário Malhão

Coordenação

Mariana Bandeira

RedaçãoAlmerinda Romeira, Inês Amado,
Maria Teixeira Alves, Bárbara
Barbosa, José Carlos Lourinho,
Rodolfo Reis, Rita Atalaia, João
Barros, João Santos Costa**Área Comercial**Cláudia Sousa (Diretora),
Alexandra Berger, Ana Catarino,
Carolina Alcoforado,
Cristina Marques, Elsa Soares
e Isabel Silva**Fotografia**Cristina Bernardo, Lusa, Reuters
e Unsplash**Design e Paginação**

Rute Marcelino (coordenadora)

Impressão

Finepaper

Revista distribuída
com **O Jornal Económico** nº 2173
de 25 de novembro de 2022**Sede e Redação**Edifício Tecnologia, 4.1, 71 a 74,
2740-122 Porto Salvo.
Tel. 217 655 300

Desafios e oportunidades para o sector em 2023



Filipe Alves
Diretor d'O Jornal Económico

O ano de 2023 vem acompanhado de muita incerteza em relação à conjuntura macroeconómica. A continuação da guerra na Ucrânia, a crise energética, a escalada da inflação e a correspondente subida das taxas de juro estão a conduzir a Europa a uma recessão e Portugal não deixará de sofrer com as consequências. Muitas famílias e empresas terão um ano difícil, com um previsível aumento das insolvências e do desemprego. Para as sociedades de advogados nacionais, esta conjuntura representa desafios e oportunidades. Por um lado, algumas operações de fusões e aquisições ou grandes investimentos poderão ficar em stand by, enquanto os investidores aguardam que a névoa se dissipe. Por outro, o eventual aumento das insolvências e reestruturações de empresas significam mais trabalho nessas áreas de prática, bem como em outras, como laboral. Por outro lado, apesar do contexto macroeconómico incerto, nas fusões e aquisições deverá haver algumas áreas mais dinâmicas, nomeadamente as que estão relacionadas com sectores que já em 2022 revelaram grande atividade, como Energia, Imobiliário e Tecnologia.

Os desafios gerados pela conjuntura macroeconómica acrescem a outros que o sector como um todo já enfrentava antes, nomeadamente a transição digital, a necessidade de manter e reter talento e a aposta na diversidade e na inclusão, entre outros. Acrescem também a outros que dizem respeito à própria natureza da atividade, como os que dizem respeito à criação de sociedades multidisciplinares, que vão passar a integrar sócios que não são advogados, ou o tema do regime de transparência fiscal aplicada às sociedades de advogados. São questões que deverão conhecer desenvolvimentos em 2023 e que terão um impacto significativo no sector.

Estes e outros temas são analisados nesta edição do “Quem é Quem”. Agradecemos a todos os parceiros e anunciantes que contribuíram para esta edição, bem como a todos os líderes do sector que gentilmente partilham connosco a sua perspetiva para 2023.



P5

- 05 Análise**
Como é que as sociedades de advogados estão a responder ao impacto da incerteza provocada pela guerra na Ucrânia e pela subida da inflação



P8

- 08 Entrevista**
Presidente da Associação de Sociedades de Advogados de Portugal, José Luís Moreira da Silva, refere que o Governo ainda não percebeu que os escritórios se tornaram empresas e revela que os pacotes de apoio à digitalização estão a ser negociados



P12

- 12 Análise**
Saiba quais são os escritórios mais ativos em M&A e private equity até outubro de 2022

- 16 Perfil**
Quatro jovens advogados que são promessas nas suas áreas do Direito

- 21 Análise**
O que se espera de cada área de prática em 2023



P36

- 36 Fórum**
Os líderes das principais sociedades do mercado português escrevem sobre as suas expectativas para o próximo ano

- 54 Diretório**
Para reter, a informação essencial e os contactos das principais sociedades de advogados em Portugal



Por Filipe Alves

Análise

2023: O ano em que a única certeza será a incerteza

Sociedades de advogados nacionais otimismo moderado face ao próximo ano. Insolvências e Reestruturações, Energia e Infraestruturas estarão entre as áreas mais dinâmicas, num ano marcado pela incerteza e por uma possível recessão à escala europeia. Sociedades multidisciplinares serão outro tema forte de 2023.

O ano de 2023 será previsivelmente imprevisível. Esta parece ser a única certeza em relação ao próximo ano, com o conflito na Ucrânia ainda sem fim à vista, a escalada da inflação e a subida das taxas de juro, que deverão colocar dificuldades aos estados, às empresas e às famílias. Para as sociedades de advogados portuguesas, esta conjuntura traz inúmeros desafios, mas também algumas oportunidades, uma vez que algumas áreas de prática – como reestruturações e insolvências - deverão registar um acréscimo de atividade. Por outro lado, a criação de sociedades multidisciplinares e clarificação da forma como se irão relacionar os sócios que são advogados e os que

não o são – deverá ser um dos temas fortes no sector em 2023.

“Tenho recordado com frequência crescente duas expressões, uma, consagrada e interessante, que a academia anglo-saxónica vem adotando para caracterizar o contexto em que vivemos nas últimas décadas: VUCA (Volatile, Uncertain, Complex and Ambiguous), e outra, cunhada por Jamais Cascio, ainda mais perturbadora: BANI (Brittle, Anxious, Nonlinear, and Incomprehensible). Diria que estamos algures entre VUCA e BANI”, diz ao Jornal Económico a managing partner da Abreu Advogados, Inês Sequeira Mendes.

“O próximo ano, à semelhança dos últimos três, deverá ser mais um de forte im-

previsibilidade com reflexos diretos na vida das pessoas e dos mercados. A evolução da guerra na Ucrânia, o valor da subida da inflação, a dimensão da crise energética e do aumento do custo de vida serão alguns dos fatores mais relevantes para podermos analisar a forma como pessoas, empresas e mercados se irão comportar. Quaisquer previsões estarão sempre condicionadas por estas incertezas e serão passíveis de revisão à medida das respetivas evoluções”, acrescentou Inês Sequeira Mendes, notando que “2023 será seguramente desafiante, do ponto de vista das empresas mas também dos cidadãos” e que, com a recessão à porta em vários países europeus, o próximo ano não será ainda um ano de retoma da

dinâmica económica que se registava no período pré-pandemia.

Por sua vez, a Vieira de Almeida & Associados olha com “preocupação” a volatilidade da atual situação económica e geopolítica. Em todo o caso, segundo fonte oficial do escritório liderado por Paula Gomes Freire, “a perspetiva para o ano de 2023 é a de que alguns setores se mantenham bastante dinâmicos, com muita atividade e a requerer envolvimento significativo de assessoria, pelo que estimamos níveis de ocupação elevados”.

O managing partner da Miranda, Diogo Xavier da Cunha, considera que no mercado português a expectativa é de “uma certa continuidade no crescimento da atividade, apesar da incerteza associada à evolução da guerra na Europa, ao crescimento da inflação e às perspetivas de crise económica e social”.

Diogo Xavier da Cunha destaca ainda outros aspetos relacionados com a própria classe dos advogados, que são “transversais a toda a profissão que esperava terem sido clarificados em 2022, mas que lamentavelmente continuam sem resposta cabal do legislador”. Em causa estão o futuro da Caixa de Previdência, o regime da transparência fiscal aplicável às sociedades de advogados, a problemática das sociedades multidisciplinares e o relacionamento entre as sociedades de advogados e os advogados não sócios que as integram.

“O que se espera é que haja capacidade para encontrar soluções construtivas e equilibradas e não assentes na demagogia e ideologia que infelizmente poluem uma discussão séria e informada”, frisou o líder da Miranda.

SEGUNDA VAGA DO PRR PODE TRAZER OPORTUNIDADES

Inês Sequeira Mendes considera que, apesar dos desafios, há alguns factores que poderão fazer a diferença no próximo ano, a começar pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cuja execução tem estado atrasada em relação ao calendário inicialmente fixado. “Apesar de ter



tido um início algo periclitante, poderá ter desenvolvimentos importantes ao longo de 2023, e em conjunto com o Portugal 2030, ser um motor de crescimento e de desenvolvimento para a nossa economia”, defende a managing partner da Abreu.

“É hoje claro que não bastará crescer: é necessário que esse crescimento tenha presente a centralidade que a sustentabilidade e as transições gêmeas energética e digital assumem, e assumirão cada vez mais, em praticamente todas as dimensões da economia”, acrescentou.

Outro factor que poderá contribuir de forma positiva será a eventual descida da inflação ao longo do próximo ano, que o Governo prevê no Orçamento do Estado para 2023. “É expectável que possa haver melhores condições de investimento e financiamento para empresas e cidadãos e que isso se reflita positivamente no comportamento da economia nacional”, salienta.

INSOLVÊNCIAS DEVERÃO AUMENTAR 20% EM 2023 E ÁREA DE ENERGIA VAI CONTINUAR COM MUITA ATIVIDADE

Por outro lado, a conjuntura económica desafiante trará maior atividade para áreas de prática como Reestruturações e Insolvên-

cias, nota a líder da Abreu Advogados. “A volatilidade e não-linearidade do contexto internacional são propícias ao aumento da atividade em algumas áreas, não só em Portugal, mas a nível europeu, das quais destaco duas: Reestruturações e Insolvência e Energia”, diz. O aumento da primeira dever-se-á à pressão inflacionista, sustenta a advogada, notando que os custos de funcionamento das empresas têm aumentado muito nos últimos meses, devido à subida dos preços da energia e das matérias primas, juntamente com as dificuldades nas cadeias logísticas, acrescenta.

“Todos estes fatores têm colocado uma pressão adicional sobre as empresas que poderá materializar-se num aumento relevante do número de insolvências: de acordo com a Allianz Trade subirão cerca de 20% em Portugal no próximo ano”, antecipa Inês Sequeira Mendes. A managing partner da Abreu Advogados considera que a área da Energia terá também grande dinamismo no próximo ano, na sequência da aposta “consistente” que vem sendo feita por Portugal na área das renováveis e que, à luz da atual crise energética, se revelou “acertada”.

Uma perspetiva que é partilhada pelo managing partner da Sérvulo, Manuel Magalhães. Em situações de crise ou



abrandamento económico acentuado é costume assistir a um aumento da procura de serviços jurídicos relacionados com as áreas de reestruturação e insolvência, mas, também, do contencioso em geral”, notou o advogado.

“Por outro lado, considerando que o atual contexto económico é, também, marcado por uma crise energética e atento o objetivo cada vez mais vincado de evoluirmos para um quadro de neutralidade carbónica é provável que se mantenha e mesmo se intensifique a atividade jurídica relacionada com o setor das energias renováveis e infraestruturas”, acrescentou.

Miguel Torres, managing partner da Telles, considera que “tradicionalmente, em períodos de crise económica e financeira, há um maior crescimento nos serviços destinados às reestruturações de empresas a vários níveis, nomeadamente na redução de custos, nos financiamentos, na gestão e também na sucessão nas empresas familiares”. As áreas de laboral, contencioso, insolvências e fiscal serão também de grande atividade, considera o líder da Telles, notando também que a sociedade espera “aumentar a prestação de serviços nas áreas das energias verdes, ESG, sustentabilidade, economia circular, digital e cibersegurança e contratação pública”.



Inês Sequeira Mendes
Managing partner
da Abreu



Miguel Torres
Managing partner
da Telles



Paula Gomes Freire
Managing partner
da Vieira de Almeida & Associados



Manuel Magalhães
Managing
partner da Sérvulo

LIQUIDEZ ACUMULADA DEVERÁ POTENCIAR ALGUMAS OPERAÇÕES DE M&A

Apesar da subida das taxas de juro e das maiores dificuldades de financiamento, a área de Fusões e Aquisições (M&A) deverá conhecer algum dinamismo com operações em alguns sectores específicos, consideram os responsáveis do setor ouvidos pelo *Journal Económico*.

“A atividade dos nossos clientes irá seguramente manter-se focada em investimentos estratégicos e de oportunidade em

Análise

M&A e Private Equity, impulsionado pela liquidez existente, com especial destaque para os setores de Imobiliário, Energia e TMT”, afirma fonte oficial da Vieira de Almeida.

Por sua vez, Manuel Magalhães considera que a atual carteira de operações em curso da Sérvulo permitem esperar que nos primeiros meses do próximo ano os efeitos adversos da conjuntura macroeconómica não se façam sentir de modo abruuto na atividade da sociedade. “O balanço final vai depender do modo como a economia evoluir e das perspetivas que existam quanto à duração e aos efeitos da crise”, defende.

Inês Sequeira Mendes, por seu turno, considera que a conjuntura mais difícil do ponto de vista macroeconómico terá “consequências diretas” no comportamento das empresas e o mercado de M&A e Private Equity deverá sofrer esse impacto.

“São naturais cautelas adicionais por parte dos investidores antes de avançarem para transações inicialmente planeadas. Esta circunstância, que é perfeitamente compreensível à luz da imprevisibilidade reinante, poderá originar algum abrandamento no número e valor das operações”, acrescenta Inês Sequeira Mendes.

No entanto, a líder da Abreu considera que neste momento existe um “otimismo generalizado” no setor da advocacia de negócios em relação ao comportamento destes. Mercados no próximo ano, prevenido-se “forte dinamismo” em áreas como a Tecnologia, onde tiveram lugar várias grandes operações este ano.

Miguel Torres nota igualmente que existe “muita liquidez” no mercado e que isso deverá permitir que as áreas de M&A e Private Equity permaneçam dinâmicas no próximo ano, embora em alguns sectores escasseiem os ativos disponíveis para essas operações. “Há muita liquidez no mercado e a dificuldade tem sido encontrar os alvos para os investimentos em perspetiva. Não tivemos nenhum sinal de abrandamento e contamos que se mantenha este desempenho no próximo ano”, concluiu o managing partner da Telles.

José Luís Moreira da Silva, Presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal

“O Governo ainda não percebeu bem que há sociedades que são empresas”

José Luís Moreira da Silva volta a alertar para o regime de transparência fiscal, que não teve alterações no Orçamento do Estado para 2023, e avança que os pacotes de apoio tecnológico aos escritórios de pequena e média dimensão estão a ser negociados.

O presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal, José Luís Moreira da Silva, lamenta que o Orçamento do Estado para 2023 não tenha apresentado alterações à carga fiscal dos escritórios e antevê que o próximo ano volte a ser marcado por fusões no mercado. Em entrevista ao *Jornal Económico*, revela ainda que os pacotes de apoio à digitalização e formação estão a ser ultimados.

Depois da pandemia, a faturação das sociedades de advogados cresceu, mas entretanto eclodiu uma guerra. Qual será o impacto de todo este contexto no volume de negócios dos escritórios este ano? E em 2023?

Acho que há perspetivas positivas para as sociedades de advogados. Um défice muito grande que Portugal tinha era a mentalidade de só recorrer a advogados quando as coisas corriam mal e lá íamos todos para tribunal tentar resolver o problema. Isso evoluiu muito. Hoje, cada vez mais se aposta na prevenção do conflito e faz intervir os advogados numa fase mais cedo, senão mesmo no início ou até antes do início, aconselhando logo o cliente na estruturação do negócio para evitar litígios e outras situações menos boas para o crescimento das empresas.

“

Estou convencido de que haverá mais fusões no próximo ano. Se pensarmos no mercado dos países de língua portuguesa é um movimento que ainda permite um crescimento maior”

Estima-se que 2023, um ano ainda incerto, que se mantenha o que foi o ano de 2022. Tem havido uma grande discussão sobre isso. Nos últimos anos, e não foi só com a pandemia, já se discutiam essas matérias. Por exemplo, as instalações e o regime híbrido de trabalho levaram a que a pressão sobre o crescimento dos escritórios fosse menor. As novas tecnologias, apesar do grande investimento, também permitem poupanças grandes e corte de custos. Depois, as novas ferramentas das empresas que foram trazidas para a gestão das sociedades de advogados. Tudo junto permite maior racionalidade. Nos últimos cinco anos, verifica-se uma clara tendência de agregação de sociedades de advogados – tivemos um recente movimento desses [Cuatrecasas e Serra Lopes] – e com isso nós perdemos alguns associados, mas crescem as sociedades associadas que temos. Por outro lado, há algumas cidades novas que se têm vindo a constituir e que se juntam.

Há de facto sociedades a nascer em Portugal?

Há. Há colegas novos que têm criado sociedades de advogados, de vez em quando com estas junções. Há sempre alguns colegas que não se sentem representados na nova estrutura e que criam uma so-



cidade nova. Recentemente, fizemos o terceiro grande inquérito às sociedades de advogados - em mandatos anteriores tinham sido feitos dois, por isso foi o terceiro em 20 anos – e nota-se a diferença entre o anterior, de 2013. O número de advogados, o volume de faturação e as próprias estruturas das sociedades aumentaram exponencialmente. Essa é talvez a uma das grandes questões que temos hoje em cima da mesa junto da OA, mas especialmente do Governo: explicar esta alteração das sociedades face ao que eram.

O Governo ainda não percebeu que as sociedades são empresas?

Ainda não percebeu bem. É algo que demora sempre um bocadinho a perceber, principalmente quando lidamos com uma área do Governo muito conservadora, a fiscal.

Mais um Orçamento do Estado sem alterações...

Sim, mais um Orçamento e não aconteceu aquilo que andamos a pedir há quatro anos ou mais, quando se apresentou uma proposta estruturada ao Governo, antes de eu tomar posse, com o apoio da OA. O fundamental é perceber-se que as sociedades evoluíram muito desde 1979. Algumas delas, não todas, enveredaram por um caminho empresarial. Já não são meramente sociedades de repartição de custos e de receitas porque as necessidades dos clientes, vez mais sofisticados, fazem-nas evoluir. A estrutura de custos também é muito diferente, com os seus business services (serviços de TI, Inteligência Artificial, business development, marketing, recursos humanos e formação).

Mas acredita que o regime fiscal vai mudar em breve?

Tenho esperança de que aconteça muito em breve. Infelizmente, talvez não da melhor forma. Ou seja, o Governo tem cismado nos últimos anos em ligar duas





Após agregações de sociedades há alguns advogados que não se sentem representados na nova estrutura e que criam uma sociedade”

coisas que não estão forçosamente ligadas, com o intuito político de regimentar atrás de si algum apoio na constituição das sociedades multiprofissionais, que é uma exigência da União Europeia, já existe noutras jurisdições, desde em Espanha e França, e agora com maioria absoluta quase certeza que vai acontecer. O Governo tem dito que quando houver sociedades multiprofissionais a questão do regime fiscal fica automaticamente resolvida. Essa é a dúvida. Há duas semanas tivemos essa discussão no 11º encontro da ASAP no Centro Cultural de Belém, onde ouvimos duas deputadas, uma do PS e outra do PSD, e um fiscalista. A questão foi colocada com alguns receios, porque não havia necessidade de fazer isto desta forma. Acho que as sociedades de advogados por si só mereciam o cumprimento daquilo que é o que está nos Estatutos da OA. É tudo um pouco estranho, porque o estatuto é aprovado por uma lei da Assembleia da República, a lei da Assembleia da República diz que o regime fiscal das sociedades é o regime comercial, o Código do IRC, mas depois o Código do IRC remete-nos para o Código do IRS. Há aqui incompatibilidades que deviam há muito tempo ter sido resolvidos. Devo sempre dizer isto: há muitas associadas nossas com menor dimensão cujo regime

atual ainda é benéfico, por isso é que sempre defendemos uma opção pelo regime do IRC e não uma obrigatoriedade.

Referiu os movimentos de concentração nas sociedades. Teremos mais um ano de fusões?

Estou convencido de que sim. As maiores sociedades de advogados estão a rondar os 300 advogados mais os colaboradores. Se pensarmos que temos um mercado potencial que está cada vez a investir mais – e se o regime fiscal o permitisse, ainda se investia mais e criava-se mais postos de trabalho –, o dos países de língua portuguesa é um movimento que ainda permite um crescimento maior. As sociedades de advogados têm uma exigência de investimento que não é suportável por uma de média dimensão. Todas as grandes empresas nossas clientes têm sistemas de cibersegurança que custam às vezes centenas de milhares de euros e novos softwares e pedem às sociedades de advogados para acompanhar. É um investimento grande mesmo a nível de formação.

No ano passado, disse que a ASAP estava a ponderar comprar ou desenvolver software para ajudar as sociedades com menor poder de compra. Como está esse plano?

Temos estado a falar com vários prestadores de serviços para ter um pacote que seja acessível a sociedades médias ou pequenas. Ou seja, permitindo que estas novas tecnologias não sejam apenas acessíveis às maiores. São softwares muito específicos, desenvolvidos por entidades diferentes, alguns dos quais estão numa fase de adaptação à língua portuguesa e ainda requerem investimentos muito grandes, mas chegaremos a uma fase em que é possível democratizar esse acesso, pelo menos, o básico, e permitir um avanço às sociedades de advogados portuguesas. Ainda estamos a estruturar esses pacotes [de tecnologia] e os pacotes de formação à medida. Temos isso tudo para lançar no próximo mandato.

Garrigues, Morais Leitão e PLMJ ganham no M&A até outubro

As três sociedades de advogados foram as mais ativas nas assessorias jurídicas a fusões e aquisições, private equity, capital de risco e compra de ativos nos primeiros dez meses de 2022, segundo o mais recente ranking do TTR, publicado em novembro.

A pesar da esperança trazida pelas vacinas, 2021 ficou ainda marcado pela pandemia e pelas condicionantes que esta criou na vida diária das populações.

As fusões e aquisições (M&A - Mergers and Acquisitions) em Portugal arrefeceram ao longo deste ano, mas ainda assim contabilizaram-se mais de 300 negócios a rondar o valor total de dez mil milhões de euros. O mercado transaccional português registou, entre janeiro e outubro de 2022, 371 operações e 9,7 mil milhões de euros, de acordo com a análise do Transactional Track Record (TTR) e do Intralinks. Os números representam uma queda de 21% em número de transações e uma diminuição de 43% no capital mobilizado pelas mesmas, em comparação com o acumulado destes dez meses em 2021. Segundo a TTR, só 47% dos negócios tiveram os valores revelados publicamente.

O advogado Marcos Sousa Monteiro, sócio da Linklaters Portugal, revela ao Jornal Económico (JE) que a sua sociedade está a desenvolver “iniciativas de inovação e eficiência de metodologia de trabalho como fatores úteis na gestão de qualquer variação no volume de transações esperado em 2023” e antevê que os produtos associados aos critérios ESG (Environmental, Social e corporate Governance) e à transição energética são uma oportunidade, pois estão a “expan-

dir-se e a atingir uma maturidade a nível internacional que ainda não encontramos do mesmo modo em Portugal”.

Para Miguel Stokes, sócio da Uría Menéndez – Proença de Carvalho, a palavra-chave continua a ser incerteza. “Ainda é incerto qual o volume de M&A que se vai verificar em 2023. Continuarão em todo o caso a existir operações, designadamente em sectores como energia, infraestruturas, tecnologia ou telecomunicações, nas quais queremos naturalmente estar. Confirmando-se um abrandamento, prevemos que o mesmo seja colmatado com o aumento do volume em outras áreas que tradicionalmente ressurgem em situações de maior volatilidade de mercado, como sejam as reestruturações”, estima o advogado de M&A e Mercado de Capitais.

NEGÓCIO NO SECTOR TECNOLÓGICO DESTACOU-SE NO DÉCIMO MÊS

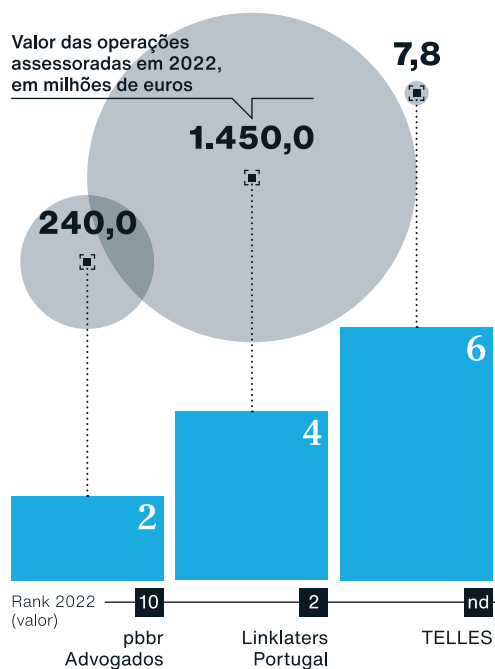
De facto, a transação em destaque em outubro, para os especialistas do TTR, foi no segmento da tecnologia, mais precisamente a conclusão da compra da Maxive – Cybersecurity pelo grupo Thales, por cerca de 120 milhões de euros. Em causa está um negócio que remonta a 17 de maio, na qual a Sonaecom – através da sua subsidiária Bright Pixel (ex-Sonae IM) – e os restantes acionistas venderam a totalidade do capital social da empresa

de cibersegurança à Thales Europe.

O impacto da operação – que contou com a assessoria jurídica da Uría e da PLMJ – nos resultados consolidados da Sonaecom é de 64,8 milhões de euros. “Com esta transação, a Bright Pixel Capital prossegue a estratégia de gestão ativa do seu portefólio de empresas de base tecnológica, com o objetivo de consolidar a sua posição de investidor de referência a nível internacional, reforçando ao mesmo tempo o trajeto de crescimento e afirmação da Maxive e suas subsidiárias S21sec e Excellium no mercado, o que representa uma clara oportunidade para estas e para as suas pessoas”, defendeu a Sonaecom aquando do anúncio.

RANKING GARRIGUES E PLMJ LIDERAM TRANSAÇÕES

O mercado transaccional português registou, entre janeiro e outubro de 2022, 371 operações de fusões e aquisições no valor agregado de, pelo menos, 9,7 mil milhões de euros. O ranking de assessorias jurídicas é liderado pela Garrigues Portugal, em número (25) e pela PLMJ em valor (2,3 mil milhões de euros).



Fonte: Transactional Track Record (TTR) - Iberian Market October 2022

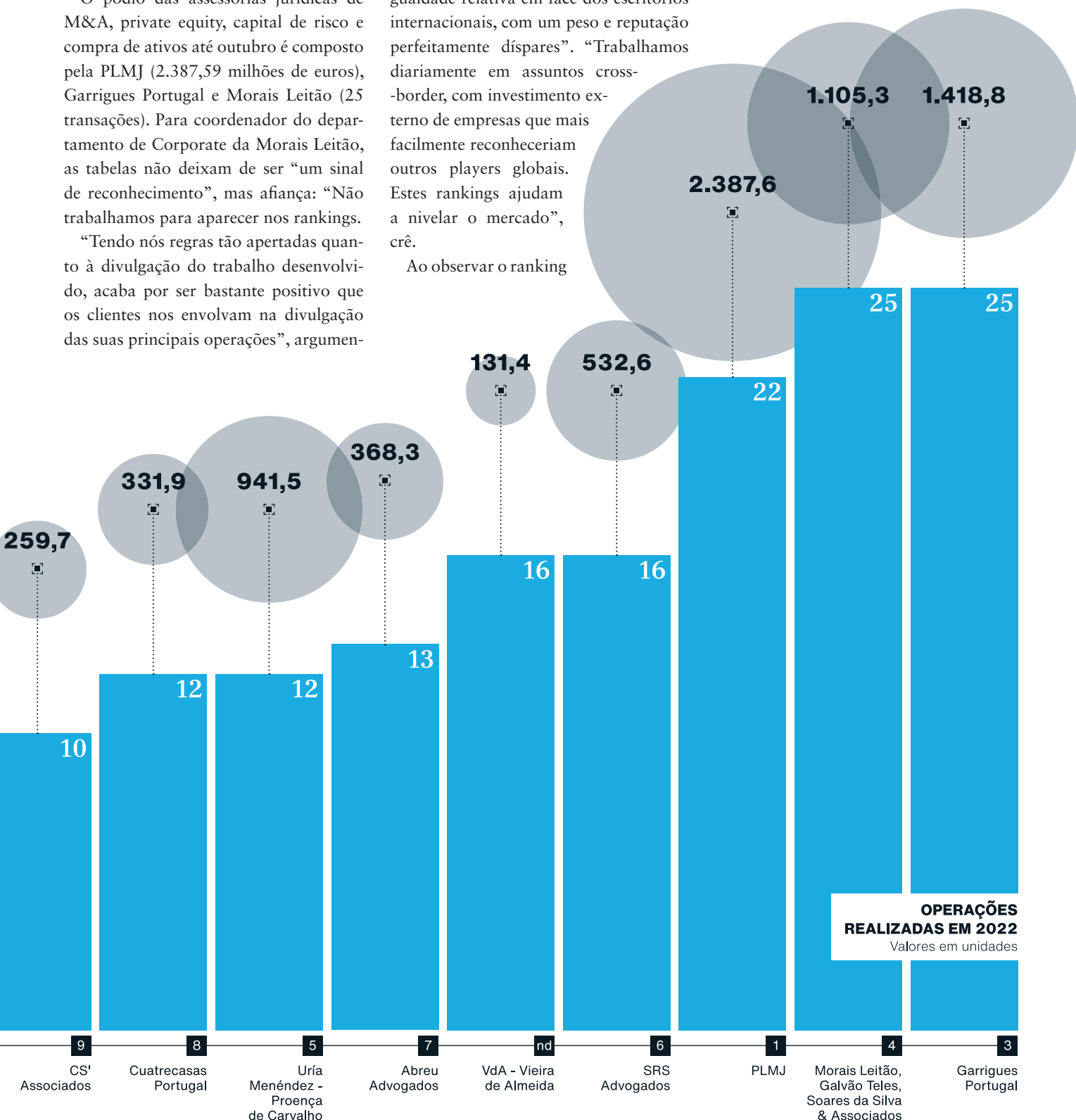
Top20 que “não trabalha para aparecer nos rankings”

O pódio das assessorias jurídicas de M&A, private equity, capital de risco e compra de ativos até outubro é composto pela PLMJ (2.387,59 milhões de euros), Garrigues Portugal e Morais Leitão (25 transações). Para coordenador do departamento de Corporate da Morais Leitão, as tabelas não deixam de ser “um sinal de reconhecimento”, mas afiança: “Não trabalhamos para aparecer nos rankings.

“Tendo nós regras tão apertadas quanto à divulgação do trabalho desenvolvido, acaba por ser bastante positivo que os clientes nos envolvam na divulgação das suas principais operações”, argumen-

ta Tomás Vaz Pinto ao JE. No entanto, alerta que não se pode “descurar a desigualdade relativa em face dos escritórios internacionais, com um peso e reputação perfeitamente díspares”. “Trabalhamos diariamente em assuntos cross-border, com investimento externo de empresas que mais facilmente reconheceriam outros players globais. Estes rankings ajudam a nivelar o mercado”, crê.

Ao observar o ranking





da firma na área do M&A. Por conseguinte, contribuem para a perceção que potenciais clientes possam ter, em particular aqueles que lidem pela primeira vez com o mercado português”, esclarece Miguel Stokes, sócio da Uría.

Só em outubro, de acordo com os últimos dados disponíveis, contaram-se 33 negócios de M&A, entre anunciados e concluídos, no valor total de 421,28 milhões de euros. Mais uma vez, o sector do imobiliário manteve-se como o mais dinâmico este ano, com 81 transações registadas, seguindo-se a área de Internet, Software e Serviços de TI, com 57 transações.

Espanha e França foram os países que mais investiram em Portugal neste período, tendo anunciado ou fechado 38 e 26 operações de M&A, respetivamente. Já as empresas portuguesas escolheram também o país vizinho, Espanha, e a Alemanha como principal destino de investimento, com 16 e oito transações, pela mesma ordem.

Quanto às operações de private equity, venture capital e asset acquisitions, todas caíram no acumulado até outubro. De private equity houve 33 transações, menos 10% em termos homólogos, num total de 2,7 mil milhões de euros. Por sua vez, em venture capital, houve 83 rondas de investimentos em capital de risco, menos 12%, num total de 913 milhões de euros, e a compra de ativos caiu menos significativamente (4%) para 95 transações no total de 2,8 mil milhões de euros.

“Estamos com o nosso habitual otimismo prudente. No passado, temos tido sempre forma de mitigar os efeitos negativos das crises, ao mesmo tempo que nos temos modernizado e adaptado a novos desafios e contextos. Por ora, continuamos com um excelente pipeline de trabalho, com diversas operações relevantes em curso e várias já em preparação para 2023. Não abrandámos o nosso ritmo – muito pelo contrário”, conclui Tomás Vaz Pinto.

(ver infografia), conclui-se que o Top 10 em termos de dinheiro movimentado fica completo com a Linklaters Portugal (1.450 milhões de euros), Garrigues Portugal (1.418,82 milhões de euros), a Morais Leitão (1.105,25 milhões de euros), a Uría Menéndez - Proença de Carvalho (941,50 milhões de euros), a SRS Legal (532,61 milhões de euros), a Abreu (368,26 milhões de euros), a Cuatrecasas Portugal (331,90 milhões de euros), a CS' Associados (259,70 milhões de euros) e a pbb (240 milhões de euros).

Para Marcos Sousa Monteiro, cujo escritório está na segunda posição, as 'league tables' são uma forma de “afirmação” e “visibilidade” e a maneira como são analisadas “varia muito em função da tipologia de clientes”, podendo “assumir bastante importância” para um determinado tipo e ajudar na angariação de outros. “Temos noção de que os clientes querem uma equipa bem treinada, preparada e focada em antecipar e resolver os problemas e desafios mais complexos dessas transações e que façamos a diferença em momentos chave”, afirmou ao JE o sócio responsável pelo departamento de Corporate da Linklaters em Lisboa.

Em relação aos escritórios que somaram o maior número de transações, além das duas mencionadas Garrigues Portugal e Morais Leitão, foram novamente a PLMJ (com 22 negócios), a SRS Legal e a Vieira de Almeida (ambas com 16), a Abreu (13), a Cuatrecasas Portugal e a Uría Menéndez - Proença de Carvalho (ambas com doze), a CS' Associados (dez) e a Telles (seis)

“Não observamos uma correlação evidente entre a presença nos rankings de assessoria de M&A e o crescimento de negócio nesta área de atividade da firma. Os rankings são em todo o caso um fator de demonstração do volume de atividade corrente, e correspondente experiência,

O mercado transacional português mobilizou 9,7 mil milhões de euros este ano, menos 43% do que em igual período de 2021

JusNet



Faça como nós:
**encontre de forma
eficiente e eficaz**

JusNet a melhor solução de informação jurídica



Pesquisa
inteligente



Todo o tipo de
conteúdos



Facilidade de
consulta



Informação



Onde
quiser

www.jusnet.pt



Por Almerinda Romeira

A advocacia como farol para uma sociedade mais justa

Leonor Caldeira recebeu este ano o Prémio Nelson Mandela. Aos 29 anos, a advogada brilha na barra do Tribunal em representação e defesa dos direitos humanos e da justiça climática.

É uma inspiração para quem acredita na justiça e um exemplo da boa advocacia. Leonor Caldeira, 29 anos, afirma ao Quem É Quem: “Motivame, em especial, os direitos das mulheres e os direitos dos migrantes. Sem prejuízo de outros temas conexos aos direitos humanos que tenho explorado”. Advogada em prática individual, centrada na litigância estratégica de direitos humanos junto dos tribunais portugueses e do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, a jovem advogada foi distinguida em 2022

pela associação ProPública - Direito e Cidadania com o Prémio Nelson Mandela, precisamente 80 anos depois deste ter começado a exercer a profissão.

Leonor Caldeira licenciou-se na Faculdade de Direito de Lisboa, em 2015, e logo a seguir voou para Londres, onde no ano seguinte terminou o LL.M. na Queen Mary University of London. “Sempre fui mais próxima do Direito Privado, em particular do Direito Processual Civil. Gostar de Direito Processual guiou-me ao contencioso e à prática da advocacia

junto dos Tribunais”, salienta.

Destaca-se na defesa não só dos direitos das minorias, mas também na representação de organizações que lutam contra os crimes ambientais. Neste campo, trabalhou para a ClientEarth, organização não-governamental ambiental dedicada ao ativismo jurídico e judicial climático para a resolução dos principais desafios. Desde 2016 é advogada, em regime ‘pro bono’ na defesa de cidadãos em situação de insuficiência económica e especial vulnerabilidade social, em causas conexas com direitos humanos, sociais e económicos. E no “Projeto Inocência”, que reúne jornalistas e advogados em torno do propósito de “investigar casos de cidadãos que se encontram a cumprir pena de prisão e se afirmam inocentes, desde o início do processo e em prejuízo próprio”, é membro do conselho fiscal e advogada consultora.

Publicamente, Leonor Caldeira ganhou grande notoriedade quando na barra do Tribunal representou pro bono uma família do bairro da Jamaica, num processo contra o líder do Chega. André Ventura e o partido foram condenados a pedir desculpa por ofensas à família Coxi.

“Proponho-me a desenvolver uma prática de advocacia que tenha, tanto quanto possível, uma função social, para além da função económica de qualquer trabalho”, diz-nos. Explica que o seu grande objetivo é “conciliar a resolução dos problemas dos meus constituintes com a tentativa de resolução desses mesmos problemas a nível mais estrutural” e que a advocacia e, em particular, a litigância estratégica orientada nesse sentido, podem concretizar essa visão.

“O Direito — afirma — é um produto cultural, composto pelos princípios e normas pelas quais uma sociedade, em cada momento histórico, se deve reger — sejam elas democraticamente definidas ou não. E num Estado de Direito democrático como aquele em que vivemos, o Direito, aliado à advocacia, pode ser uma ferramenta eficaz para promover uma sociedade mais justa e mais livre”. O farol.

Por Almerinda Romeira

O gosto pela regulação

João Filipe Graça, 34 anos, integra a SRS Legal. Considerado, este ano, o melhor advogado sub-40 da Península Ibérica na área do Direito Público, deu à estampa o livro “Comentários sobre Contratação Pública”.

“Quando se gosta do que se faz, existe sempre a vontade de aprender mais sobre a área de prática a que nos dedicamos e esse é um desafio constante e permanente”, diz João Filipe Graça ao Quem É Quem. A sua área de prática é o Direito Público e aos 34 anos acaba de ascender ao olimpo ao integrar o restrito grupo da “Iberian Lawyer” como o melhor advogado sub-40 da sua especialidade. É evidente que os desafios continuarão a crescer.

Natural das Caldas da Rainha, concluiu os estudos na Escola Secundária D. Inês de Castro, em Alcobaca, e frequentou a licenciatura e o mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, menção em Direito Administrativo, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. “Fui efetuando uma especialização em matérias de Direito Público, pois ao longo da licenciatura fui ganhando especial interesse pelas cadeiras relacionadas com este ramo do Direito”, conta-nos. Ainda antes de concluir o mestrado teve a possibilidade, que agarrou, de colaborar com o Centro de Estudos de Direito Público e Regulação (CEDIPRE), em particular com o então Grupo de Contratação Pública.

À partida, nada disto era particularmente esperado. João Filipe acabou por descobrir um admirável mundo novo na



mais antiga universidade do país, mas a semente estava lá. “A escolha do curso Direito foi uma agradável surpresa, pois o contacto com esta área profissional era praticamente inexistente no momento da escolha do curso, embora sempre tivesse um gosto especial por questões jurídico-económicas, principalmente relacionadas com a regulação”, conta.

Findo o percurso académico, iniciou a atividade profissional na advocacia, tendo sido advogado-estagiário no Departamento de Direito Público, Administrativo, do Ambiente da F. Castelo Branco & Associados. O caminho estava, definitivamente, trilhado. A carreira desenvolveu-se sempre focada no Direito Administrativo e em especial no Direito da Contratação Pública, área onde desenvolve a sua atividade na SRS Legal, desde 2017.

A expertise levou-o em outubro último

a lançar um livro: “Comentários sobre Contratação Pública”. Os temas objeto de análise são abordados através de uma perspetiva dialogante entre várias posições da doutrina, jurisprudência e soluções legais convocadas para dar uma resposta a cada caso. Alguns casos são em co-autoria com o conceituado José Luís Moreira da Silva, mas a maioria é a solo. No mesmo mês, viu-se consagrado em Madrid pela revista Iberian Lawyer, numa cerimónia que distinguiu os 40 melhores advogados da Península Ibérica com menos de 40 anos - “40 under Forty”.

Na sua perspetiva, o que pode o Direito fazer pela Humanidade? — quisemos saber. A resposta é curta e faz-se sem hesitação: “Incutir a tolerância, respeitar os valores de cada comunidade e exigir a ética no contexto local e global”. Inspirador.

Por Almerinda Romeira

À luz do direito da União Europeia

O percurso de Leyre Prieto, 38 anos, sócia da TELLES, constrói-se em três estados-membros da UE: Espanha, França e Portugal e faz jus à sua área de especialidade: Direito Europeu e da Concorrência. A Península Ibérica acredita e confia nela.

Espanhola de nascimento, Leyre Prieto, 38 anos, leva quase um terço da vida em Portugal. Tem dois países, tal como o prémio que recebeu recentemente, o de melhor advogada com menos de 40 anos da Península Ibérica, na categoria de EU & Competition, ou Direito Europeu e da Concorrência, como dizemos em português, atribuído pela revista “Iberian Lawyer”.

Sócia da TELLES, onde lidera a área de prática de Direito Europeu e da Concorrência, diz ao Quem É Quem que “o maior desafio do Direito é conseguir acompanhar efetivamente os comportamentos e projetos da vida dos indivíduos, nas suas necessidades quotidianas”. Realista, admite que cada dia parece estarmos mais longe de atingir o objetivo, mas não desarma: “A Humanidade evolui muito rápido. Mas, quem sabe... talvez, a tecnologia possa ser, no Direito, tão contagiante e disruptiva como foi no resto da indústria”.

Leyre Prieto nasceu em León e cresceu em Oviedo, nas Astúrias. Estudou Direito por muitas razões: queria ir para a universidade; não tinha a certeza do que pretendia para a vida profissional; o curso é versátil e porque vem de uma família de juristas. “Na minha vida profissional gostaria de continuar esta aprendizagem



sobre a vida, sobre o Direito, sobre as relações humanas e, bem assim, sentir a adrenalina dos desafios, das oportunidades e dos sucessos que conseguimos para os nossos clientes”, explica.

Quando concluiu os estudos na Universidade de Oviedo/Uned, partiu para França, para a Universidade Paris I – Panthéon Sorbonne, não somente pelo prestígio da faculdade, mas também porque estava nos seus planos ter experiência internacional. Escolheu o *parcours Droit International et Européen*. “Acreditava, já nessa altura, que a especialização e, na verdade, a diferenciação, seria um dos pilares do sucesso profissional”.

Inicialmente, pensou seguir o caminho das instituições europeias, mas quando

concluiu o processo de agregação à Ordem dos Advogados de Madrid, decidiu candidatar-se a uma bolsa de estágio para recém-licenciados em Direito, promovida pela Comissão Europeia. “Queria perceber melhor a dinâmica dos escritórios, da prática de direito fora das instituições”. Acabou em Lisboa. “Mal sabia eu que Portugal me esperava cheio de oportunidades na minha área de especialização, Direito Europeu e da Concorrência, que as minhas raízes, o mercado de investimento espanhol em Portugal e os meus – muitos e fantásticos – clientes espanhóis iam acompanhar-me e também que a minha ligação pessoal ao mundo da tecnologia e do empreendedorismo ia ser, mais uma vez, uma oportunidade e um desafio incrível que contagiaria a minha vida profissional”, conta-nos.

Integrou a TELLES em 2007, que, na altura, era já uma das referências no sector da advocacia, depois de concluir os estudos e dois estágios muito diferentes: O primeiro num escritório especializado em direito de família e penal, vertentes que não a entusiasmaram, mas onde conheceu “profissionais de primeira linha”; o segundo numa ONG de direitos humanos. A experiência enriquecedora, foi também esclarecedora: ajudou-a a descobrir o propósito que passava por continuar o seu caminho no direito empresarial.

“Ao longo dos anos na TELLES, penso que fui manifestando e demonstrando princípios, valores e capacidades pessoais e profissionais aos meus sócios e interiorizando a cultura. Fui ganhando o respeito e o carinho dos clientes e a autonomia dos advogados ‘mais seniores’, salienta. Em finais de 2016, Leyre Prieto foi brindada com o convite para se tornar sócia.



ligamos o presente ao
futuro DA
ADVOCACIA

ASAP

ASSOCIAÇÃO DAS SOCIEDADES
DE ADVOGADOS DE PORTUGAL



A nossa antevisão do ano de 2023 para as principais áreas de prática

O Jornal Económico ouviu especialistas e fontes do sector sobre o que reserva o ano de 2023 para as principais áreas de prática na advocacia de negócios, das grandes tendências macroeconómicas às alterações legislativas e regulatórias no horizonte.

Ambiente

Por André Cabrita Mendes

Na área de prática do ambiente, o próximo ano vai ficar marcado pelo diploma ‘Ambiente + Simples’ que visa reduzir a burocracia com o objetivo de ajudar na implementação dos projetos de energia.

Sobre as tendências para o próximo ano, as fontes consultadas pelo JE desta área destacam que estas “vão claramente na instalação de projetos de produção e armazenamento de energia de fonte renovável, desde a solar, à eólica, à biomassa, até ao hidrogénio verde”.

“Existe um potencial e uma necessidade enorme na implementação deste projetos e soluções onshore e offshore. Também a mobilidade elétrica está em desenvolvimento e sendo urgente a sua associação ao autoconsumo”, acrescentam.

Em termos de atividade, num cenário de incerteza e possível recessão, apontam que o “atual quadro até tem permitido o desenvolvimento destes projetos, pois a escassez e o aumento do custo da energia têm contribuído para a consagração de medidas que acelerem e promovam a instalação destes projetos, promovendo assim, a transição energética. É na adversidade que surgem as oportunidades.

Veja-se a este respeito a publicação do Decreto-Lei 30-A/2022, de 18 de abril que aprova medidas excecionais que visam assegurar a simplificação dos procedimentos de produção de energia a partir de fontes renováveis, já complementado com medidas adicionais pelo Decreto-Lei 72/2022, de 19 de outubro, que altera aquele diploma, consagrando um novo conjunto de medida de simplificação”.

E quais as novas leis que vão marcar a agenda? “Existe um conjunto de legislação complementar prevista no 15/2022, de 14 de janeiro, que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional, que deverá sair até ao final do ano. Também o diploma ‘Ambiente + Simples’, que esteve em consulta pública no verão, e que visa, primeiro, simplificar, eliminar encargos administrativos e concentrar esforços no que interessa para proteger o ambiente. Depois, simplificar, eliminar encargos administrativos e promover a economia circular. Por último, simplificar no ambiente e em toda a administração pública vai ajudar na implementação dos projetos de energia”, explicam.

Em suma, no próximo ano, é esperado que “sejam publicados os referidos diplomas e que as entidades envolvidas nos licenciamentos disponham dos recursos humanos e tecnológicos que permitam a efetiva implementação dos projetos”.

Compliance

Por Maria Teixeira Alves

O próximo ano traz um desafio para a equipa de compliance de escritórios de advogados.

Um advogado especialista nesta área de atividade referiu ao *Jornal Económico* que o maior desafio em 2023 consiste na entrada em vigor do regime sancionatório do Regulamento Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC) a partir de 7 de junho 2023 para entidades públicas e privadas que empreguem 50 ou mais trabalhadores, à exceção das médias empresas cujos efeitos do regime sancionatório apenas entrarão em vigor a partir de 7 de junho de 2024. Mas para o cumprimento do RGPC é preciso que o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) emita orientações, o que até agora não aconteceu. Trata-se da entidade responsável por fiscalizar a implementação do RGPC, bem como emitir orientações e diretivas a que devem obedecer a adoção e implementação dos programas de cumprimento normativo pelas entidades abrangidas pelo RGPC. As empresas aguardam por isso ansiosamente as orientações para implementarem os seus programas em conformidade (compliance).

“A implementação deste regime apresenta enormes desafios para as empresas e para os escritórios de advogados. Desde logo porque as empresas estão a preparar as suas regras de compliance para 2023 ainda sem conhecer as orientações específicas que o MENAC terá de emitir”, refere um advogado contactado pelo JE.

As empresas abrangidas são obrigadas a ter um programa de compliance que inclua, pelo menos, um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas (PPR), um código de conduta, um programa de formação e um canal de denúncias, “a fim de prevenir, detetar e sancionarem atos de corrupção e infrações conexas”, explica o mesmo ju-



rista. Entre outros deveres, as empresas são chamadas a definir um conjunto de princípios, valores e regras de atuação dos seus colaboradores, a desenhar um mapa com identificação dos riscos da prática de atos de corrupção e infrações conexas a que estão sujeitas de acordo com as suas áreas de atividade, a graduar esses riscos, ao nível do impacto e possibilidade de ocorrência, devendo estabelecer medidas preventivas e corretivas para evitar que esses riscos se materializem, disse o mesmo advogado de um dos maiores escritórios de Lisboa.

Ora o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) foi criado através do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que estabeleceu o RGPC e que entrou em vigor no dia 7 de junho, mas apenas em 23 de junho foi publicada a Portaria n.º 164/2022 que regulou a instalação do MENAC. Segundo a Ministra da Justiça, em 7 de novembro, foi concluída a sua instalação o que permitirá que, até ao final do ano, possa o MENAC estar em condições de iniciar em plenitude a sua atividade.

“Com a entrada em vigor deste regime, as empresas deverão implementar novos mecanismos para prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas”, explica o mesmo advogado. Para isso dispõem de menos de um ano, à exceção das médias empresas, para concluírem a total adaptação do seu programa de cumprimento normativo e dotarem a sua estrutura de todos meios necessários à implementação, revisão e controlo de um sistema eficaz de prevenção de fenómenos de corrupção sob pena de serem sancionadas. O regime sancionatório do RGPC prevê coimas até 44.891,81 euros.

A profundidade das exigências legislativas impõe um período de preparação que justifica perfeitamente o longo período de adaptação concedido pelo Decreto-Lei.

“Em Portugal, enfrentamos um desafio adicional com a perspectiva de recessão em 2023. A maioria das empresas é composta por pequenas e médias empresas e o pequeno/médio empreendedor usualmente olha para sistemas e gestão de compliance com ceticismo, pois as



suas prioridades imediatas são de cunho de sobrevivência: manter as portas abertas, pagar a renda e não demitir colaboradores. Ao mesmo tempo, que é essa mesma empresa, que numa conjuntura de recessão não pode arriscar receber coimas, interdição ou proibição de funcionamento, pois seria uma sentença de morte empresarial”, refere, por sua vez, uma advogada especialista na mesma área de um dos grandes escritórios de advogados.

“É exatamente aí que precisamos atuar em 2023, na implementação eficiente de sistemas de gestão de compliance, simplificando processos, adotando boas práticas e aumentando lucros. Assim, mantendo-se na competição”, acrescenta a mesma jurista.

O Direito de Compliance debruça-se sobre a prevenção de ilícitos criminais e contraordenacionais em vários setores, e abrange um leque diversificado de matérias, desde anticorrupção e prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo à regulação financeira.

“Vejo como principal tendência para 2023, em Portugal, a acreditação a certificação internacional para sistema de gestão de compliance, a ISO 37301:2021 (Sistemas de Gestão de Compliance)”, é a opinião da advogada especialista em Direito de Compliance.

Contencioso

Por Bárbara Barbosa

Um aumento de litígios, seja na sequência do agravamento da situação económica ou da continuação do boom do imobiliário, é o retrato que os especialistas ouvidos pelo Jornal Económico (JE) esperam da área do contencioso em 2023. Mas, primeiro, uma das fontes assinala que “a inoperacionalidade dos tribunais, reflexo da Covid-19 e da desorganização que atingiu todos os serviços públicos” permanece um desafio. “Todas as áreas do contencioso, seja tributário, comercial ou civil, estão atrasadíssimas”, refere. “A solução

do Governo tem sido aumentar as custas processuais para dissuadir as pessoas (e empresas) de recorrer a este tipo de solução”, argumenta, acrescentando que os tempos de resposta também são dissuasores. “A única coisa que pode vir a ajudar é a desmaterialização dos processos e uma reforma da área tendo em conta que o problema é a má gestão e organização dos recursos”, defende. Olhando para o próximo ano, a mesma fonte indica que, “com o agravar da situação económica, é expectável que aumentem os incumprimentos e as insolvências e, assim, a procura pelos tribunais”. Desta forma, deve haver “mais contencioso na calha, para o qual não temos capacidade de resposta e que só vai atrasar ainda mais os processos em decurso”. A outra fonte contactada pelo JE refere que, apesar do contexto socioeconómico, em 2022 “não aumentou, como no passado [especialmente com a crise de 2011], o número de pedidos de insolvência e reestruturação. Ainda não se sabe bem qual o cenário no próximo ano, mas não prevejo, pelo menos no primeiro semestre, um aumento desse tipo de casos, mas uma estabilização”. Ao invés, espera, em 2023, o aumento de litígios imobiliários na sequência do boom dos últimos anos. “Era uma área que estava muito parada desde os anos 90 e que era caracterizada por litígios relativos às obras públicas. Agora são fruto do investimento privado. Essa tendência irá continuar porque Portugal está na moda”. Em paralelo, voltando o olhar para dentro, acredita que se irá manter o maior nível de mobilidade no mercado dos advogados que tem marcado a atualidade, “fruto do recrutamento das grandes sociedades inglesas aos grandes escritórios portugueses, que mesmo que não continue já estabeleceu mudanças no mercado, que está mais dinâmico. Agora os sócios aprenderam a gerir melhor os recursos, a motivá-los mais, é uma fase de viragem muito positiva em direção a um mercado de advogados com mais qualidade”, conclui.



M&A e Private Equity

Por Filipe Alves

Nas áreas de M&A e Private Equity, apesar de um ano de 2022 bastante positiva, conjuntura macroeconómica marcada pela incerteza deverá fazer com que no próximo ano várias operações relevantes fiquem em stand by, dizem os advogados especializados ouvidos pelo Jornal Económico.

Poderá diminuir o número de operações e o seu valor, em relação a 2022, com as empresas e os investidores a adotarem uma postura cautelosa, de “wait and see”, disse uma das fontes ouvidas.

No entanto, áreas como Imobiliário, Energia e Tecnologia deverão continuar a demonstrar dinamismo no próximo ano, beneficiando da liquidez ainda existente. O imobiliário em Portugal deverá continuar a despertar o interesse de investidores estrangeiros, ao passo que a energia está no centro das atenções de-

vido à crise energética espoletada pela guerra na Ucrânia. As operações na área das Renováveis deverão continuar a dinamizar o mercado. Por sua vez, na área das tecnologias os especialistas ouvidos pelo Jornal Económico antecipam que deverá ser um ano positivo, à semelhança de 2022.

“De resto, as áreas de M&A e de Private Equity têm demonstrado uma resiliência assinalável nestes três anos tão atípicos, registando números surpreendentemente positivos, nomeadamente na primeira me-



tade de 2022, em que o mercado de M&A europeu registou um ligeiro aumento no valor total de operações em relação ao ano passado”, notou uma das fontes

Desporto

Por José Carlos Lourinho

O investimento estrangeiro no futebol português e a preparação da Liga e dos clubes para a ine-

vitável centralização dos direitos televisivos em Portugal deverão marcar a agenda nos departamentos dos escritórios de advogados que se dedicam ao direito do desporto já a partir do próximo ano.

Prevê-se que 2023 seja um período em que o capital das SADs do futebol português continue a ser encarado como um alvo apetecível, tendo em conta a maior capacidade de organização destas sociedades mas também pelo talento que promovem, algo que se espelha nas contas dos clubes e, nomeadamente, no dinhei-

ro que arrecadam através das provas da UEFA. Assim, e de acordo com algumas fontes contactadas pelo JE, a entrada do fundo Qatar Sports Investments na SAD do Braga (que tem agora 20% desta sociedade) parece ser a confirmação do interesse no futebol português por parte de investidores internacionais (na tendência para os multiclubes), até porque a profissionalização e internacionalização do futebol português torna os clubes cada vez mais em empresas atrativas para os investidores. E de acordo com fontes deste meio, quanto maior for a proliferação destes investimentos, maior será a necessidade dos clubes (e da Liga) se preparar para estabelecer alguns parâmetros tais como: fixação de regras, acesso a cargos de administração, regras de governance, ética e transparência, a reestruturação de passivos “galopantes”, a maximização de fontes de receita em sectores como o marketing/naming rights/audiovisual, meios digitais e os direitos cibernéticos.

Relativamente à centralização dos direitos televisivos em Portugal, algo que vai de encontro ao tema do investimento estrangeiros nas SADs, a mesma é considerada “imperiosa” pela maior parte das fontes contactadas pelo JE. Apesar de a centralização estar prevista para 2028, os advogados de direito de desporto que abordaram este tema acreditam que existem uma série de reformas que devem ser implementadas para que esta mudança não “desague num novo número de ilusionismo”. Assim, estas mudanças devem permitir à Liga ter um produto de qualidade, atrativo e com intervenientes de excelência – dirigentes, jogadores, treinadores, árbitros, espectadores, comentadores.

Além destas duas vertentes que devem marcar tendências, os especialistas apontam ainda aspetos que ajudem à organização da competição, humanização/igualdade de género, quadros competitivos, regulamentação eficaz e skills dos promotores do espetáculo para que se melhore a qualidade do produto.



Energia

Por André Cabrita Mendes

O leilão de energia eólica marítima (‘offshore’) projetado pelo Governo para o próximo ano e também a área do hidrogénio verde vão marcar 2023 na área de prática de energia.

As fontes do sector contactadas pelo JE apontam as tendências no próximo ano: “uma passagem generalizada dos consumidores para produtores de energia. A produção descentralizada veio para ficar e cada vez mais a venda de energia está a dar lugar à venda de serviços energéticos integrados. Isto obriga a soluções contratuais mais complexas. Por outro lado, o novo mercado do gás, com a introdução do hidrogénio e da circularidade de várias matérias-primas (um resíduo, um

produto). Uma vez mais a conceção integrada destes projetos exige uma nova abordagem legal, quer ao nível do licenciamento, quer ao nível do framework contratual e de financiamento. Tudo isto sem esquecer a produção renovável e os desafios do RePower EU”.

Em termos de atividade, “2023 será o ano de todos os desafios, recessão e taxas de juro altas, valores de energia em subida vão ter de combinar com investimento necessário em renováveis e hidrogénio. A recessão existirá, mas a absoluta necessidade de redução da dependência energética da Europa, num quadro de descarbonização da económica não pode parar. Este binómio vai estar presente em toda a nossa atividade, será um ano intenso e exigente”.

Sobre novos diplomas, indicam esperar novas aprovações. “Esperemos que sim, estamos a criar um mercado na energia, o mercado do hidrogénio, com

isso precisamos de novas garantias de origem, nova abordagem de licenciamento e regulação. Há investimentos que aguardam por isso. Por outro lado, o próprio mercado da energia tem de ser repensado, precisamos de novas regras para o estabelecimento do preço da energia, o mercado marginalista tem de ser adaptado. Finalmente, se queremos energia offshore temos de nos adaptar sob o ponto de vista regulatório”.

Para o próximo ano, esperam “diversidade e exigência. Diversidade porque o momento é de mudança, novas regras, novas commodities, novas abordagens, novos players. A unilateralidade da solução legal dará lugar à polaridade. Exigência pela complexidade dos projetos, num quadro de incerteza e recessão, onde o dinheiro é caro e as matérias-primas e os equipamentos falham, não há lugar para experiências jurídicas, a solidez da solução jurídica é absolutamente essencial”.



Bancário e Financeiro

Por Maria Teixeira Alves

O ano de 2023 traz alguns desafios às equipas jurídicas especialistas em Direito Bancário e Financeiro. Desde logo a implementação do regulamento do Governo sobre renegociação dos créditos, criado como medida preventiva para evitar o incumprimento devido à perda de rendimentos no contexto económico adverso. Os bancos vão ter de tomar a iniciativa de propor aos clientes a renegociação das suas dívidas criando condições mais adequadas às circunstâncias macroeconómicas. Ora, as áreas jurídicas são chamadas ao elevado volume de elaboração de contratos que darão forma a essa reestruturação do crédito, onde é inevitável um

maior peso e algum provisionamento na banca, explicou ao JE um advogado especialista nesta área do direito.

A reestruturação dos empréstimos bancários e um aumento das insolvências das empresas estão assim na agenda dos advogados da banca em 2023.

Mas o grande tema de 2023 serão as regras regulatórias do Basileia III que entram em vigor a 1 de janeiro e que vêm trazer novas exigências aos bancos e consequentemente aos advogados que os acompanham nas novas legislações. O quadro legal das instituições de crédito e financeiras vai alterar-se no próximo ano. “Este quadro legislativo irá reforçar a supervisão do sector bancário da União Europeia e introduz melhorias técnicas nas áreas de risco de crédito, de risco de mercado e risco operacional”, refere fonte.

O Conselho Europeu chegou este mês a um acordo sobre a implementação das reformas regulatórias do sector bancário, naquilo que é a implementação em janeiro de 2023 de algumas regras de Basileia III. As propostas emendam algumas orientações de exigências de capital e a regulação dessas exigências. Foram feitas melhorias técnicas para as áreas de riscos de crédito, de mercado e operacional. Também passa a haver proporcionalidade nas regras para pequenos bancos, e as mudanças levam em conta especificidades e práticas nacionais. Há também alterações no quadro regulamentar do “Fit & Proper” (processo da supervisão para avaliar a idoneidade e adequação dos membros dos órgãos de gestão das instituições e dos titulares de funções-chave) e foi imposto um quadro mais proporcional e incisivo aos períodos de reflexão (cooling-off period), tempo que impede os membros de órgãos de supervisão de irem trabalhar para entidades supervisionadas. As medidas de Basileia III que entram em vigor em 2023 prometem muita atividade para os advogados de Direito Bancário e Financeiro.

Não menos importante é a harmonização dos requisitos mínimos aplicáveis às sucursais dos bancos de países terceiros e à supervisão das suas actividades na UE, bem como harmonizar os instrumentos e poderes de supervisão.

Também para 2023 há um novo quadro regulamentar europeu, conhecido por Digital Operational Resilience Act (DORA), sobre a resiliência operacional digital, através do qual todas as empresas precisam de se certificar de que podem resistir, responder e recuperar de todos os tipos de perturbações e ameaças relacionadas com as TIC (tecnologias da informação e comunicação).

Um advogado especialista em direito bancário fala precisamente do facto de o sector bancário estar a mudar a um ritmo cada vez maior. “A evolução da digitalização a uma escala sem precedentes está a impulsionar uma série de tecnologias que têm alterado os paradigmas existentes. O sector financeiro está a inovar tecnologicamente e isso também apresenta novos desafios para o direito”, referiu o mesmo advogado que reconhece o papel jurídico na implementação de mecanismos de segurança contra os ciber-riscos, contra o phishing e a fraude bancária. O jurista salientou assim como desafio para 2023 a digitalização da banca e os seus efeitos secundários.

“O direito colabora com o desenvolvimento das soluções tecnológicas num contexto onde ainda há pouca regulação”, lembrou o mesmo advogado.

“Com a digitalização das instituições financeiras há um conjunto de novas áreas do direito”, referiu a mesma fonte que citou por exemplo o caso do regime de proteção de dados.

Na área do direito do sector bancário há ainda o tema das emissões de dívida no mercado para os bancos cumprirem com os requisitos de MREL - requisito mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis. Operações que exigem a assessoria jurídica para a montagem. Por outro lado, essas emissões de dívida têm

de estar alinhadas com as políticas ESG -> Environmental (Ambiente), Social (Social) e Governance. Os bancos serão chamados a emitir dívida verde e até dívida azul ligada à economia do mar, o que implica a atuação jurídica.

Os advogados são chamados a ajudar os bancos seus clientes a serem ‘drivers’ das políticas ESG nas empresas.

Os advogados contactados consideram que 2023 é um “ano enigma” porque “vamos ter um mundo novo, com inflação de dois dígitos ou perto disso, com recessão ou crescimento nulo e com um ambiente internacional em retração. Ninguém pode saber como se vai o mundo adaptar a esta nova realidade”.

“É de esperar que novas realidades, como as criptomoedas ou o mundo FinTech venham a ter mais regulação, como forma de evitar que destas realidades possam resultar danos sistémicos irreversíveis”, disse outro advogado contactado.

Fiscal

Por Lígia Simões

Com atual quadro de incerteza e possível recessão económica na Europa, a dinâmica da prática do direito fiscal deverá ser marcada em 2023 por uma atividade centrada no contencioso e laboral. Escritórios consultados pelo Jornal Económico perspetivam para o próximo ano “um abrandamento significativo” da atividade económica e uma redução das operações e transações. “Será um ano difícil, tendo em conta a degradação do quadro económico europeu e da mais que provável recessão económica na Alemanha”, antecipa ao JE um especialista em Direito Fiscal, deixando um alerta para “menos transações e continuação de uma atividade intensa de contencioso tributário”.

Sobre as tendências que estão a marcar a área de prática de Fiscal, outro especia-

lista destaca também a “preparação para um período com menos IDE e pós-M&A, muito mais focado em NPL, outros ativos problemáticos, reestruturação de dívida, insolvência e laboral”. O próximo ano será “muito centrado em contencioso e laboral e nas referidas áreas de reestruturação, dívida e insolvência”, frisa.

Segundo um outro advogado, a fiscalidade continuará também a desempenhar um papel fundamental na advocacia de negócios, “permitindo às empresas beneficiar de uma assessoria jurídica integrada que potencie a sua atividade, maximizando resultados sem descurar temas como sustentabilidade e responsabilidade social”.

Os especialistas apontam também para o que vai marcar a agenda desta área. “Pode haver e de perigoso alcance: redução dos âmbitos do Golden Visa, dos

regimes fiscais do RNH e do SIFIDE, por investimentos em fundos, regidificação da legislação laboral e do arrendamento, mas curiosamente não dos empréstimos hipotecários e, claro, incremento da tributação pela subida do serviço da dívida e da despesa pública primária”, diz um especialista ouvido pelo JE. Este advogado afirma esperar “muito trabalho, sobretudo nas áreas de reestruturação e dívida, contencioso e laboral e, claro, fiscal”, sinalizando o crescimento da sua firma em todos os indicadores, apesar de maior pressão nos honorários.

Outro advogado sinaliza mais temas que vão marcar a agenda, referindo que ao nível internacional continua a assistir-se “a um grande foco no combate ao planeamento fiscal abusivo, respaldado na substância económica das operações e na presença efetiva nas jurisdições, bem



como em temas como a tributação da economia digital, protegendo a soberania fiscal dos países destinatários deste tipo de serviços, e a mobilidade internacional de trabalhadores”. Um tema, diz, que surge do plano internacional mas que parece poder assumir particular preponderância em Portugal é a tributação dos denominados “lucros excessivos” ou “extraordinários”, alertando que está por apurar qual o verdadeiro impacto deste tipo de medidas numa altura em que o governo já sinalizou que além do sector da energia abrangerá também a distribuição.

Sobre a aprovação do windfall tax em Portugal, outro especialista destaca que “em matéria fiscal, e para além das medidas pouco significativas em matéria de OE2023, esta aprovação, a ser adotada em diploma autónomo, deverá merecer um cuidado especial do legislador, uma

vez que as empresas portuguesas que serão abrangidas por esta nova tributação já estão sujeitas a IRC, a Derrama Estadual e a diversas Contribuições Sectoriais, ao contrário do que acontece com as suas congéneres europeias”. Já quanto às tendências que estão a marcar as suas áreas diz que a economia ainda “está a dar sinais de alguma atividade” e com a aproximação do final do ano, diz, “é normal o aumento do número de transações que estavam previstas ser realizadas em 2022”. Por outro lado, conclui, a atividade de contencioso tributário “mantém-se intensa, com especial destaque para litígios em matérias de IRC e de preços de transferência”.

No atual quadro de incerteza e possível recessão, um advogado de outro escritório, prevê que em 2023 “como acontece invariavelmente com a deterioração do cenário macroeconómico há no imediato uma retração no consumo e um aumento da litigiosidade, sendo que se a situação perdurar, e ao nível das empresas, iremos certamente voltar a assistir a um aumento das operações de financiamento e de reestruturação de dívida”. Dito isto, o especialista considera que “não é expectável que ocorra uma paragem por completo do investimento”, explicando que este “será cada vez seletivo” e que internacionalmente continua a existir liquidez no mercado a necessitar de aplicação. Conclui aqui que “caberá às empresas saber captar”.

Quanto às novas leis à vista que vão marcar a agenda desta área, este mesmo responsável considera que no curto prazo a fiscalidade será marcada pelas medidas que se anunciam de apoio às empresas e às famílias “na conjuntura internacional complexa que atravessamos”, como seja os apoios em sede de IRC aos encargos suportados pelas empresas com eletricidade e gás ou na produção agrícola, ou o incentivo fiscal à valorização salarial que também será introduzido no Orçamento do Estado para 2023.

Por outro lado, conclui, existe alguma

expectativa quanto às medidas fiscais dirigidas à atração dos nómadas digitais e, bem assim, quanto ao novo regime de tributação dos criptoativos, designadamente quanto ao impacto que tais regimes terão no posicionamento de Portugal no plano internacional de um setor de atividade que veio para ficar e está em franco crescimento.

Imobiliário e Urbanismo

Por Rodolfo Reis

A sustentabilidade continua a marcar a ordem do dia no mercado imobiliário e urbanismo em Portugal e será uma das tendências para 2023, desde os promotores imobiliários aos arrendatários que continuam a mostrar preocupação com a adoção de políticas de promoção da sustentabilidade e estratégias dos critérios ESG. Fontes do sector ouvidos pelo Jornal Económico acreditam que ao nível da atividade, e apesar da resiliência que o sector mostrou durante a pandemia, o mercado provavelmente irá sofrer ajustamentos devido ao aumento da inflação, taxas de juro e custos de produção. Se vier a verificar-se uma desaceleração, os grandes investidores podem vir a ter uma postura mais cautelosa no que diz respeito a novos investimentos. Sobre novas leis, as fontes do sector consideram ser imprescindível uma revisão do Novo Regime do Arrendamento Urbano para atenuar o grave problema da falta de habitação acessível no país, principalmente nos grandes centros urbanos. Outra mudança passa por uma reforma efetiva do contencioso relacionado com o arrendamento, como por exemplo, no caso de incumprimento da obrigação de pagamento da renda, que seria também fundamental para aumentar a confiança dos proprietários. Um tema sensível é também a reforma ou suspensão dos vistos gold e a revisão do



regime do alojamento local que podem ser sinais importantes para a forma como os investidores vão olhar para o investimento em Portugal, sendo assim necessária uma estabilidade legislativa para garantir a confiança dos potenciais e atuais investidores internacionais. Assim sendo, o próximo ano será de desafios, onde a construção verde e sustentável será uma tendência vai trazer uma diferenciação da oferta de habitação disponível, mas que vai precisar de um equilíbrio, dado que os recursos disponíveis podem ser mais limitados devido à inflação, o aumento dos custos, a perda de poder de compra e as restrições na concessão de crédito. No entanto, e em cada ciclo económico, seja em termos de expansão ou de contenção, existem sempre oportunidades de investimento, pelo que as fontes do sector não antecipam uma falta de atividade neste sector.

Mercado de Capitais

Por Rita Atalaia

A emissão da chamada dívida ‘verde’ é um caminho que está a ser seguido por várias empresas portuguesas, numa altura em que o tema da sustentabilidade está na ordem do dia. De acordo com os advogados ouvidos pelo *Jornal Económico (JE)*, é uma tendência que continuará a ganhar força no próximo ano, e nos seguintes, mantendo o dinamismo da área de mercado de capitais nos escritórios.

“As operações significativas deste ano são tendencialmente de emissões de dívida ‘verde’ ou ligadas a critérios de sustentabilidade”, diz um especialista que acompanha esta área. Esta é a “verdadeira tendência” de mercado, tanto nas obrigações que são colocadas junto de investidores, como aquelas que são colocadas em private placement. E não só em 2022,



Propriedade Intelectual e Marcas

Por Almerinda Romeira

Será, finalmente, em 2023...!? A transposição para a lei portuguesa da diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa aos direitos de autor e direitos conexos no mercado único digital continua em banho Maria. Portugal tinha até 19 de julho para apresentar uma proposta, mas o prazo foi vencido e não se vislumbra uma decisão na matéria.

Especialistas ouvidos pelo Jornal Económico estranham o silêncio e a inércia até porque o anterior Governo de António Costa chegou a apresentar uma proposta de transposição, mas a dissolução da Assembleia da República interrompeu o processo. Do ponto de vista formal, remete-o à estaca zero, mas o legislador tem uma base de trabalho com que pode contar.

As duas principais instituições nacionais representativas dos autores, Sociedade Portuguesa de Autores (SPA) e Fundação GDA (Gestão dos Direitos dos Artistas) têm vindo a lembrar o assunto. Ioan Kaes, secretário-geral da AEPO-Artis, organização europeia que a GDA integra, escreveu, no início de novembro, ao ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva, defendendo que a transposição para a legislação portuguesa da Diretiva sobre os direitos de autor e direitos conexos no Mercado Único Digital “deve ser acompanhada de medidas específicas adicionais que permitam atingir o objetivo de uma remuneração justa”. Disponibilizou-se para ajudar.

Os especialistas ouvidos pelo JE dizem que a urgência do assunto não deve ser efetuada à custa da proteção dos autores e artistas e defendem que a transposição deve ser acompanhada de medidas específicas adicionais que permitam atingir, de

como nos próximos anos, mesmo perante a atual instabilidade.

A subida das taxas de juro tenderá a “desviar alguma liquidez do mercado e, associada à perceção cada vez mais generalizada de um abrandamento das economias, a aumentar o custo das operações, por vezes ao ponto de desencorajar as empresas de recorrer ao mercado de capitais”, refere outra fonte.

Mas, dizem os advogados, há um “efeito retardado” das consequências em Portugal, notando que é possível que o efeito de um abrandamento económico ainda não se faça sentir no primeiro semestre do próximo ano a nível da atividade relacionada com mercados de capitais, não sendo certo se ou quando irá acontecer. Ainda assim, se tal se materializar, o mercado de dívida não deverá ser impactado com tanta intensidade, uma vez que as necessidades de financiamento vão continuar a existir.

As empresas vão manter as suas idas ao mercado para emitir dívida sustentável para cumprir os critérios de ESG (ambiente, social e governance). Isto numa altura em que a política europeia promove que as entidades cumpram os objetivos de sustentabilidade, forçando a que haja uma maior procura por instrumentos ligados a este tema.

Em causa está a nova legislação criada pela União Europeia que assegura que as grandes empresas são obrigadas a comunicar informações sobre questões de sustentabilidade. Esta obrigação irá dominar o dia-a-dia das empresas, mas também dos advogados que prestam assessoria a estas entidades.

Há, por isso, uma “mudança paradigmática” no campo do mercado de dívida. O mesmo não se pode dizer do mercado de equity. Neste caso, não deverá haver grandes alterações face à atual falta de dinamismo neste segmento. Há poucas operações no mercado, refere um advogado, nomeadamente ofertas públicas iniciais (IPO, na sigla em inglês), e assim deverá manter-se.



facto, o propósito de uma remuneração justa para os autores.

No essencial, as duas directivas retiram poder às grandes plataformas digitais que usufruem da Directiva de Comércio Eletrónico para beneficiar economicamente a indústria cultural europeia. Com efeito, os criadores/autores passarão a ser remunerados pelo seu trabalho que venha a ser utilizado pelas plataformas online com carácter comercial. Também as empresas de media ganham a possibilidade de serem ressarcidas pela utilização de conteúdos seus por parte de ‘links’ agregadores. A lei europeia salvaguarda um conjunto de exceções, como as adaptações de textos e imagens para fins humorísticos (os ‘memes’), a citação, a crítica, a paródia, as enciclopédias sem fins lucrativos como a Wikipedia, os repositórios educacionais e científicos sem fins lucrativos, os serviços de ‘cloud’ para utilização privada como DropBox, entre outras.

A regulamentação europeia de direitos de autor e direitos conexos, apresentada em novembro de 2016 e aprovada em março de 2019, mais tarde, sufragada pelo Parlamento Europeu, onde recebeu alterações substantivas, e pelo Conselho Europeu, insere-se na Estratégia para o Mercado Único Digital. A Diretiva (UE) 2019/789 assim como a Diretiva (UE) 2019/790 deveriam ter sido transpostas para o ordenamento jurídico português até ao dia 7 de junho de 2021, prazo há muito vencido. Em setembro de 2021, o anterior Governo apresentou na Assembleia da República duas propostas de lei com vista à transposição das diretivas em causa, tendo as mesmas caducado por força do termo da XIV legislatura.

Em maio deste ano e pela segunda vez, a Comissão Europeia enviou dois pareceres fundamentados a Portugal, em virtude de ainda não ter notificado Bruxelas sobre a transposição das diretivas europeias relativas aos direitos de autor e aos direitos conexos, abrindo caminho à interpelação do país para um processo de incumprimento pela não transposição.



Proteção de Dados e Cibersegurança

Por Inês Amado

Numa altura em que a exposição a ataques cibernéticos se revela uma das maiores preocupações para as empresas - dada a sequência destes eventos sobretudo no último ano - o sector da advocacia detém um papel cada vez mais relevante nesta matéria. Contactado pelo Jornal Económico, um advogado da área de cibersegurança e proteção de dados destaca, entre as duas principais tendências da área, o fim dos excessos, entendendo que “a negociação das questões de proteção de dados entre as partes estão mais razoáveis (um pro-

cesso normal com o decorrer do tempo” e, ainda, as violações de dados, num período de franco crescimento do número de violações de dados (data breach).

Quando ao trabalho para 2023 perante a incerteza e possível recessão económica, a mesma fonte entende que o volume de trabalho deverá ser igual ao deste ano.

No que diz respeito a novas leis ou atualização de legislação, o mesmo profissional elenca a e-Privacy regulation, para a qual ainda não existe uma versão definitiva, o Digital services act, que consiste no regulamento europeu para regular conteúdos ilegais, publicidade online, entre outro, e, ainda, o Digital markets act, “um regulamento europeu que visa melhor a justiça e adequação da economia digital”.

A mesma fonte avançou ao JE que a classe aguarda por uma “cada vez maior



literacia ao nível da proteção de dados”, a “começar pelos advogados e agentes da justiça, uma vez que muitos deles continuam a não dominar os conceitos essenciais destas áreas”.

Público

Por João Barros

Com a perspetiva de uma recessão no horizonte, é igualmente expectável uma quebra nas decisões de investimento privado e um aumento dos processos de insolvência, isto numa altura em que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nacional começa a gerar preocupações pelos atrasos.

A área de Direito Público acaba por ser

bastante impactada pela evolução da economia e da atividade em geral, lidando com áreas como o Direito Constitucional, mas também com ramos mais próximos do dia-a-dia das empresas, como a contratação pública, contratos administrativos ou contencioso e arbitragem.

Como tal, a esperada quebra da atividade nos próximos trimestres será relevante para esta área, bem como a subida de preço de matérias-primas e outros custos para as empresas. Um exemplo prático de uma tendência que se deverá aprofundar nos próximos tempos prende-se com a necessidade de serem revistos contratos, sobretudo de obras públicas ou privadas, em que as condições acordadas se alteraram substancialmente e resultam num desequilíbrio na repartição de risco entre as várias partes envolvidas.

Esta é uma preocupação que tem vindo a ser levantada em diversas ocasiões quanto à execução dos fundos europeus, que se tem vindo a atrasar e pode obrigar à revisão de muitos contratos já assinados. Em alguns casos, esta necessidade pode mesmo levar a situações de litígio, o que reforça a procura por serviços de Direito Público na área de contencioso.

Mesmo ignorando os possíveis litígios que resultarão deste processo de ajustamento de contratos, a execução do PRR será um desafio, talvez o principal, desta prática em 2023. O impacto transformador que se espera que este pacote tenha na economia nacional combinado com os atrasos e burocracia excessiva a que está associado tornam-no uma clara prioridade para as firmas e empresários no próximo ano.

Por outro lado, a rápida deterioração das condições económicas obrigou já a alterações legislativas que se podem multiplicar nos próximos meses, dada a necessidade de apoiar as famílias e empresas face à subida de preços e juros. Estas juntar-se-ão às já anunciadas no capítulo dos contratos públicos ou do licenciamento de certas atividades, como na energia, sendo expectável que surjam mais mudanças nesta linha.

Penal

Por Inês Amado

A agenda do direito penal tem estado marcada, entre outros temas, pela anticorrupção. Profissionais contactados pelo JE referem que este tema, um “estandarte da União Europeia”, tem uma “inevitável transposição para a política interna dos Estados Membros, enquanto EM num sistema político de Estado de Direito Democrático, com consequências em situações aparentemente menores”.

Outro profissional menciona o crescimento da atividade ligada ao Compliance, acrescentando que as empresas querem estar em compliance e alinhadas com as melhores práticas internacionais, pelo que do ponto de vista legal, ético e de conduta procuram ajuda dos advogados especialistas nestas matérias para o estabelecimento de políticas internas que lhes permitam cumprir com a lei e evitar processos crime ou contraordenacionais e regulatórios.

Para o ano que se avizinha, os profissionais contactados pelo JE referem que, num quadro de incerteza e possível recessão, “é hipoteticamente privilegiado o crime fiscal, a corrupção e o branqueamento de capitais”, pelo que “a manutenção de uma política de investigação ativa, “publicitada” pelos meios de comunicação terá sempre uma vertente dissuasora”.

Outro dos advogados entende que o “Compliance tem possibilidade de continuar a fomentar a atividade dos escritórios uma vez que ainda há muito a fazer no âmbito do cumprimento do Regime Geral de Combate à Corrupção e infrações conexas”, aludindo ao pacote legislativo que impõe às empresas com mais de 50 trabalhadores a adoção de vários instrumentos normativos, como Código de Conduta, Plano de Prevenção de Riscos, planos de formação interna aos trabalhadores, instalação de canais de denúncia interna e política de whistleblowing”.

No que diz respeito a alterações legislativas que vão marcar a agenda desta área da advocacia, um dos advogados recorda uma Lei de Amnistia aprovada em Conselho de ministros e que irá seguir para discussão e aprovação na Assembleia Nacional, com destaque para a ausência dos conhecidos “crimes de colarinho branco” dessa lista e, ainda, o Projeto de Lei 369/XV/1 - Projeto de Lei 369/XV/1, que prevê a extensão dos prazos de prescrição para os crimes de falsificação de documentos e crimes fiscais e prevê novas causas de suspensão ou de interrupção na contagem dos prazos de prescrição do procedimento criminal.

Quanto a novidades para o próximo ano, um dos advogados antecipa novas investigações e acusações por parte do Ministério Público, bem como a transposição de novas diretivas comunitárias ligadas ao combate à corrupção e branqueamento de capitais. No que diz respeito à atividade judiciária e gestão dos processos-crime, espera-se celeridade na aplicação da justiça.

Direito da Saúde e Ciências da Vida

Por João Barros

Depois do pico de trabalho trazido pela pandemia, em que a saúde assumiu inquestionavelmente o foco em inúmeras áreas, incluindo o Direito, o desafio prende-se agora com o acompanhamento das tendências que rapidamente se têm alterado e evoluído. Tal é válido para os advogados, mas também para as próprias empresas da área, que procurarão cada vez mais movimentos de concentração na busca de mais soluções inovadoras.

A aceleração no ramo da saúde foi imensa durante os anos da Covid-19, como bem atestam as vacinas desenvolvidas em tempo recorde e com novas tecnologias que catapultaram empresas largamente desconhecidas como a BioN-

Tech ou a Moderna para o top-50 das firmas em saúde e biofarmacêutica. No caso da primeira, o salto na sua exposição mediática deu-se com a parceria com a Pfizer, uma reconhecida marca na área que aproveitou a disponibilidade da biofarmacêutica para acelerar consideravelmente uma área de inovação com vacinas.

Esta é uma estratégia que deverá ter cada vez mais apoiantes, com as empresas do ramo a procurarem soluções de investigação e desenvolvimento inovadoras sem ser ‘in-house’, com todas as vantagens e ganhos de escala que isto confere.

Com o foco colocado na Covid-19 durante os últimos dois anos, é também importante voltar a alocar meios de pesquisa e inovação noutras áreas dos cuidados de saúde, especialmente à medida

que vão sendo compreendidos os efeitos de longo-prazo da pandemia nas populações, tanto diretos, como indiretos.

Ao mesmo tempo, é expectável que surjam novos litígios entre empresas que comercializem bens iguais ou semelhantes, dado o surgimento de novas terapias no mercado.

Este ambiente de rápida evolução coloca nos advogados ligados ao ramo do Direito da Saúde e Ciências da Vida um ónus custoso, o de se manterem atualizados e informados. Numa área tão técnica como a saúde, esta era uma obrigação já antes da pandemia, mas que sai reforçada depois das alterações que esta trouxe, especialmente num sector com alguns players que dominam o mercado há largas décadas.



O paradigma mudou, portanto, sendo esta agora uma área mais dinâmica e com necessidade de acompanhamento constante.

Telecomunicações, Média e Tecnologia (TMT)

Por João Santos Costa

EEmbaladas pelos soluções do leilão 5G, por um lado, e ansiosas por contornar os indicadores menos positivos do DESI, por outro, as empresas de tecnologia, media e telecomunicações podem esperar que o próxi-

mo ano seja um balde cheio de muitas novidades legislativas e regulatórias. Ou então não, avisam especialistas ouvidos pelo JE. Há sempre o risco de ficar tudo como está, já que a inércia parece ser difícil de sacudir, dizem.

Este ano assistimos a algumas novidades na Lei Postal, relacionadas com o contrato do Estado com os CTT, mas em 2023 os advogados esperam uma revisão dessa diretiva, cuja última atualização foi feita em 2008. É importante para garantir a evolução do sector no trilho da digitalização, apontam. Já as operadoras – e o seu regulador, a Anacom – deverão manter-se no topo da agenda, com o país a tentar cumprir metas ambiciosas no que diz respeito ao 5G, mas também à cobertura das chamadas zonas bran-

cas, isto é, zonas sem cobertura de rede móvel.

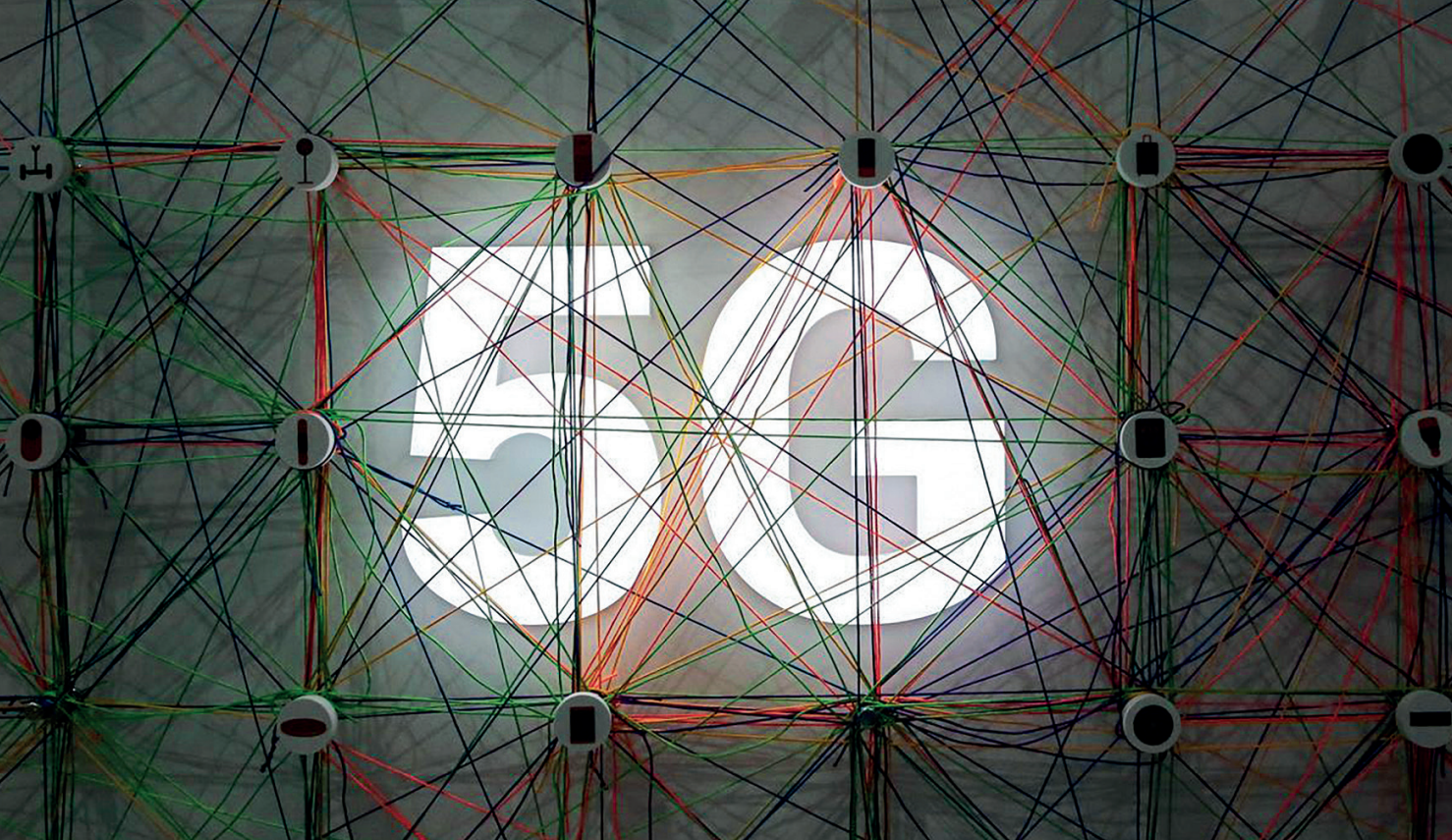
Num ano que de resto fica marcado pela aplicação de pesadas coimas da Anacom e da Autoridade da Concorrência, os especialistas consultados pelo JE avisam que as multas vão-se manter e até antecipam valores cada vez maiores. Mas para as operadoras – e para o Estado – a primeira meta será a da cobertura, com a abertura de concursos públicos que estava prevista para este ano a revalar, muito provavelmente, para 2023.

Ainda nas antenas, um dos temas quentes será a atualização (ou não) da licença da TDT, gerida pela Altice, que termina no final do próximo ano. Falou-se da entrada de novos canais na grelha, recordam os advogados, mas lá está: a inércia tinge o sector. Não ajuda que a tentativa de venda da Altice não se tenha concretizado este ano, mas nada indica que não poderá dar-se no próximo. Assistiu-se também à entrada de novos players neste mercado, cujas fusões e aquisições já levantaram sobrolhos na AdC. Para os próximos 12 meses, avisam, vai-se continuar a assistir a uma tendência de consolidação, caso seja autorizada a venda da nowo à Vodafone.

Ainda assim, há preocupações a registar nas TMT. Num ano marcado por ciberataques e constrangimentos ao nível da proteção de dados, estes serão temas que preocupam os especialistas. A regulação deverá adensar-se, avisam, mas espera-se que tal não aconteça de forma castradora aos negócios e, por arrasto, à própria dinâmica e inovação do sector. Espera-se também novidades legislativas para tecnologias ora emergentes, ora esquecidas, como é o caso da Inteligência Artificial e da blockchain.

Já o capital, face à conjuntura macroeconómica que se antecipa, também será um tema quente. Os especialistas avisam que os fundos de investimento, que sempre tiveram apetite pelas TMT, deverão entrar em força a partir do próximo ano.





FÓRUM DE LÍDERES

O que espera do mercado da advocacia para 2023?

Líderes do sector e especialistas partilham as suas perspetivas para a advocacia de negócios em 2023, um ano que deverá ser marcado por desafios a nível macroeconómico mas também com oportunidades para crescer.



João Caiado Guerreiro
Managing partner
da Caiado Guerreiro

As sociedades de advogados em geral demonstraram uma capacidade surpreendente nos anos da pandemia, com uma adaptação e superação num dos contextos mais difíceis pelo qual passámos. Na Caiado Guerreiro, o ano 2022, de regresso à normalidade, mostrou-nos que com escolhas pensadas, investimento estruturado em pessoas e na tecnologia, um elemento fundamental nos dias que correm,

conseguimos alcançar objetivos, crescendo de forma sustentável através do conhecimento distinto, capaz de acrescentar valor para os nossos clientes.

2023 vai ser ano de muitas incertezas económicas. A guerra na Ucrânia, a tensão entre China e Taiwan, o forte aumento das matérias-primas, aliado ao aumento dos custos transportes e consumos devido à crise energética que vivemos, coloca já, com tendência a piorar, um enorme peso nas famílias e nas empresas, com possíveis repercussões possíveis no mercado. Acresce a incerteza social, uma vez que as questões económicas podem dificultar, sobremaneira, projetos individuais e coletivos, limitando a liberdade de ação das pessoas, tudo isto quando ainda nos estamos a recompor de dois anos isolados devido à pandemia.

Apesar de todas as contingências futuras, na Caiado Guerreiro acreditamos que o nosso trabalho jurídico continuará a prestar um serviço de elevada qualidade, com abordagens diferentes e de excelência na relação com os clientes e parceiros, cada vez mais estreita e estratégica. Continuaremos a crescer com uma equipa experiente, capaz, que integra de forma positiva e ágil novos valores e know how, e com um conhecimento aprofundado das matérias, muito devido à constante formação dos nossos advogados. Seremos, não duvidado, cada vez mais capacitados porque o nosso património é o nosso trabalho de equipa, nunca desistir é a nossa cultura. Hoje, sempre, as pessoas continuam a ser o nosso maior valor.



Paula Gomes Freire
Managing
partner da VdA

Apesar do contexto de incerteza e dos impactos da guerra na Ucrânia na economia europeia a minha expectativa para o mercado da advocacia em 2023 é que este se mantenha bastante competitivo e dinâmico no segmento em que nos posicionamos. É de esperar que, mesmo num potencial contexto recessivo, se mantenham níveis muito interessantes de atividade económica já que a inflação continuará a pressionar as disponibilidades de liquidez e a forçar a sua aplicação em ativos menos expostos aos seus efeitos corrosivos. Por isso mesmo, é natural que a atividade dos nossos clientes se mantenha focada em oportunidades de investimento – tendência a que já assistíamos em 2022 – e que surjam operações de aquisição e concentração, tanto de natureza estratégica como mais oportunística. A enorme volatilidade do mercado a que assistimos, provocada pela inflação e subida repentina das taxas de juro, tenderá a favorecer investment grade targets e a acelerar o investimento em ativos e empresas que integrem e cumprem métricas ESG.

Na ordem do dia estará também a capacidade de atração e retenção de talento pelo que antecipo uma (muito positiva e mais disseminada) preocupação crescente com as pessoas e com o desenvolvimento do seu potencial. Mais do que nunca será crítico promover uma cultura de exigência e elevada performance num ambiente seguro, positivo, solidário, justo e inclusivo de modo a assegurar que se estabelecem as relações de confiança e colaboração que geram engagement e sentimento de pertença e que nos permitem enfrentar melhor os desafios do futuro e dos nossos clientes.



Pedro Rebelo de Sousa
Managing partner
da SRS Legal

“2023 ainda está envolto em incerteza, na sequência do que está a ser o final de 2022. Ainda não há um fim à vista para a guerra na Ucrânia, as taxas diretoras emitidas pelos principais bancos centrais – FED, BCE e Banco de Inglaterra – continuam a aumentar, mas sem impacto relevante provado na descida da inflação. Penso que entraremos num período de provável estagflação, que trará dissabores a curto e médio prazo.

Ironicamente, mesmo com todos estes constrangimentos, o negócio e o volume de trabalho têm crescido. Pode, portanto, suceder que registemos em 2023 mais um ano de crescimento na SRS, apesar de todos os fatores descritos acima.

Historicamente, em cenários de incerteza, as empresas de consultoria – jurídica, económica, de comunicação, etc. – registam períodos de volume acrescido de trabalho. A profissão de advogado não vive exclusivamente do conflito entre partes, mas também se alimenta dele, para atingir acordos que representem sempre a melhor solução para os seus clientes.

Penso que ainda existe espaço para alguma consolidação no setor em Portugal – acabámos de assistir ao anúncio recente de uma fusão com dimensão relevante – e para a continuação do crescimento das boutiques legais, sociedades/empresas de menor dimensão, mas com alto valor de expertise em determinado setor ou área de prática.

Quanto às sociedades de maior dimensão – entre as quais nos incluímos – o desafio passa por continuar a crescer, orgânica e sustentavelmente, mantendo a aposta de forma coerente e consistente

na profissionalização das áreas de suporte, no desenvolvimento e uso da tecnologia e nas novas gerações, cada vez melhor capacitadas a nível académico, dotando-as de ferramentas profissionais e de acesso a track-record que as apoie na tomada de decisão.

Daremos ainda continuidade ao processo de sucessão do management, com uma natureza progressiva, que aportará um novo ímpeto à SRS e ajudará certamente a guiar o futuro a curto, médio e longo prazo.”



Paulo Almeida
Sócio
da Palm Legal (Kennedys)

“2022 foi um ano marcado pela situação militar na Ucrânia cujo impacto na economia será sentido nos próximos anos, especialmente, quando ainda não havíamos deixado de sentir os efeitos económicos da pandemia. Pelo que, qualquer antevisão do próximo terá de ter necessariamente em conta as previsões de recessão económica na Europa.

É natural que a tendência de crise se revele também na advocacia, especialmente nas áreas relacionadas com a prática comercial e financeira (a título de exemplo o M&A e Cripto Moedas), ao invés a procura pelo contencioso poderá aumentar. Caso se confirme este cenário, as sociedades e escritórios de advogados irão adaptar a sua estrutura em conformidade, seja com a fusão entre escritórios de pequena dimensão ou com a integração de Colegas da especialidade.

Também, temos assistido a uma tendência de reação ao impacto da tecnologia por parte dos utilizadores portugueses das mais diversas áreas, nomeadamente,

com a proliferação de aparelhos e possibilidades online inovadoras que vão fazendo parte do quotidiano e a necessidade de os regular e integrar no léxico jurídico – mais ainda, com o desenvolvimento da inteligência artificial.

Finalmente, caso a advocacia acompanhe a tendência dos restantes setores de negócio, verificar-se-á o inflacionamento dos preços dos serviços, com um maior escrutínio e responsabilidade dos advogados na faturação e alocação do tempo de trabalho, a bem da transparência e equilíbrio da relação com os clientes.”



João Miranda de Sousa
Sócio responsável dos escritórios
da Garrigues em Portugal

Em 2023 esperamos receber solicitações complexas de clientes que procuram obter respostas velozes, fiáveis e de alto valor acrescentado. O ano que vem será seguramente marcado pela incerteza e pela volatilidade. E as empresas pretenderão obter apoio jurídico 360º prestado por equipas multidisciplinares preparadas para atuar de forma proativa, eficiente e coordenada. E nós na Garrigues estamos apetrechados e plenamente mentalizados para defrontar esse desafio.

Vemos que ainda há liquidez no mercado e pensamos que no próximo ano a atividade de M&A prosseguirá a bom ritmo em setores como a tecnologia a agroindústria e a energia. Antevemos também que as áreas de laboral e de fiscal sejam especialmente solicitadas. Cremos ainda que a preocupação das empresas pelo cumprimento das exigências ESG (ambientais, sociais e de governança) também se traduzirá num incremento de solicitações. Os fundos europeus continuarão a ser aplicados, mobilizando e impulsio-

nando projetos e iniciativas de varia índole que precisarão de acompanhamento jurídico.

É, no entanto, verdade que a incerteza geopolítica e os indicadores económicos apelam sobremaneira à prudência. Os escritórios que se dedicam à advocacia internacional de negócios, como é o caso da Garrigues, acabam por ser um barómetro retardado do estado atual da economia mundial, pelo que ainda é cedo para podermos antecipar com nitidez o alcance do impacto que a incerteza geopolítica, o encarecimento da energia, do dinheiro e do crédito e o conseqüente abrandamento da atividade económica provocarão no mercado legal. O que neste momento sabemos é que a Garrigues tem a vantagem de ser uma firma global, versátil e recheada de talento, que ao longo dos seus mais de 80 anos de existência foi capaz de se adaptar às mais diversas circunstâncias e contextos macroeconómicos e que, mantendo sempre o foco nos clientes e na leitura rápida das suas expectativas e necessidades, superou com êxito os desafios que deles advieram. E tudo faremos para que 2023 não seja uma exceção.



José Luís Arnaut
Managing partner
da CMS

A recuperação da pandemia e a guerra na Ucrânia, entre outros fatores, têm motivado uma espiral inflacionária que todos conhecemos e sentimos no nosso dia-a-dia. Sabemos hoje, segundo dados do INE, que a inflação no mês de outubro, bateu novos máximos em relação aos últimos 30 anos. Ora, o setor da Advocacia, como qualquer outro setor, não é uma ilha, pelo que estará sempre, para o bem e para o mal, condicionado pelo

ciclo económico em que vivemos. Todo este cenário leva-nos a ser prudentes no momento de projetar o futuro, mas ainda assim antevemos um ano positivo. No que concerne à CMS, vamos seguir a nossa estratégia de crescimento sustentável, alicerçada no nosso enquadramento enquanto Sociedade Global, presente em 70 cidades e 43 países. Esta realidade permite-nos diversificar a exposição a um mercado concreto. A nós e aos nossos clientes e parceiros. No que diz respeito às áreas que creio que terão uma maior dinâmica, ao longo de 2023, destaco, tendo em conta o panorama atrás descrito, o direito do trabalho, nomeadamente as reestruturações. Também acredito que, seguindo a lógica conjetural, as áreas do contencioso e arbitragem podem ter um crescimento assinalável.



Inês Sequeira Mendes
Managing partner
da Abreu Advogados

Enfrentamos uma dupla emergência – de saúde, e político-militar - com um impacto negativo em quase todas as atividades. Inflação, recessão e desaceleração são reflexos económicos deste quadro e a advocacia não pode alhear-se deles nem do impacto que poderão ter nos seus Clientes.

Apesar da adversidade, há uma série de transformações em curso que também assentam numa dupla: neste caso, numa dupla transição, energética e digital que veio para ficar e norteará as principais tendências de todos os mercados. Bastará ter em conta o aumento exponencial do uso da internet e do volume de contactos e de operações que se realizaram por seu intermédio; a tendência para experiências de utilização e de consu-

mo cada vez mais imersivas, com destaque para o metaverso, sobre o qual, em conjunto com o nosso Instituto de Conhecimento, lançámos recentemente um livro na Web Summit. Cada vez mais sectores têm vindo a integrar a tecnologia em múltiplas dimensões das suas atividades e a inteligência artificial tem ainda muito potencial por explorar. Esta mudança opera a par com a necessidade de promoção da sustentabilidade por via da aceleração da descarbonização e da circularidade da economia e da independência dos combustíveis fósseis.

O aumento dos custos de funcionamento e de produção deverá refletir-se em áreas como as de M&A e Reestruturação e Insolvência que deverão manter uma atividade elevada; a dupla transição implica capacidade das empresas de se adaptarem às novas exigências; a área de Infraestruturas poderá registar um importante crescimento, à medida que os mais de 16 mil milhões de euros do PRR sejam alocados; e a área da Energia, sobretudo das Energias Renováveis, deverá assumir uma relevância ainda maior face à crise energética e ao aumento dos preços do gás e eletricidade.

Acredito que a advocacia está bem preparada para responder aos cenários mais adversos e à respetiva imprevisibilidade. Na Abreu Advogados, damos especial importância à preparação e à antecipação assentes na inovação: não terá sido por acaso que fomos reconhecidos pelo Financial Times como uma das sociedades mais inovadoras da Europa. Consideramos que a transformação digital in-house, a promoção dos critérios ESG e o desenvolvimento de novos serviços que acompanham as tendências de mercado são fundamentais para continuarmos a ajudar os nossos Clientes na tomada de decisões estratégicas e a acompanhar as suas atividades de perto e com rigor.



Mafalda Barreto
Managing partner
da Gómez-Acebo & Pombo

2023 será certamente um ano difícil para a economia mundial e Portugal não será exceção. A travagem na atividade começou já a sentir-se este ano, com especial incidência no setor de M&A e será ainda mais afetada pela dificuldade que se começará a sentir na obtenção de financiamento para as operações.

Mercados como o americano e inglês estão já a sentir um impacto muito acentuado que chegará seguramente, em breve, a Portugal onde a maioria das grandes operações tem investidores estrangeiros.

Creio que teremos um ano de 2023 mais lento em todo o setor transaccional (possivelmente com a exceção das áreas de energia e imobiliário) que será compensado por um crescimento acentuado da atividade nas áreas de contencioso, distressed M&A, insolvências e reestruturações. Na área de público é expectável um aumento significativo de atividade associado às novas obras públicas relevantes que estão a ser lançadas, incluindo ferrovia, aeroporto, estradas, etc. e que implicarão um reforço da capacidade neste setor.

Mais do que nunca será fundamental perceber a evolução do negócio do cliente evolui e como ele é afetado pela conjuntura, para poder antecipar as necessidades. Igualmente, será fundamental entender quais são os movimentos que se estão a desenvolver a nível internacional e as tendências associadas.



Marcos Sousa Monteiro
Sócio
da Linklaters em Lisboa

Face (i) à redução sentida no mercado de M&A internacional em 2022, (ii) à expectativa que o mercado internacional não melhore de forma significativa em 2023 e (iii) à volatilidade do mercado de dívida e à dificuldade de recurso a financiamento para alavancar transações de M&A, não vemos motivos para considerar que o mercado de M&A português possa crescer em 2023.

As tendências que antecipamos para 2023 incluem: (1) aumento das reestruturações e insolvências e de distressed-driven transactions, (2) exploração de transações com um ângulo mais oportunista face à conjuntura internacional e (3) preocupação mais transversal que as transações de M&A obedeçam a regras e critérios de ESG.



Fernando Antas da Cunha
Managing partner da Antas
da Cunha Ecija & Associados

Todos os dados macro económicos apontam para um ano de 2023 especialmente difícil. Os contextos provenientes dos efeitos da pandemia, da atual guerra na Ucrânia, da inflação a níveis que não vivíamos há mais de 20 anos levam-nos, uma vez mais, a ter de gerir com variáveis de enorme incerteza.

Por outro lado, passa-se algo curioso. Pese embora todas estas previsões, em termos de emprego, e centrando-me ago-

ra mais em Portugal, temos uma situação de pleno emprego, com as empresas a disputar ferozmente o novo talento e, ao mesmo tempo, a construírem modelos que permitam a retenção do existente. A crescer a tudo isto, ou seja, a um aumento generalizado dos custos, do lado dos clientes, pedem-nos mais, pagando menos. Não está fácil!

Feito este introito, já provámos (Portugal) no passado, que somos resilientes e que temos a capacidade de nos reinventar, protegendo-nos de efeitos mais agressivos.

Com o presente ano a terminar, não prevemos grandes mudanças para o primeiro semestre de 2023. Trata-se de uma análise com base no volume de trabalho existente na presente data, assim como de várias transações em curso. O resto do ano vai depender, em grande parte, de eventuais alterações já comentadas e que, a acontecerem, poderão ter um impacto relevantíssimo na economia. Falo especificamente da anunciada intenção de se acabar com o programa do Golden Visa. Julgo que seria um erro clamoroso e do qual não tenho dúvidas de que nos vamos arrepender. É fundamental manter em vigor programas de atração do investimento estrangeiro pois, só com base neste ponto conseguiremos manter um nível de consumo interno que permite ter as contas equilibradas.



Miguel Torres
Managing
partner da Telles

O ano de 2023 será provavelmente o mais desafiante dos últimos anos.

Há muitos fatores (novos) a ter em conta, nomeadamente: guerra na Ucrânia e suas consequências, humanas e económicas;

inflação alta; aumento das taxas de juro; abrandamento este ano da economia mundial e previsões de travagem a fundo em 2023.

A conjugação destes fatores vai refletir-se no sector da advocacia, que não vive isolado.

É já certo que teremos um aumento generalizado dos gastos (sobretudo nas remunerações e aqui o sector está um pouco irracional), mas uma maior incerteza no que diz respeito às receitas, em face dos fatores atrás referidos.

A verdade é que o mercado da advocacia tem enfrentado uma série de desafios nos últimos anos que têm impulsionado mudanças significativas na Telles ao nível da eficiência, quer na gestão, quer no desenvolvimento da tecnologia que hoje utilizamos, quer na formação dos nossos colaboradores, também em soft skills, permitindo, desta forma, estarmos mais bem preparados para poder dar resposta rápida aos desafios dos nossos clientes, antecipando soluções para problemas que sabemos que acontecem em períodos de menor crescimento ou mesmo retração.

É quase certo que será aprovada a multidisciplinaridade, a qual trará muitos desafios aos advogados.

Teremos, contudo, muitas oportunidades, pois prevemos maior trabalho, designadamente, em reestruturações, incluindo financeiras, no laboral, no contencioso, nos serviços ESG, na sustentabilidade, na economia circular, nas energias verdes, no digital e tecnologia, no fiscal.

Estamos conscientes dos muitos desafios que temos de enfrentar e bem preparados para prestar serviços jurídicos de excelência, de valor acrescentado e que potenciem o negócio dos nossos clientes e continuar a apostar nos nossos advogados e colaboradores.



João Robles
Sócio
da Eversheds Sutherland FCB

2023 será, na nossa perspetiva, um ano marcado por uma estabilização dos mercados e crescimento da confiança dos agentes económicos. Na ressaca de um ano de 2021 em que a atividade no sector das Mergers & Acquisitions atingiu níveis históricos, 2022 acabou por se refletir num abrandamento no volume de transações, motivado por um clima de incerteza e de instabilidade dos investidores, com origem em diferentes fatores, tais como a crise geopolítica, resultante da guerra da Rússia e da Ucrânia, a crise energética, o aumento da inflação e das taxas de juro.

Sentimos, no entanto, que estamos agora a entrar numa fase distinta, em que os diferentes stakeholders têm uma maior visibilidade da atual conjuntura e, portanto, conseguem fazer uma avaliação mais real dos seus ativos e calcular melhor os riscos das suas operações.

É neste sentido que perspetivamos um crescimento nos investimentos e transações para níveis pré-pandémicos, com claras preocupações de ESG, que entendemos ser uma prioridade não só para os nossos clientes, como também para a organização e funcionamento dos escritórios de advocacia. Fatores como a sustentabilidade, governança e work-life balance são hoje determinantes para a maioria dos advogados, assumindo especial relevância no recrutamento e retenção de talentos.

Quanto a sectores de atividade, não temos grandes dúvidas de que o sector das tecnologias conseguirá manter a liderança mas não deixaremos também de assistir a grandes investimentos no mercado energético, sobretudo na área das renová-

veis, no contexto da crescente tendência para a transição energética.

Relativamente ao mercado imobiliário, continuaremos, certamente, a assistir a fortes investimentos, não só no sector logístico, em clara ascensão, mas também no mercado de escritórios, perante a necessidade das empresas, onde claramente se incluem os escritórios de advogados, de investirem para tornar o ambiente de trabalho cada vez mais confortável e apelativo.



David Oliveira Festas
Sócio
da CS' Associados

“2022 foi um ano muito positivo para o nosso escritório, tendo aumentado de forma significativa o número de operações em que estivemos envolvidos. A nossa expectativa é continuar este caminho em 2023 apesar da conjuntura económica e geopolítica atual e das perspetivas de uma possível recessão. Em momentos de maior dificuldade, é expectável que os clientes procurem aconselhamento mais sénior e diferenciado, o que implicará outro tipo de trabalho e novas oportunidades de negócio. Ainda que se verifique uma eventual redução de operações de M&A (sobretudo nas que tenham tickets mais elevados), surgirão certamente reestruturações financeiras, refinanciamentos de empresas, novos instrumentos de dívida e renegociações de contratos que permitam aos grupos empresariais enfrentar as dificuldades. A CS' foi constituída em 2009, num contexto de crise económica, pelo que sabemos bem o que os clientes necessitam nestes momentos. Da experiência do passado, é expectável que surjam alguns movimentos de concentração empresarial, que abrirão novas oportunidades. Por fim, contamos que o investimento do Estado, a

execução do PRR e o investimento em novas infraestruturas permitam um incentivo à economia e ao trabalho das sociedades de advogados vocacionadas para o acompanhamento desses projetos. Uma nota final para a importância, nestes tempos que se aproximam, do apoio ao sector social, no âmbito das políticas de ESG, que hoje norteiam a atuação e posicionamento de todo o setor da advocacia”.



Tânia Pinheiro
Sócia da Monereo Meyer
em Lisboa

Para olharmos para o futuro, devemos refletir sobre o passado, o ano 2022, e esse foi em geral, um ano positivo, embora com alguns desafios.

Para nós, Monereo Meyer, foi um ano de muita vontade e dinamismo. A expansão do escritório Monereo Meyer (estabelecido há décadas em Espanha) para Lisboa, com uma equipa que conhece muito bem e trabalha há muitos anos no mercado português, foi uma evolução natural. Trabalhamos, mais que nunca, em transações cross-border e acreditamos que conhecer bem os mercados de onde são os nossos clientes e falar a língua deles (neste caso o alemão), é uma mais-valia.

De 2023 esperamos, naturalmente, o melhor. Esperamos que Portugal continue a ser um parceiro para os investimentos vindos do estrangeiro e que continue a ser um mercado relevante, principalmente para a Alemanha, Áustria e Suíça, onde está o nosso foque. Esperamos que a banca se veja como parceiro em negócios, evitando que um compliance demorado e complexo, se torne quase um deal-breaker. Esperamos clareza nas nossas leis, estabilidade, para que os clientes saibam o que esperar quando investem em Portugal. Esperamos

que a guerra não traga desaceleração, com desafios difíceis para todos nós. Os dados apontam para uma aceleração da economia mais moderada e com poder de compra dos portugueses a diminuir. Vamos ter que nos adaptar. Contamos com uma continuada aposta na área do turismo e imobiliário, nas TI e Engenharia. e, que o direito fiscal, com todos os desafios internacionais, aumente em relevância.

A advocacia e a forma de trabalhar mudou. Estando ou não fisicamente no escritório, tentamos estar ainda mais perto dos clientes, seja por videoconferência, telemóvel.



Ana Salgado
Co-managing partner
da FB&A

Já há muito que se encontra em curso uma mudança profunda no mercado da advocacia, para a qual foi decisiva o período pandémico, assumindo-se, assim, o ano de 2023 como extensão dessa mesma mudança, ora em curso.

A revolução tecnológica e a alteração no modelo de organização dos escritórios de advogados, para a qual foi decisiva a primeira, de forma a aproximar os escritórios de advogados das “empresas” e do respetivo modelo de organização e gestão, continuará a ser o principal fator de mudança no mercado da advocacia.

Existiu, e está em curso, uma mudança na “cultura ou imagem da advocacia”, seja ao nível da organização e gestão interna dos escritórios, com recurso obrigatório a soluções tecnológicas cada vez mais exigentes e tendencialmente mais eficientes, desburocratização crescente dos procedimentos internos, aposta nos colegas mais novos e intercâmbio cultural, seja ao nível da própria imagem do advogado, cada

vez mais próxima e acessível do cliente e demais colegas, com foco na necessidade premente de adaptação às novas tecnologias e exigência de especialização.

A pandemia veio comprovar que já não é suficiente a qualidade técnica do advogado, é imperiosa a disponibilidade, a capacidade de adaptação à mudança e a adoção de soluções integradas com as soluções de IT instaladas no cliente e com os circuitos e fluidez de informação estabelecidos.

Em consequência da pandemia e subsequente crise económica, continuará a assistir-se ao aumento da litigiosidade laboral e dos processos de índole falimentar, com consequente incremento da procura dos serviços nessa área. Por outro lado, é esperado o decréscimo dos processos de Golden Visa, ante as reformas legislativas já executadas, e em curso, e as eventuais reformas futuras, o que alterará indubitavelmente a área de negócios associada. No mais, o mercado da advocacia continuará a ser premente à instabilidade social e económica mundialmente vivida, sendo fundamental, mais do que nunca, a capacidade de adaptação à mudança e às (novas e mutáveis) necessidades do cliente e da sociedade.

Fazer mais, melhor e diferente será – ou continuará a ser - o mote para o mercado da advocacia em 2023.

ano e prevemos que a tendência se mantenha para 2023, com grande diversidade de assuntos, o que potenciou, e justifica para o próximo ano, o investimento na consolidação do know how em algumas equipas, como por exemplo o Urbanismo e Ordenamento do Território, o Direito Público. O investimento estrangeiro bem como a fixação da clientela aí gerada, tem sido uma área de bom crescimento, criando oportunidades de trabalho em diversas áreas de prática, para além do Imobiliário, com um acompanhamento muito próximo dos clientes nos seus investimentos.

O desenvolvimento das tecnologias de informação, bem como o tipo de clientes que temos, exigem uma maior qualificação em áreas como os Direitos de Autor e Propriedade Intelectual, áreas que temos vindo a reforçar e a dotar de maior capacidade técnica.

A existência de sólidas relações de trabalho e partilha dentro da equipa e de confiança com os nossos clientes é para nós uma prioridade. Prevemos, portanto, mais um ano de crescimento e consolidação da equipa, com o ritmo e as condições que escolhemos e que julgamos serem de molde a manter um bom equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal, preocupação presente no nosso escritório desde a sua fundação.

uma recessão em 2023. Tendo em conta que a inflação ainda se encontra longe de estar debelada, os custos de financiamento de operações de investimento serão mais caros. Nesta conjuntura, perspectiva-se uma diminuição da procura por serviços jurídicos na área das fusões e aquisições. Porém, é previsível que aumentem operações de reestruturação, especialmente as que envolvam empresas em dificuldades, em situação de pré ou mesmo de insolvência, que podem gerar interessantes oportunidades de negócio. Num ambiente económico mais turbulento, espera-se também um aumento da litigância como forma de gerar liquidez através da recuperação mais agressiva de créditos. O que fará aumentar a procura por serviços na área do contencioso e arbitragem. Ainda assim, a Enes | Cabral encara 2023 com algum otimismo. O objetivo será continuar a crescer nas áreas em que prestamos serviços jurídicos mais especializados: Corporate, Fusões e Aquisições, Investimento Estrangeiro, Contencioso e Arbitragem, Reestruturações de Empresas e Insolvências. No ano que agora finda reforçamos a nossa equipa em todas as valências. Fizemo-lo para responder à procura de novos clientes, mas também para aumentar a nossa capacidade de resposta. Partimos, assim, para 2023 preparados para apoiar os nossos clientes, num ano que se antecipa, com certeza, muito desafiante.



Rita Maltez
Sócia
da Pares Advogados



Pedro de Almeida Cabral
Sócio fundador
da Enes Cabral



Margarida Lima Rego
Diretora
da Nova School of Law

A nosso ver o mercado português está bastante estabilizado e com uma elasticidade reduzida, seja em termos de Clientes, seja nas áreas de direito e operações mais solicitadas.

Na Pares Advogados tivemos um bom

O próximo ano será exigente para as sociedades de advogados. Nestes meses finais de 2022, já se sente um abrandamento da atividade económica e do consumo privado. O que, com toda a probabilidade, irá originar um crescimento tímido ou mesmo

Vivemos temos de alguma incerteza. As empresas enfrentam uma crise energética sem precedentes, com impacto direto no custo e acesso à energia propriamente dita e impactos indiretos múltiplos, como a escassez generalizada de matérias-primas e no

transporte de mercadorias. A atual conjuntura gera clientes com muita sensibilidade à necessidade de contenção de custos. Na advocacia, fará a diferença quem conseguir posicionar-se ao lado das empresas, em parcerias para a inovação.

O exercício da profissão já não se compece com a visão mais tradicional da advocacia como aquelas pessoas a quem só se fala quando as coisas já correram mal. Neste momento, o que se espera, e cada vez mais se exige, na linha da frente da advocacia, é que se esteja presente desde a primeira hora, discutindo e tendo uma voz ativa na conceção e delineação dos projetos, antecipando problemas e propondo soluções, caminhos alternativos de se chegar onde se quer, formas de minimizar riscos jurídicos, de avançar com a segurança possível rumo ao futuro. Também há uma consciência crescente de que as fronteiras geopolíticas e, consequentemente, os limites das jurisdições nacionais, são cada vez mais permeáveis a questões, como a crise climática e os ataques cibernéticos, que os ultrapassam e não se resolvem num plano puramente nacional ou local. O que se espera do mundo da advocacia é que se alinhe com a internacionalização, e mesmo a globalização dos problemas e das respetivas soluções, dominando as discussões nos planos nacional, regional, trans e plurinacional, internacional e global.



Ricardo Reigada Pereira
Managing partner da RRP

Há anos relativamente aos quais é expectável que surjam mudanças significativas no mercado da advocacia. O ano de 2023 é seguramente um deles. Sem surpresa, a mudança resulta de alterações de carac-

ter estrutural na economia em que operamos. O nosso prognóstico é de que a inflação não seja meramente conjuntural. Por seu turno, a ação e inação dos bancos centrais e sobretudo dos Governos – inextricável do fenómeno inflacionista – conduzirá igualmente, a nível internacional, a reafecções massivas de capital. O mercado de advocacia ter-se-á de adaptar a esta realidade, aproximando-se dos sectores mais expostos ao “capex boom” que, estamos em crer, emergirá do novo contexto. As equipas mais transacionais deverão estar próximas desses agentes. Esperamos solicitações acrescidas em domínios como a energia, a indústria (“advanced manufacturing”) ou a infraestrutura. As vítimas desta reafecção do capital – isto é, os perdedores do “capex boom” – terão, em certos casos, de realizar reestruturações ou, inclusivamente, ser objeto de transações. Tais agentes vão igualmente necessitar, claro está, de assessoria jurídica especializada.



Florbela Jorge
Country manager da JusNet (Grupo Karnov)

A advocacia precisa de ser diferenciada pelo que gostaria de destacar a tendência para a simbiose entre o seu exercício e as tecnologias cujo foco depende da experiência do cliente. Os advogados procurarão fornecedores de soluções de informação jurídica, sistemas de serviços de apoio jurídico automatizado que decorre do investimento na automatização do trabalho administrativo e criação de documentos. Porque vivemos numa economia baseada em dados, os advogados quer na consultoria quer no contencioso lidam com questões que envolvem grandes volumes de informação pelo necessi-

tam de recorrer a ferramentas de e-discovery e análise preditiva de casos.

A advocacia passa a assentar num negócio com mais eficiência e maior valor, que resulta da redução custos e do crescente conforto com a padronização do trabalho, chatbots e o uso de soluções mecanizadas. O caminho está aberto para novos talentos que preferem complementar o escritório físico com o escritório digital viajando para qualquer parte do mundo. As equipas são cada vez mais interdisciplinares compostas, nomeadamente, por paralegais, analistas de dados, gestores de operações de prática jurídica, etc... para responder às novas realidades do direito digital, do direito do trabalho, do direito internacional, das criptomoedas, da compliance, entre muitas outras. E as expectativas dos clientes recaem no contacto privilegiado através de plataforma digitais com interfaces amigáveis no que respeita à sua utilização e personalização dando a sensação de rapidez e elevada qualidade de serviço prestado.

Em conclusão, a transformação da advocacia caminha para o seu exercício cada vez mais virtual graças à implantação de plataformas tecnológicas de gestão ‘contract life cycle’, de automatização, ‘ticketing’ e ambientes colaborativos em cloud.



Nuno Galvão Teles
Managing partner da Morais Leitão

Do ponto de vista do setor, estamos na expectativa. O ano é de transição, com a entrada em vigor da multidisciplinaridade, aproximando o nosso setor de outras jurisdições. Este é mais um desafio, a somar-se aos demais. Aguardamos com alguma tranquilidade, porque a exposição internacional do mercado português já

era uma realidade, com respostas flexíveis. Confiamos na capacidade auto-regulatória da nossa profissão, mantendo a sua deontologia e missão intactas. As mudanças no mercado deverão existir, desde logo com mudanças de equipas e de advogados, mas possivelmente até com mais fusões ou concentrações, uma tendência que já se vinha consolidando, motivada pela digitalização, pela especialização e também pelos próprios custos de investimento. Relativamente ao nosso papel no desenvolvimento da economia, é também com otimismo que olhamos para 2023. Temos tido uma série de avanços interessantes – dos desafios da simplificação administrativa às ações populares, da taxação de criptoativos às novas emissões de dívida e às múltiplas perguntas sobre ESG, com um ‘pipeline’ bastante significativo de M&A. E parece-me que há ainda caminho por fazer, como a enorme vontade de abrir o mercado de capitais às empresas emergentes que deixaram definitivamente para trás o estatuto de startup, sendo hoje multinacionais de sucesso. Confesso que é uma altura particularmente interessante para se trabalhar na assessoria jurídica, em qualquer setor.



Miguel Miranda

Managing partner e presidente da comissão executiva da PRA-Raposo, Sá Miranda & Associados

Capacidade de adaptação e consolidação. Não creio que perante as exigências e características das novas gerações, das questões prementes e desafiantes que ocorrem no mundo nos possamos manter impermeáveis e imutáveis.

Teremos de nos adaptar todos os dias. A mentalidade das pessoas é o maior desafio, o mais complexo e o que merece

maior atenção. As novas gerações não veem a carreira no Direito da mesma forma. Têm outras expectativas, ambições e formas de estar.

Isso, aliado às novas tendências laborais, exige capacidades e uma atenção especiais por parte das sociedades para manter as pessoas fortemente ligadas aos seus projetos.

A tecnologia continua a constituir um grande desafio para o setor. Acredito que está já a revolucionar o mercado e dar a algumas sociedades vantagem competitiva. Estamos cientes dessa realidade.

Por outro lado, neste momento o mercado jurídico português é um exclusivo de advogados, estando vedado a escritórios multidisciplinares. A breve trecho poderá vir a acontecer uma profunda mudança deste paradigma, o que constituirá um desafio.

Relativamente à PRA, continuaremos a estar atentos às tendências e em alargarmos as nossas fronteiras. A nossa cobertura em Portugal não só dá aos nossos clientes o conforto de podermos estar perto deles nas suas regiões locais, como também dá flexibilidade e incentiva o nomadismo das nossas equipas. O crescimento doméstico é uma prioridade, embora, paralelamente, temos vindo a desenvolver um projeto pioneiro de expansão internacional, que está neste momento em fase de prova de conceito.

Em suma, estamos otimistas relativamente a 2023, sem, porém, ignorar o desafio da conjuntura económica e geopolítica que, seguramente, marcará o próximo ano.



Luís Afonso Fernandes

CEO da Roox

“Partindo do princípio de que o mercado da advocacia é heterogéneo, e não

sendo o critério de segmentação principal, a dimensão da sociedade, mas sim, a cultura dos advogados/gestores que as lideram e o cliente alvo ao qual se dirigem, identificamos um conjunto de tendências que eventualmente poderão ser decisivas na competitividade das sociedades no futuro.

Em primeiro lugar, o exercício da advocacia, normalmente assente numa prestação de serviços sequenciais, faseados e com previsibilidade condicionada, começa a dar lugar ao crescimento de serviços enquadrados no conceito de projeto, com previsibilidade e planeamento. O caminho para essa previsibilidade/planeamento implica não só um ajuste na forma de pensar dos advogados, mas também na análise estruturada de informação histórica, fortemente assente na captura e exploração de metadados, os quais, devidamente contextualizados, permitem trabalhar a melhoria contínua.

Por outro lado, a preocupação na retenção assim como conquista de clientes sofisticados, têm levado as sociedades a investir na proximidade, tentando superar expectativas, como seja a entrega de serviços self-service, disponibilização de informação de forma proativa, automação, entre outros serviços fortemente dependentes de tecnologia. Por fim, a possível materialização da multidisciplinariedade das sociedades, levantará desafios à coordenação de múltiplos profissionais, com a ambição de entregar serviços agregados, nunca esquecendo as particularidades e exigências da prestação dos serviços jurídicos e a deontologia do advogado.

As metodologias de Legal Design Thinking como gestão da mudança, e Legal Project Management para padronização e melhoria da rentabilidade e competitividade, começam assim a ganhar cada vez mais peso dentro das sociedades, sendo assim os catalisadores da resiliência, competitividade e sustentabilidade.”



Bernardo Ayala
Sócio diretor
da Uría Menendez - Proença de Carvalho



Mafalda Rodrigues Fonseca
Sócia da CSBA
Sociedade de Advogados



Antonio Villacampa
Sócio diretor
da Uría Menendez - Proença de Carvalho



Isabel Marinho
Sócia da CSBA
Sociedade de Advogados

Do mercado da advocacia esperamos sobretudo que continue a evoluir em sofisticação e internacionalização, como tem sucedido nos últimos anos e é comprovado pela procura de advogados portugueses por parte de vários escritórios estrangeiros de referência. Essa mobilidade, por um lado dentro da advocacia e, por outro, até entre setores jurídicos e não jurídicos (num movimento que começa a ser de vai-vém), continuará provavelmente visível ao longo do próximo ano e constituirá um renovado desafio de gestão das sociedades a operar em Portugal.

Uma das nossas principais prioridades continuará a ser a renovação de talento por via de recrutamentos criteriosos e no contexto da política up or out que caracteriza o nosso modelo.

Esperamos atividade mais intensa em Energia, Imobiliário (sobretudo ligado ao turismo) e Infraestruturas. Esperamos também atividade interessante em Reestruturações e operações de compra e venda de carteiras de non-performing loans. 2023 traz algumas nuvens, mas a advocacia portuguesa já deu suficientes provas de resiliência. Os desafios serão superados.

2023 será, indubitavelmente, mais um ano de desafios e mudanças para a Advocacia! Após a situação pandémica a que todos tivemos que nos adaptar e enfrentar, foi o Mundo surpreendido, no princípio do ano de 2022, pelo início do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, cuja situação se está a arrastar, infelizmente, no tempo.

Cientes dessa situação e conforme o legado de Darwin, temos de ter presente que nos devemos de adaptar aos novos tempos e às novas realidades, confiantes que quem sobreviverá não serão, necessariamente, os mais fortes, mas sim aqueles que se souberem adaptar.

Em cima da mesa estão muitas áreas de negócio a florescer e cabe-nos a nós, enquanto País, e a nós, especificamente, como Advogados mostrar ao Mundo, o quanto somos capazes, de Unidos, fazer Melhor!

Cabe-nos, ainda, a nós enquanto País criar as condições essenciais para conseguirmos captar os melhores profissionais que queiram ser acolhidos em Portugal e a partir daqui para o Mundo desenvolverem os seus negócios, as suas atividades.

Captação de Talentos, Gente “open mind”, Criativos, Pensadores, Executores,

Idealistas ... Gente que pense e pense bem será, sempre, Bem-Vinda a Portugal! Criar, Crescer, Desenvolver ... devem ser as palavras chave para os atrairmos.

Não basta querer que venham, não basta desejar muito que aconteça – Temos de fazer acontecer!

É urgente criar as condições ideais (decerto, nunca perfeitas) para que os Talentos escolham Portugal como a sua Casa.

Com a legislação fiscal, as taxas, os impostos e demais encargos administrativos que temos, atualmente, em Portugal, muito provavelmente, não bastará, o sol, o clima, a boa comida, a hospitalidade do povo português, para que a título de exemplo, um Norueguês, um Finlandês e até um Inglês aqui queira criar a sua Empresa, desenvolver a sua atividade profissional, ajudar na criação de riqueza ... fazer Portugal acelerar!

Um novo quadro jurídico e estável, adaptado aos tempos de mudança, é urgente para captarmos Gente com Valor, Empresas, Negócios ... Temos de fazer crescer a Economia!

As tecnologias que estão na disponibilidade das Empresas, facilitam, em muito, o teletrabalho e permitem uma abordagem de futuro, que já se está a enraizar, numa articulação entre trabalho presencial e teletrabalho, mas, também, percebemos que o teletrabalho trouxe uma grande alteração, uma mudança de paradigma a nível da “chamada pequena economia” – restaurantes, lojas, viagens...

Continua atual a capacidade que Portugal tem para atrair empresas ligadas ao ambiente, à economia verde, ao mercado do carbono, às novas tecnologias de informação, de gestão de dados, novas lógicas de gestão de redes, da energia ao 5G, temos é de criar as condições, para que Portugal atrativo para quem decide a localização dos seus negócios.

O mercado da advocacia de negócios, segue a corrente dos mercados, e tal facto, obriga a que, forçosamente se tenha de adaptar, mas, também, estamos convictas que os novos anos 20 em que caminhamos

a passos largos, serão de grandes oportunidades para Todos nós, não só como Advogados, mas, também, como cidadãos, como empresas, como País.

A CSBA trabalhando, maioritariamente, com mercados internacionais, percebe, quanto muitos apreciam o nosso País, os quais se as condições fiscais, administrativas (ao nível da burocracia) fossem outras, decerto, se fixariam em Portugal.

Sendo os nossos Clientes a nossa prioridade, sendo o sucesso dos nossos Clientes, o nosso sucesso, desejamos que Portugal consiga atrair para a Sociedade Portuguesa, Talentos, Mentas Brilhantes ... de todo o Mundo, que possam, connosco, contribuir para um Portugal de Futuro!



Nuno Fonseca Alves
Sócio
da NFS Advogados

Prevê-se um novo ano pleno de incertezas e desafios.

Seremos confrontados com um previsível período de instabilidade, marcado pela escalada das taxas diretoras do BCE em reação a um cenário de subida de preços. Adivinham-se dificuldades para particulares e empresas, com o possível aumento do número de processos especiais de revitalização (PER) e de apresentação à insolvência. Terão especial importância as alterações ao CIRE que entraram em vigor em abril deste ano.

Em simultâneo, começam a surgir os primeiros sinais de que a expansão do mercado imobiliário poderá estar perto do seu término (neste sentido o Relatório de Estabilidade Financeira divulgado pelo BCE este mês), o que terá enorme repercussão numa economia intensamente marcada pela atividade de construção, reabilitação e alojamento. Na área da

Imigração, cada vez mais relevante, começarão a sentir-se os efeitos da nova legislação, com a criação dos novos vistos para procura de trabalho e para nómadas digitais. O programa “Tech Visa” continuará a fazer o seu percurso e espera-se que a disrupção provocada pela (prometida) extinção do SEF seja mínima.

Na área da Infomática, Proteção de Dados e Cibersegurança continuaremos a assistir a um crescendo de importância. Não será aqui alheia a entrada em vigor, neste mês, do Regulamento dos Serviços Digitais, um novo marco na crescente regulação do setor.

Como sempre, a NFS Advogados irá mostrar-se preparada e atenta. Depois de estreitar novas instalações este ano, com uma equipa em crescimento, motivada e dinâmica, somos uma sociedade de advogados em constante adaptação: aos novos desafios de formação, nos quais apostamos ininterruptamente, e aos novos desafios colocados pelos nossos clientes, aos quais responderemos com o nosso habitual padrão de rigor e profissionalismo.



Domingos Cruz
Managing partner
da CCA Law Firm

O que podemos esperar do mercado da advocacia para 2023? Creio que podemos esperar o inesperado. O contexto económico de 2023 será, sem dúvida, desafiante e imprevisível e, na verdade, após se terem colocado em causa seguranças e certezas que não julgávamos já possíveis, é com alguma precaução que encaramos este novo ano.

Contudo, há tendências que se irão continuar a verificar, e de forma cada vez mais crescente, não só em 2023 como nos próximos anos. A digitalização e a transformação digital têm sido uma aposta transversal

a todos os setores. Continuar a incentivar a criação de soluções inovadoras que gerem valor e que potencializem o negócio, quer a nível de simplificação de processos internos como a nível de acompanhamento junto dos clientes, parece-nos inevitável, bem como a motivação das pessoas e das equipas que trazem essa inovação consigo. Adicionalmente, há também uma exigência crescente no que respeita à matriz de ESG (Environmental, Social and Governance) e de que forma esta tem expressão na forma como prestamos os nossos serviços e o impacto gerado, inevitavelmente, junto dos clientes. O ESG, juntamente com a Agenda 2030, significam futuro e uma preocupação movida pela sustentabilidade aquando da definição da estratégia de negócio.

E quando falamos em sustentabilidade, falamos também nas pessoas. Na sua retenção e na retenção do seu talento para as sociedades de advogados. Não há dúvida que o mercado se tem demonstrado cada vez mais competitivo e importa, por isso, conseguir um alinhamento de valores e de objetivos comuns.

Independentemente de todos os desafios que 2023 possa apresentar, é imprescindível que tenhamos uma atitude de adaptação constante aos vários cenários e áreas de ação. É imprescindível continuar a apresentar soluções criativas, a pensar sustentavelmente e a incentivar a quebra de barreiras e estereótipos.



João Valadas Coriel
Managing partner da VCA

O futuro da advocacia tem em 2023 um desafio sem precedentes que consiste na mais que expectável aprovação na Assembleia da República do diploma que virá regular as associações públicas pro-

fissionais e que permitirá o advento das sociedades multidisciplinares.

Pese embora as ‘Big Four’ já estejam no mercado da advocacia há muito tempo através de sociedades instrumentais, esta legalização é um verdadeiro “game changer” talhado para beneficiar as grandes multinacionais que operam no país.

Como nem tudo pode ser mau, este caminho levará à possibilidade de abandono do sistema de transparência fiscal por parte da sociedade de advogados, que pese embora tenha algumas vantagens para sociedades de pequena dimensão, é altamente penalizador para quem pretende crescer e inovar. Na transparência fiscal o sócio advogado paga por tudo quanto fatura, independentemente de ter recebido ou não e não tem qualquer incentivo à poupança e investimento necessário a expandir a sua sociedade.

Por outro lado, o domínio de um só partido no Governo e Assembleia vai restringir para níveis ainda mais absurdos as sociedades que se podem relacionar com o Estado ‘lato sensu’, empresas públicas e reguladores, propiciando a troca da advocacia pelo tráfico de influências e venda de acesso privilegiado aos decisores.

A degradação do funcionamento de todos os tribunais, onde nem papel há, com especial enfoque nos tribunais administrativos e fiscais em que as causas demoram dez anos a decidir apesar da tortura das estatísticas nos dar números mais risonhos, vai afastar os cumpridores da justiça e dar alento aos incumpridores que anseiam que os tempos da justiça, a inflação e as custas exorbitantes afastem ainda mais os cidadãos e as empresas da composição dos litígios através dos Tribunais.

No capítulo da esperança, a sociedade civil tem-se organizado para superar estas adversidades, a generalidade dos advogados estão melhor preparados e orientados para a solução de problemas e o afluxo de investidores estrangeiros e imigrantes tem sido uma tábua de sobrevivência para a advocacia que não se conforma, que ar-

risca e que não baixa os braços.

Em suma, ao contrário de todos os sinais que os poderes legislativo, executivo e judicial nos mandam, poderemos ter um 2023 melhor que o 2022.



Nuno Cerejeira Namora

Sócio fundador da Cerejeira Namora, Marinho Falcão Advogados

Os últimos anos têm sido pródigos em colocar-nos à prova com novos desafios. 2023 certamente não fugirá a esta “nova regra”, com a previsível manutenção da instabilidade mundial provocada pela guerra e todos os fenómenos conexos ou em resultado daquela. Os fenómenos migratórios influenciados directa e indirectamente pela guerra, bem como por outros movimentos e resultados eleitorais a nível mundial podem ter um impacto directo nalgumas áreas de actividade do sector. Ainda assim, acredito que o sector continuará em franca expansão e com uma procura cada vez maior de serviços profissionalizados, ágeis e competitivos. No plano interno da profissão, a multidisciplinidade continuará a ser “o desafio”, quer por advir de imposições europeias de conformidade, quer por coincidir com o início de mandato para os órgãos da Ordem dos Advogados eleitos no final do ano. No plano estratégico, as operações de captação de investimento externo, financiamento e responsabilidade ambiental continuarão a ocupar lugares de destaque nas prioridades do sector empresarial. Aqui, os nossos clientes confiarão seguramente na capacidade de actualização e inovação, aliadas à segurança na tomada de decisões estratégicas. Internamente, em ano que encerra as celebrações do 30.º aniversário da Cerejeira Namora, Marinho Falcão, teremos muitas novidades e motivos e para conti-

nuar a ver no sector e na profissão uma oportunidade de carreira e de crescimento. A expansão internacional continuará a ser aposta firme, e o foco na relação e experiência do Cliente uma prioridade.



João de Travassos

Sócio fundador da Travassos, Albuquerque & Associados

O ano de 2023, será, ao que tudo indica, um ano marcante para a advocacia em Portugal, pelo menos na forma como hoje a conhecemos. Fácil seria cair no comum lugar de perspetivar um putativo retomar do crescimento da economia pós-guerra da Ucrânia - que findará -, tal como nos últimos dois anos muito se vaticinou para o período pós-pandemia. Mas se as dificuldades que o mundo atravessou, e que Portugal muito sentiu, nos obrigaram, a nós enquanto advogados, a um profundo processo de adaptação, mais ou menos difícil, mais ou menos conseguido, certo é que nunca o papel do advogado na sociedade portuguesa saiu prejudicado, antes pelo contrário. Era precisamente isso que gostaríamos de perspetivar para 2023, uma advocacia presente. Uma advocacia presente, independente e fundamental na administração da justiça e na defesa do estado de Direito democrático. Seja o que for que a economia nos irá reservar para 2023, os advogados cumprirão, como sempre, a sua parte, mas apenas se legislativamente assim se entenda e se mantenha o seu papel fundamental, o qual, orgulhosamente extravasa em muito a mera prestação de serviços comumente e infelizmente perspetivada do ponto de vista económico. Pois bem, esse papel fundamental do advogado está, como sempre esteve, alicerçado na sua independência e na capacidade da sua Ordem. No consagrado entendimento de que as instituições não são

boas porque são antigas, mas são antigas porque são boas, e, bem assim, que revolução poder-se-á configurar na prática como antítese de evolução, melhor encararíamos o próximo ano se o legislador assim também o entendesse, controlando, nesta matéria, a sua descapitada vaidade. Assim, para o 2023, apenas gostaria de continuar a ser advogado.



Pedro Malta da Silveira

Sócio cofundador
da SPS Advogados

Ainda sem estar completamente assimilado o impacto da pandemia global decorrente da Covid-19, o ano de 2023 antevê-se que ficará indelevelmente marcado por perturbações económicas decorrentes da alta das taxas de juro a nível mundial e pelo período de guerra que se vive no leste da Europa, o que terá, necessariamente, efeitos reflexos no setor jurídico. Sem prejuízo da incerteza que possa existir quanto ao futuro económico imediato, acreditamos que as áreas de Contencioso, Seguros, Bancário e Financeiro (ao nível de vendas de carteiras de NPL's, ESG, regulatório, direct lending e sistemas de pagamento) e Laboral, continuarão a ter expressão significativa durante o próximo ano.

Espera-se igualmente que os sectores do turismo, imobiliário e construção se mantenham estabilizados em alta, mantendo-se o investimento nacional e estrangeiro, com o consequente impacto em termos de trabalho nessas áreas. Em matéria de M&A, espera-se uma manutenção estável da realização de operações, com maior enfoque nas reestruturações e consolidações empresariais. O próximo ano poderá ainda trazer novidades ao nível das estruturas societárias multidisciplinares. Noutro âmbito, o ano de 2023, represen-

tará um aprofundamento ainda maior no investimento em novas tecnologias e no digital, e no desenvolvimento de políticas internas de diversidade, flexibilidade e sustentabilidade, reconhecendo-se a importância de criar ambientes que reforcem o fator humano e o “work life balance”.



Manuel Magalhães

Managing partner
da Sérvulo & Associados

O mercado da advocacia em 2023 vai, inevitavelmente, acompanhar a evolução dos mercados em geral, a qual se antecipa ser de forte abrandamento ou mesmo, nalguns países, de recessão, num quadro marcado pelos efeitos adversos da continuação da guerra na Ucrânia, da crise energética, do surto inflacionista e do aumento das taxas de juro. Neste quadro é possível que ocorra algum abrandamento da atividade nas áreas mais transacionais, em particular nos setores mais expostos aos efeitos da crise, sendo habitual assistirmos, por outro lado, a um aumento da procura de serviços jurídicos nas áreas do contencioso e, em especial, nas áreas da reestruturação e insolvência. No contexto da atual crise energética e no quadro mais amplo da desejada transição gradual e global para um quadro de neutralidade carbónica, acredito que possamos assistir a um reforço do investimento estrangeiro e nacional no setor das energias renováveis, com o correspondente intensificar da nossa atividade nestas áreas. Por último, importa notar que os momentos de crise são também momentos de oportunidades, de inovação e de racionalização e ganhos de eficiência, cabendo aos advogados um papel importante na estruturação e implementação das soluções e medidas que as empresas sejam chamadas a tomar neste contexto.



José Diogo Horta Osório

Sócio
da J+Legal

O ano deverá ser caracterizado por menos IDE e M&A e deverá ser mais centrado em NPLs, reestruturação de dívida, contencioso, insolvência e laboral. Ainda assim, com muito trabalho e com crescimento em todos os indicadores, sobretudo nas referidas áreas e apesar de concorrência mais aguerrida nos honorários.



Jônata Souza Guimarães

Sócio
da Halx Advogados

O ano de 2023 será desafiador para a advocacia. O mundo ainda está a ressentir-se da pandemia e os mercados já têm que enfrentar as drásticas consequências da guerra iniciada na Ucrânia. Neste contexto de vertiginosa imprevisibilidade, os clientes precisam de respostas mais céleres e efetivas para a solução dos problemas ou para a concretização dos seus projetos.

A HALX Advogados confia que, entre outras tendências, haverá um aumento da aplicação do legal design como técnica para tornar a atividade jurídica mais humana e acessível em algumas situações. Nós, advogados, precisamos “pensar fora da caixa” e “escrever” os textos de um modo que apeteça ler, captando o interesse do cliente. O legal design é uma ferramenta que permite equacionar os problemas com um olhar límpido e sem receio, propiciando que grandes problemas sejam, por

vezes, resolvidos com soluções simples. A aplicação do legal design contribui para que os clientes percebam facilmente que as suas colocações são compreendidas e melhor entendam a solução proposta para a sua realidade, favorecendo a relação de confiança intelectual com o advogado. Ainda que uma solução seja complexa ou que a informação seja muito técnica, há que transmiti-la de forma límpida e compatível com o destinatário a que se dirige, para assegurar a imediatividade que as circunstâncias dos tempos exigem.

A HALX Advogados, uma sociedade luso-brasileira e com clientes internacionais, assume esse desafio para 2023, mantendo vivo o seu lema: “We listen to you. We research. We anticipate. We plan. We deliver. You succeed.”



Pedro Pinto
Sócio
da pbbr

O ano de 2023 será certamente marcado pelo contexto geopolítico e económico que se vive a nível global. Embora as previsões para Portugal, por diversos factores, possam não ser tão negativas como noutras geografias, 2023 será certamente um ano duro e exigente. O patamar de mercado da advocacia em que a pbbr opera é muito sensível ao que sucede com decisões de investimento ou desinvestimento tomadas por uma clientela predominantemente internacional muito determinada pela situação nos mercados financeiros. O que sucede actualmente com as taxas de juro tem nesse contexto um impacto decisivo. E ainda que o nosso País se mantenha no radar do investimento estrangeiro, será porventura arriscado fazer previsões para 2023, na altura em que escrevemos. De todo o modo, certo é que o mercado das sociedades de

advogados portuguesas tem mostrado uma resiliência e maturidade notáveis desde há largos anos, mesmo em situações inesperadas, como a recente pandemia.

Quanto às tendências no mercado propriamente dito, algumas notícias recentes podem prenunciar a possibilidade de movimentos de consolidação. Se tal se confirmar, será normalíssimo num mercado maduro. Mas um contexto geral mais adverso pode ter um efeito contrário, evitando movimentações em momentos de maior incerteza.

Certo é o impacto do digital nas sociedades de advogados, quer na forma de trabalhar quer na forma de gerir e organizar, a compatibilização de modelos de trabalho híbrido com as exigências da profissão e manutenção da cultura das firmas, e o desafio que para a pbbr é prioritário: contratar e reter talento. Na pbbr e no momento em que escrevemos, esperamos terminar o ano de 2022 com um resultado muito positivo, não obstante a envolvente, encarando o ano de 2023 com expectativa, mas confiantes num percurso de crescimento consistente.



Gonçalo Gama Lobo
Sócio da Gama Lobo Xavier,
Luís Teixeira e Melo e Associados

O ano que se avizinha deverá ser, de acordo com as vozes mais avisadas, um período fulcral e decisivo para os anos vindouros. Tudo dependerá da forma como formos capazes de ultrapassar os enormes desafios que temos pela frente, tais como a inflação, a crise da energia e das cadeias de aprovisionamento, a guerra e, noutra perspetiva, o razoável aproveitamento dos recursos financeiros vindos da UE. Tempo de crise é também tempo de oportunidades que temos de saber aproveitar. Adivinha-se, por isso, um recrudescimento da atividade no âmbito da reestruturação das empresas e

também de operações de M&A. Em simultâneo, toda a área de compliance deverá continuar a aumentar a sua importância no dia a dia das nossas empresas e instituições, pois não obstante os atuais tempos de instabilidade, a atividade legislativa e regulatória não parece abrandar. Além dos custos associados, isto trará um incremento das necessidades de apoio jurídico às empresas. A par disto, a advocacia enfrentará também desafios relacionados com a sustentabilidade, as alterações climáticas e o difícil contexto social que se adivinha.

No meio deste desafiante cenário, as apostas são na emergência de temas relacionados com áreas como a energia, saúde, fintech e ESG. Para além disto, o nível de atividade nas áreas ditas mais tradicionais, como o laboral, criminal e cobrança de créditos deverão continuar a aumentar, como tem sido tendência nos últimos anos.

Por fim, a disrupção anunciada com o processo legislativo em curso relacionado com as ordens profissionais, se este for avante, poderá condicionar de forma relevante a atividade das sociedades, com a questão da multidisciplinidade a assumir uma importância crucial, sendo que a mesma nem sempre tem sido debatida no plano que realmente importa que é o de saber se, na perspetiva de longo prazo do cidadão e/ou empresas que procuram os serviços de advocacia, é algo de mais benéfico ou que envolve riscos acrescidos sem vantagens que os justifique. Veremos que o futuro nos trará.



João Quintela Cavaleiro
Advogado
da Cavaleiro & Associados

O que todos ansiávamos para 2023 seria um ano igual ao 1º semestre de 2022, mas como todos já percebemos, espera-se um

ano em que as necessidades jurídicas se vão alterar. Ora, se em 2022 assistimos a um ano muito forte em termos de transações de M&A com forte interesse pelas empresas Portuguesas por investidores estrangeiros, 2023 avizinha-se que, pelo menos no 1º trimestre, o corporate e M&A estará um pouco em suspenso. Uma boa parte está dependente das condições de financiamento nacionais e mundiais com pendur para o impacto do aumento das taxas de juro que se reflete muito na atividade empresarial e negocial. Será expectável que áreas como o direito laboral, a insolvência e a reestruturação assumam aumentos no 1º trimestre/semestre e se as condições macroeconómicas estabilizarem poderemos assistir a um segundo semestre um pouco mais tranquilo nas áreas negociais e transacionais. O sector imobiliário sofrerá um reajuste, com um perfil diferente de aquisições, o que aliás já se está a sentir. Relativamente aos clientes privados notar-se-á uma alteração substancial na medida em que com o aumento do custo de vida das pessoas se vislumbra um aumento dos litígios decorrentes das dificuldades gerais de cumprimento.

No sector público/projectos na área energia - central para o nosso escritório - é expectável que 2023 continue a ser um ano de crescimento atenta a necessidade desenvolver soluções energéticas alternativas tais como, projetos de hidrogénio, biocombustíveis, projectos híbridos conjugados com solar. Nas questões de contratação pública e incentivos públicos antevê-se que estas áreas mantenham intensidade pela expectável intervenção pública que o Governo e Instituições europeias estão a tentar introduzir na economia.

No âmbito das empresas familiares, muito centralizadas no Norte e Centro do País industrial onde operamos, as quais mantêm um ecossistema próprio, prevê-se que se mantenha uma actividade similar à de 2022, dado que os momentos de crise em regra são aproveitados para reorganizar/restruturar patrimónios.

Em suma parece inegável a situação de

crise na economia real o que se reflete nas matérias jurídicas, mas como em todas as crises se dá um momento em que surgiram bastantes oportunidades.



Nuno Sá Carvalho
Managing partner
da Cuatrecasas em Portugal

É sempre difícil fazer previsões. E o mercado dos serviços jurídicos tem sistematicamente demonstrado o quão falível é a nossa capacidade de antecipar o impacto que as circunstâncias socioeconómicas poderão ter na nossa atividade. Olhámos para 2022 com enorme cautela, antecipando um abrandamento significativo na atividade como consequência da pandemia e dos respetivos efeitos nos diferentes sectores da economia. Certo é que, mesmo somando a isto tudo o impacto da invasão russa à Ucrânia, o ano de 2022 acabou por se revelar excelente para a nossa atividade.

Ainda que o cenário macroeconómico apresente grandes incertezas, a que Portugal não é imune, temos a experiência de outras situações de crise em que o eventual abrandamento em alguns sectores foi compensado pela exigência de outros. A nossa profissão tem dado, ao longo dos anos, provas de uma enorme maturidade e resiliência, adaptando-se às circunstâncias do mercado e às necessidades dos nossos clientes, pelo que estas incertezas poderão ter impacto na natureza do nosso trabalho, mas não necessariamente no resultado global da atividade da Firma, que se espera que seja positivo. Na Cuatrecasas temos motivos para olhar para 2023 com reforçado otimismo pois, além do mais, a partir do próximo dia 1 de janeiro, reforçaremos a nossa equipa, com o conjunto de sócios e profissionais da SLCM [Serra Lopes, Cortes Martins], confiando que a excelência da nova equipa que

resultará da integração nos deixa mais bem preparados para enfrentar os desafios que o futuro nos trouxer.



Nelson Raposo Bernardo
Managing partner
da Raposo Bernardo & Associados

Como tem acontecido nos últimos anos estou seguro que 2023 será um ano de relevantes desafios para a advocacia, sobretudo relacionados com o cenário económico que, inevitavelmente, afetará a atividade das empresas e a realização dos seus projetos. O mundo está imprevisível e percebe-se hoje que qualquer desenvolvimento inesperado tem o potencial de gerar um impacto significativo na economia, o que, desde logo, é visível na inflação e nos custos da energia. O desafio mais imediato será mesmo este: reforçar a proximidade com as empresas, com os clientes, mantendo a prestação de um serviço de elevada qualidade num momento em que os clientes estarão a precisar de muito apoio legal mas que será também um momento em que muitos desses clientes estarão a passar por acentuadas dificuldades. É possível que se intensifique o trabalho em áreas como reestruturações, contencioso, bancário ou laboral, com alguma retração de áreas associadas a fases de desenvolvimento de projetos, o que poderá implicar – como foi generalizado há alguns anos – uma readaptação das especialidades de algumas equipas.

Considero também que, apesar das dificuldades gerais do mercado, possa continuar a verificar-se algum crescimento. Já ficou demonstrado que as sociedades de advogados portuguesas têm mantido uma elevada capacidade de adaptação a cenários adversos, revelando a versatilidade necessária para responderem rapidamente aos desafios mais imediatos do mercado.

Admito também que o movimento de fusões e integrações de sociedades de advogados possa intensificar-se um pouco, em resultado de algumas transições geracionais e por movimentos próprios do mercado.

Em termos da vida interna das sociedades de advogados, apesar do cenário económico externo desafiante, creio que isso não afetará investimentos já programados, as contratações, as normais progressões de carreira, os planos de formação e de desenvolvimento, entre todas as outras vertentes que fazem parte da vida corrente de uma sociedade de advogados.



Sofia Belard
Sócia
da AFMA

O mundo mudou muito em muito pouco tempo, pandemia, crise climática, mudanças geopolíticas radicais, guerra, instabilidade económica crescente, tudo isto tem afectado profundamente a vida das famílias e das empresas, as suas prioridades e a sua visão sobre o futuro. O mercado da advocacia português é naturalmente muito condicionado pela instabilidade económica e a guerra na Ucrânia ao nível do investimento e redução de M&A, e julgamos que a evolução da inflação e subida das taxas de juro, a par da crescente preocupação com ESG e a transformação digital são, na nossa opinião, os principais factores que vão condicionar a advocacia de negócios em 2023. A capacidade de adaptação a esta nova realidade é a chave para ultrapassar os obstáculos que se antecipam (designadamente maior pressão sobre honorários e a inflação) e criar oportunidades, tanto em áreas de prática tradicionais (onde é previsível o aumento de trabalho jurídico em contencioso, laboral e segurança social) como em proteção de dados, ciberseguran-

ça e ESG, sendo fundamental o enfoque na comunicação com os clientes.



Telmo Semião
Sócio
da CRS Advogados

O setor da advocacia é resiliente e adapta-se rapidamente aos novos ciclos económicos. Enfrentamos grandes desafios não só a nível nacional como global, com uma pandemia cujos efeitos ainda se fazem sentir e com uma guerra que está longe de acabar. A inovação de serviços jurídicos e a adoção de tecnologia são fundamentais para que os advogados continuem a cumprir a sua função de proteção dos direitos das pessoas e das empresas.

Antecipamos que no ano 2023 o investimento estrangeiro continue a ser significativo no nosso país, sobretudo no setor imobiliário. Independentemente da avaliação do programa dos Vistos Gold, que acreditamos que continue a vigorar no próximo ano, o certo é que a maior parte do investimento imobiliário estrangeiro manter-se-á, pois ainda há margem de crescimento no mercado português.

O Direito Fiscal será uma área de especial enfoque, com as questões que resultam dos nómadas digitais e dos investidores em criptomoedas. Prevê-se a criação de um novo quadro fiscal aplicado aos criptoativos no Orçamento do Estado para 2023, salientando-se a tributação destas mais-valias caso se realizem em menos de um ano. Por outro lado, prevendo-se que a taxa de juro da zona euro possa escalar até aos 4% ou 5% no próximo ano, com a consequente subida das prestações nos empréstimos bancários, é de equacionar o eventual risco de incumprimento contratual. O que poderá determinar o aumento de processos executivos e de insolvência.

Por outro lado, sendo expectável que a taxa de inflação se fixe acima dos 5% em 2023 e com a contração previsível da economia, que não deverá subir mais do que 0,7% no próximo ano, segundo as estimativas do FMI, é de prever que algumas empresas avancem com reestruturações, o que poderá implicar processos de despedimento coletivo ou outras operações a nível laboral e societário. Continuamos a acreditar na importância do contacto pessoal com o cliente e, por isso, investimos este ano num novo escritório, mais central e com maior dimensão, para podermos dar resposta mais eficaz aos nossos clientes.



João de Lemos Portugal
Sócio
da CCSL

O mercado da advocacia acompanha necessariamente os ciclos económicos e o contexto em que vivemos, e 2023 vai ser certamente um ano de desafios. Estamos perante um cenário de aumento da inflação e das taxas de juro, diminuição do poder de compra efetivo e desenha-se um aumento do stress sobre o sector económico e financeiro – fatores estes que poderão conduzir a movimentos de desinvestimento. No entanto, a um risco está muitas vezes associada uma oportunidade, pelo que não prevemos um decréscimo sensível da necessidade de assessoria jurídica, uma vez que os advogados têm sempre um papel importante a desempenhar quer estejamos perante um ciclo de expansão ou numa fase de contenção, designadamente na área de reestruturações e M&A. Em relação às áreas de destaque para o próximo ano, assinalamos, por um lado, as áreas relacionadas com as políticas de sustentabilidade e estratégias ESG, que estão agora no foco de vários mer-

cados relevantes e a sua aplicabilidade vai implicar uma adaptação substancial das empresas neste sentido. Por outro, as áreas de compliance, com particular relevo a prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo estão a assumir uma importância crescente. Num cenário de maior stress, e tendo em conta a diversidade dos players num mercado verdadeiramente global, é essencial o estabelecimento de processos de compliance mais robustos, eficientes e rápidos, quer internamente, a nível da estrutura social, quer externamente, a nível transacional.

A CCSL está atenta a estas áreas, muito particularmente às relacionadas com os temas de compliance com as medidas de prevenção e combate ao branqueamento de capitais, área que está a ser desenvolvida sob a responsabilidade do sócio Hugo Batista Falcão, que lidera a prática de contencioso e white collar crime.



Pedro Cortés
Managing partner
da Rato & Cortés / Lektou

Depois da pandemia, cujos efeitos ainda se fazem sentir na República Popular da China, que mantém algumas restrições, a verdade é que 2023 pode ser o ano em que finalmente voltaremos a ter um Mundo como o conhecemos antes de 2020. Poderá – assim os esperamos – ser o ano do fim da guerra na Ucrânia e de retoma de alguma normalidade. No que toca ao mercado da Advocacia, consideramos que será um ano de crescimento acentuado nas áreas de M&A, Imobiliário, Regulação e Contencioso. No M&A esperamos a continuação da procura e consolidação de investimentos estrangeiros no tecido empresarial português nas áreas das tecnologias e inovação.

Quanto à área do Imobiliário, a procura verificada nos últimos anos por parte de novos mercados – e.g. Estados Unidos da América – irá fazer sentir-se, fazendo com que as equipas dos escritórios que se dedicam a essa área de prática tenham cada vez mais procura. A introdução de medidas regulatórias em diversas indústrias – financeira à cabeça – farão com que questões como compliance e ESG continuem na ordem do dia, com especial foco nas questões ambientais. Finalmente, e caso não sejam tomadas medidas legislativas e regulamentares adequadas poderemos estar perante o risco de default por parte das famílias e empresas o que poderá provocar uma maior procura das equipas de contencioso. De referir que, em 2023, estaremos já em plena execução do Plano de Recuperação e Resiliência, o qual se afigura decisivo na implementação de reformas e investimentos com vista a um crescimento sustentado da nossa economia. Tal poderá também ter impacto no crescimento do mercado da advocacia. Por outro lado, mantêm-se os desafios de digitalização e inovação dos escritórios de advogados que terão de adaptar as suas equipas aos modelos híbridos de prestação de serviços, bem como demonstrarem capacidade para servir Clientes cada vez mais exigentes. No que toca às organizações, 2023 continuará a ser desafiante para que se consiga recrutar e reter talentos nas sociedades de advogados. As gerações cada vez mais bem preparadas que saem dos bancos das Universidades pretendem outro tipo de retribuições e regalias, cada vez mais afastadas dos modelos tradicionais de remuneração. O equilíbrio entre a vida profissional e pessoal deverá ser uma prioridade nas agendas dos centros decisores da nossa indústria. Estamos moderadamente otimistas relativamente ao que nos pode reservar 2023, esperando consolidar a nossa presença em Portugal e continuar a crescer no mercado da Região Administrativa Especial de Macau e da China Continental, aguardando que as restrições sanitárias que ainda estão em vigor possam ser levantadas no decorrer do ano.



José da Costa Pinto
Sócio fundador
da Costa Pinto Advogados

Na minha perspetiva, 2023 será um ano exigente e que trará enormes desafios para a advocacia. O agravamento das taxas de juro e da inflação condicionarão fortemente o mercado da advocacia, sobretudo nos seus extremos (grandes transações, por um lado, e muito pequenas transações, por outro), o que causará ao longo do ano um arrefecimento da atividade no setor transacional (que, de resto, já se vem sentido neste segundo semestre de 2022 nesses segmentos). Com este abrandamento, creio, virão os desafios na manutenção das taxas de rentabilidade das equipas e, conseqüentemente, na gestão dos recursos humanos. Antecipo nesta área desafios importantes, sobretudo nas sociedades de “banda” mais elevada, que têm protagonizado um aumento significativo do seu investimento em recursos humanos, designadamente para responder aos desafios da captação, mas sobretudo da retenção dos mesmos, sem esquecer nas (designadas) áreas de suporte. Neste particular, as notícias que nos chegam dos Estados Unidos, por exemplo, onde se estima já terem sido eliminados cerca de 10 mil postos nos maiores escritórios de advogados americanos desde setembro último, não deixa de ser um alerta para esta possível tendência. Uma outra tendência que destacaria seria o acentuar da presença cada vez mais significativa no mercado de equipas vocacionadas para a vertente regulatória, designadamente no setor financeiro e bancário. A constante atualização das normas prudenciais e sancionatórias nestes setores, que parece de facto imparável e sucessivamente num sentido expansivo, traduzir-se-á crescentemente numa oportunidade para

o setor da advocacia. Voltaria ainda a sublinhar, como ponto de reflexão e incerteza, as possíveis mudanças regulatórias na advocacia que há um ano destaquei aqui (os temas da liberalização da detenção do capital social das sociedades de advogados e dos poderes das ordens profissionais).



António Raposo Subtil
Sócio
fundador RSA

Num mercado de prestação de serviços em que, caso a caso, atingir o resultado desejado pelo cliente empresarial, no tempo e no custo mais eficiente, é o principal (e por vezes o único) critério de valorização da equipa envolvida, o exercício independente da advocacia “não multidisciplinar” poderá perder competitividade, em especial na vertente da assessoria empresarial. Em 2023, as sociedades de advogados, integrando exclusivamente advogados para prestar serviços de advocacia (os denominados actos próprios), que neste sentido não podem ser “multidisciplinares”, terão como concorrentes, mais fortes e por vezes mais eficientes, as sociedades de prestação de serviços de consultoria de investimento ou empresarial, cujas equipas são multidisciplinares e agregam advogados ditos especialistas nos mercados (operações ou negócios) em causa. A globalização da prestação de serviços, a mobilidade dos recursos humanos e os meios de “comunicação à distância” (TIC), quando aplicáveis ao mercado da advocacia, impõem alterações estruturais nas sociedades de advogados com novas áreas de prática, novos perfis de advogados e desempenho em rede multidisciplinar. Em 2023, continuaremos a criar novas áreas de prática, a reforçar as equipas especializadas e a

alargar as suas valências para satisfazer as solicitações do designado mercado global nas suas várias dimensões, que exige, cada vez mais, das sociedades de advogados: confiança, experiência e concretização dos objetivos estabelecidos pelos clientes. Em simultâneo, teremos de reconhecer que, em 2023, o “compliance empresarial” (cumprimento normativo: prevenção da corrupção e do branqueamento de capitais, além de outras vertentes) continuará a ser uma vertente muito relevante na prestação de serviços de advocacia.



André Luiz Gomes
Managing partner
da Luiz Gomes & Associados

O mercado da advocacia vai defrontar-se com um 2023 cheio de incógnitas, atendendo ao entorno em que desenvolve a sua atividade. Focar-me-ei apenas nas áreas principais em que Luiz Gomes & Associados desenvolve a sua atividade. As áreas de Fusões e Aquisições e todas as diretamente relacionadas com a atividade económica privada, nomeadamente o direito comercial e financeiro, vão estar sujeitas a um grande stress na obtenção de mandatos atendendo ao anémico comportamento da economia portuguesa. Espero que a concorrência se faça mais pela geração de valor para os Constituintes do que pela habitual guerra de preços. Toda a área económica vai também estar, como sempre, sujeita a um grande esforço na área fiscal pois as supostas respostas às crises sucessivas continuam a passar por alterações ao regime fiscal geradoras por si só também de muitas dúvidas, insegurança e instabilidade onde precisamente os investidores pedem constância. A área do contencioso vai continuar sujeita à falta de Decoro da

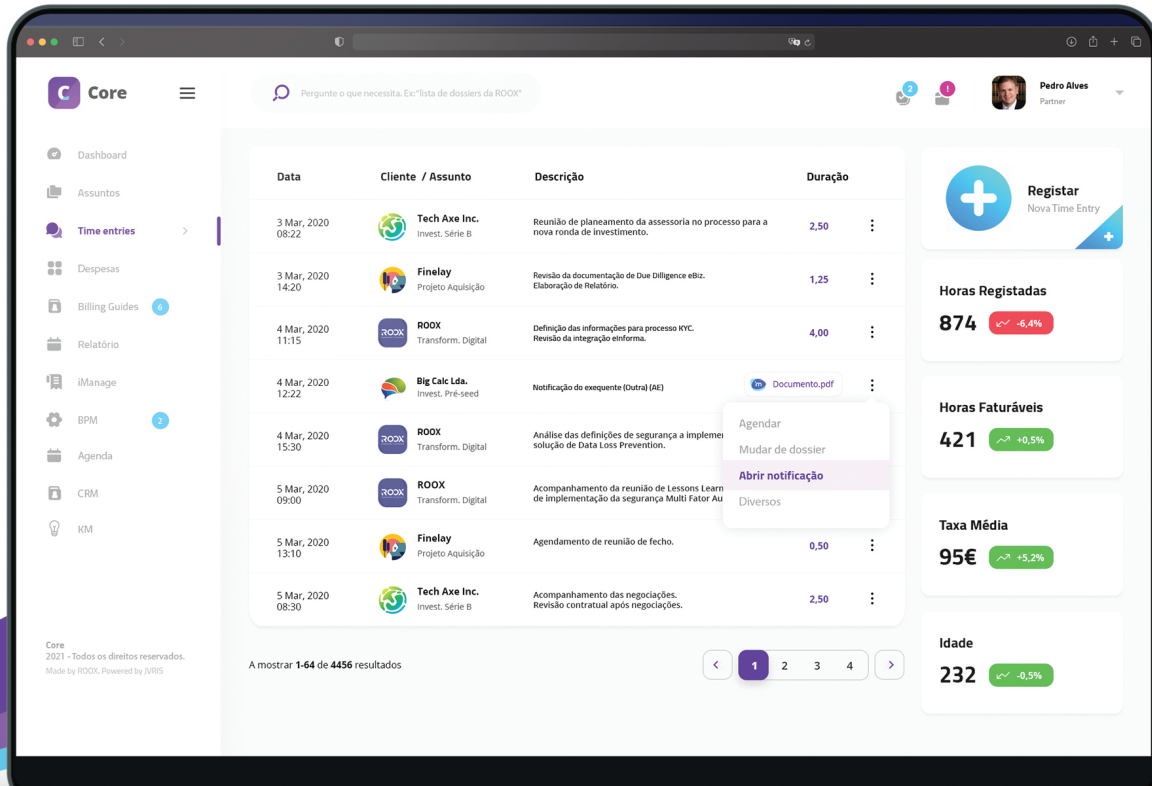
República Portuguesa que teima em subfinanciar uma das funções fundamentais de um Estado de Direito, uma Justiça Digna e célere. Nessa área os advogados só podem fazer o que sempre lhe competiu: defender intransigentemente a sociedade civil e o cidadão perante a máquina opressora do Estado. É tempo de deixar de culpar os advogados pela falta de meios do poder judicial e dos advogados do Estado. O que os advogados podem fazer nesta área é tão somente concentrarem-se nos seus deveres profissionais e deontológicos. Já a área do Direito Público continua a não conseguir ter uma produtividade e capacidade de resposta adequada, apesar do crescente número de funcionários públicos verificado desde 2015. O desafio aqui é mais uma vez colaborar para ajudar a uma maior celeridade na conclusão dos processos de licenciamento e de contratação pública, sem prejuízo do estrito cumprimento da legalidade e transparência de processos.



José Luís da Cruz Vilaça
Sócio
administrador da CVA

Em 2023 espera-se que os temas relacionados com energia, alterações climáticas e ambiente liderem a agenda económica. A atual situação geopolítica, a tendência de inflação que se observa e a enorme influência do direito da União Europeia naquelas matérias terão, necessariamente, de ser internalizadas pelos escritórios de advogados na assessoria aos seus clientes. Os serviços de advocacia em Portugal vão, ainda, entrar numa fase de adaptação à nova legislação digital europeia, o Regulamento dos Mercados Digitais, aplicável a partir de 2 de maio de 2023, e o Regulamento dos Serviços Digitais, aplicável a partir de 17 de fevereiro de 2024.

One Place for Lawyers.



Plataforma de Gestão de Sociedades de Advogados

A resposta às diferentes dimensões do trabalho, centrado no cliente, tem levado à adoção de diferentes plataformas tecnológicas, cuja entrega de funcionalidades para os advogados deve ser cuidadosamente ponderada, para que o seu tempo billable seja potenciado.

O Core é uma plataforma agregadora, suportada pelo JVRIS Avançado, que integra diversos outros componentes num único e simplificado interface.

Benefícios



Indicadores poderosos

Com o LEGALBI incorporado, possui indicadores muito para além da típica faturação. Tenha uma visibilidade do seu WIP, taxas de eficiência, KPI's diversos sobre os objetivos dos advogados ou equipas, e muito mais.



Integração com múltiplas plataformas

O Core é muito mais que um PMS, uma vez que lhe permite integração numa única plataforma, de forma contextualizada, com o FLOW BPM para estruturação de processos complexos como seja um KYC, ou mesmo à sua gestão documental iManage Work 10.



Integração CITIUS

Com o Core terá acesso automatizado às notificações do CITIUS arquivando as mesmas na sua gestão documental em conjugação com o agendamento de diligências com os prazos definidos.



Gestão da Relação com o Cliente

O INTERX CRM foca-se na captura eficaz das entidades com quem os advogados se relacionam, para que se consiga dinamizar e comunicar o posicionamento da sociedade e potenciar o negócio.

alínea a)



Nº de sócios: 2
 Nº de Advogados: 36
 Nº de Consultores: 5
 Nº de Advogados Estagiários: 14
 Nº de Outros Colaboradores: 11

SÓCIOS

- » Nuno Cerejeira Namora
- » Pedro Marinho Falcão

EXPERTISE

- » Arbitragem
- » Bancário e Financeiro
- » Civil
- » Contencioso
- » Corporate
- » Desporto
- » Emigração e Nacionalidade
- » Família, Menores e Sucessões
- » Fiscal
- » Imobiliário, Turismo & Construção
- » Laboral
- » Penal e Contra-ordenações
- » Privacidade, Digital & Tecnologia
- » Propriedade Intelectual
- » Público
- » Recuperação de Créditos

30 anos a inovar

Cerejeira Namora, Marinho Falcão

A Cerejeira Namora, Marinho Falcão é uma Sociedade de Advogados Portuguesa com raízes na cidade do Porto e actuação transversal em todo o território nacional. A dinâmica multidisciplinar, aliada ao rigor científico e capacidade técnica, continuam a ser a pedra angular de uma equipa jovem e dinâmica que procura um compromisso comum: contruir relações inovadoras e de confiança.

Desde 1992 que a Cerejeira Namora, Marinho Falcão cimenta um posicionamento inovador e dinâmico, respondendo a todos os desafios que lhe são lançados. O que começou há 30 anos com 2 sócios fundadores e 2 áreas de especialidade, hoje multiplica-se por uma sociedade com valências multidisciplinares e actuação transversal em todas as áreas do Direito e para todas as áreas de negócio.

Com uma marca renovada, distingue as suas pessoas pela excelência, profissionalismo e inovação, qualidades essenciais para alavancar o sucesso dos clientes e apoiar a comunidade onde se insere.

Alinhada com uma estratégia de expansão internacional e de forma a assegurar as necessidades transfronteiriças, a Ce-

rejeira Namora, Marinho Falcão marca presença na IR Global, uma rede mundial de sociedades que presta aconselhamento de serviços legais, financeiros e contabilísticos a empresas ou indivíduos em mais de 155 jurisdições.

Com um compromisso claro de devolver à sociedade aquilo que se recebe, a sociedade colabora de forma regular com várias instituições de solidariedade social, quer através do apoio jurídico pro bono, quer em casos e causas de interesse social ou manifesta injustiça. Colabora regularmente com as associações “Coração da Cidade”, “Vida Norte” e Pro Bono Portugal, sendo membro fundador da Aliança Pro Bono Portugal.

30 ANOS DEPOIS CONTINUAMOS COM A MESMA MISSÃO:

Ser um parceiro para todos os momentos, assumindo um papel central na vida dos clientes e defendendo os seus interesses.

Desenvolver talento, através de ações de formação contínua e desenvolvimento pessoal de cada profissional.

Apoiar a comunidade, através de programas inseridos dentro da estratégia de responsabilidade social.

www.sociedadeadvogados.eu

PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS



Chambers 2022 | Leading Firm



Legal 500 | Firms to Watch



Iberian Lawyer Labour Awards



Iberian Lawyer IP & TMT Awards



Leaders League Recommend Lawyer for IP & TMT

(+351) 225 573 520 | geral@sociedadeadvogados.eu | **Porto:** Rua Doutor Joaquim Pires de Lima, 388 4200-348 Porto - Paranhos, Portugal
Lisboa: Rua Castilho, nº 39, 12ºA 1250-068 Lisboa, Portugal | **Redes sociais:** **LinkedIn:** www.linkedin.com/company/sociedadeadvogados
Facebook: www.facebook.com/CerejeiraNamoraMarinhoFalcão | **Instagram:** www.instagram.com/cerejeiranamoramarinhofalcao/

30
ANOS

**Cerejeira Namora
Marinho Falcão**



30 anos a inovar

Saiba mais em sociedadeadvogados.eu

Nova Versão

Software de gestão para Advogados

LMS

LEGAL MANAGEMENT SYSTEM

Uma solução de gestão inteligente dedicada a escritórios de advogados ou organizações com grandes volumes de processos, que permite automatizá-los e otimizá-los.

PEDIR DEMONSTRAÇÃO

comercial@bluescreen.pt
217 223 882



Gestão processual com um controlo financeiro mais eficiente!



JURÍDICO



RECUPERAÇÃO
DE CRÉDITO



MEIOS
OPERACIONAIS



RECEBIMENTOS
DESPESAS E COMISSÕES



COMPLIANCE E IT

O LMS É SIMPLES, INTUITIVO
E FÁCIL DE PERSONALIZAR.

QUERO SABER MAIS



<https://digital.bluescreen.pt/sistema-gestao-juridica>
comercial@bluescreen.pt | Tel.: 217 223 882



alínea b)



**Abecasis, Moura Marques
& Associados**

Sociedade de Advogados, SP, RL

Nº de Sócios: 3

Nº total de Advogados: 11

Nº de Advogados Estagiários: 3

Nº de outros Colaboradores: 3

SÓCIOS

- » Paulo de Moura Marques
- » José Filipe Abecasis
- » Diogo Pereira da Costa

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Administrativo e Público
- » Águas e Saneamento
- » Arbitragem
- » Clientes Privados
- » Contencioso
- » Contratação Pública
- » Energia e Recursos
- » Fiscal
- » Imobiliário
- » Infraestruturas e Projectos
- » Insolvências e Recuperações
- » Investimento Internacional
- » Ordenamento do território
- » Saúde
- » Segurança Social
- » Transportes
- » Urbanismo e Turismo

Abecasis, Moura Marques & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

AAMM-Sociedade de Advogados assegura aconselhamento jurídico especializado, sendo reconhecida pela excelência, rigor e proximidade dos serviços prestados ao Cliente e atuando essencialmente na área de Direito Público e Administrativo.

Os advogados que integram a reputada equipa de Direito Público contam com uma ampla experiência e conhecimento profundo em matérias relacionadas com contratação pública (particularmente em empreitadas e concessões), contencioso administrativo e arbitragem, ordenamento do território, possuindo um elevado grau de especialização em importantes sectores de actuação como a Saúde, Turismo, Imobiliário, Aviação, Construção e Obras Públicas, Aeronáutica, Urbanismo, Águas e Saneamento. AAMM Sociedade de Advogados asse-

gura ainda um acompanhamento jurídico eficiente em questões relacionadas com Investimento Internacional, Fiscal, Infraestruturas e Ordenamento do Território.

A AAMM Sociedade de Advogados dispõe de serviços especializados e adaptados às circunstâncias actuais do mercado global, propondo as melhores soluções e estratégias para o presente e futuro.

Os clientes são o foco, e a AAMM pretende prestar os melhores serviços nas jurisdições onde os seus clientes desenvolvam a sua actividade, pelo que mantém parcerias com sociedades de advogados internacionais de referência.

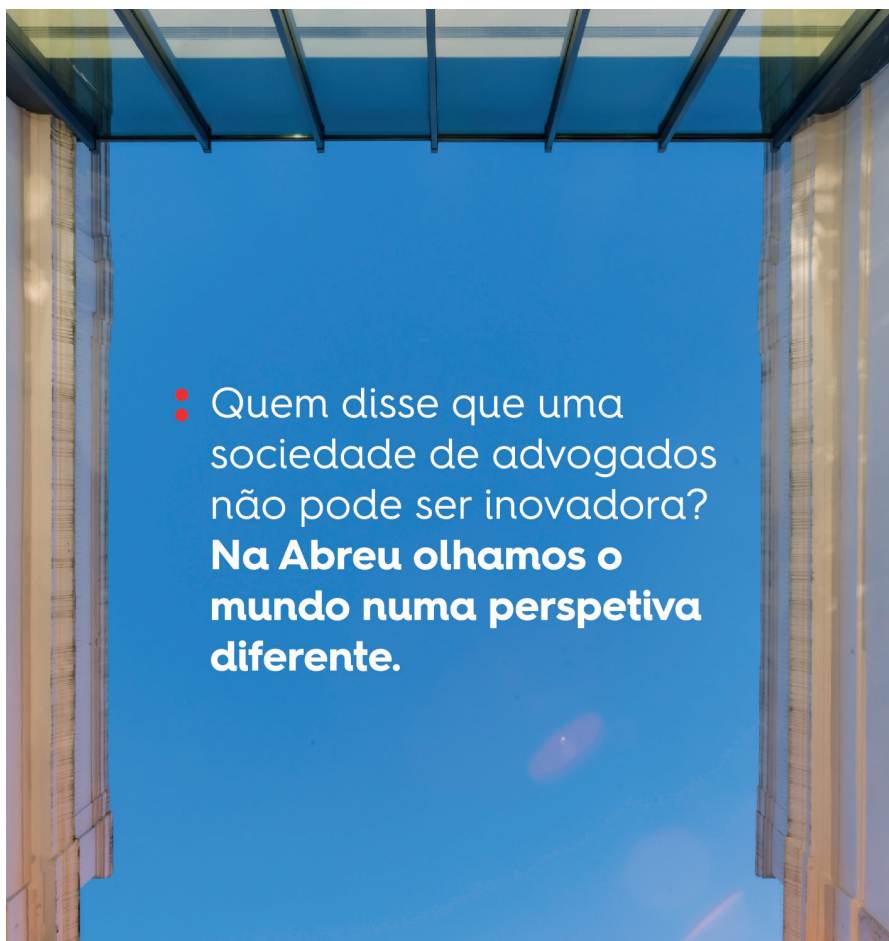
O trabalho dos advogados de AAMM tem sido alvo de reconhecimento nacional e internacional facto que constitui motivo de grande orgulho uma vez que reflete a opinião dos nossos clientes.

O QUE NOS DISTINGUE:

- » Advogados, parceiros de confiança do cliente;
- » Proximidade, dedicação e eficiência;
- » Inovação: apresentação de serviços personalizados focados no detalhe (sector de actividade e tipo de cliente);
- » Compromisso com a excelência e especialização;
- » Visão;
- » Rápida capacidade de resposta;
- » Antecipação de problemas, gestão do risco;
- » Ligações de confiança com sociedades de advogados internacionais de referência.

www.aamm.pt





• Quem disse que uma sociedade de advogados não pode ser inovadora? Na Abreu olhamos o mundo numa perspetiva diferente.

Abreu Advogados

A Abreu Advogados é uma das maiores sociedades de advogados nacionais e conta com um crescimento ímpar no setor nos últimos anos, sendo considerada pelo Financial Times uma das 40 sociedades mais inovadoras da Europa. Fundada em 1993, conta hoje com mais de 300 colaboradores e distingue-se pelo seu rigor e qualidade técnica, estando preparada para prestar assessoria em qualquer área do direito.

Com escritórios em Lisboa, no Porto e no Funchal, os seus advogados e equipas de gestão adotam uma abordagem centrada nos clientes, que beneficiam de soluções estratégicas, focadas em cada setor e indústria, criando valor substancial para as organizações através de uma visão de futuro e adotando um compromisso ambiental, social e de governança (ESG). A Abreu Advogados está preparada para acompanhar a crescente complexidade

das exigências do mundo empresarial, encontrando oportunidades nos desafios atuais de uma sociedade globalizada e digital. A Abreu Advogados é hoje uma referência na prática jurídica em Portugal, nas suas múltiplas vertentes e com um percurso pioneiro em temas como a inovação tecnológica, igualdade de género, a diversidade e a sustentabilidade, reforçados por uma cultura de transparência.

A sua experiência internacional é também um reflexo do perfil internacional dos seus Clientes e, ao longo dos anos, a Abreu Advogados desenvolveu estreitas relações com parceiros internacionais de excelência, mantendo uma presença relevante nos países de língua portuguesa, através da colaboração com parceiros locais como Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique e Timor-Leste.

Abreu:

advogados

Nº de Sócios: 40

Sócios contratados: 25

SÓCIOS

- » Alexandra Courela
- » Alexandra Nascimento Correia
- » Ana Sofia Batista
- » António Andrade
- » António Pina
- » Armando Martins Ferreira
- » Bernardo Alegria
- » Bruno Azevedo Rodrigues
- » Carmo Sousa Machado
- » César Bessa Monteiro, Jr
- » Diogo Pereira Duarte
- » Duarte de Athayde
- » Fernando Veiga Gomes
- » Francisco Patrício
- » Guilherme Santos Silva
- » Hugo Teixeira
- » Inês Sequeira Mendes
- » José Eduardo Martins
- » José Maria Corrêa de Sampaio
- » Manuel de Andrade Neves
- » Manuel Durães Rocha
- » Manuel Santos Vítor
- » Maria Dulce Soares
- » Maria Santa Martha
- » Marta Costa
- » Marta de Oliveira Pinto Trindade
- » Marta Romano de Castro
- » Martim Menezes
- » Nuno Cunha Barnabé
- » Patrícia Viana
- » Paulo de Tarso Domingues
- » Pedro Alves da Silva
- » Pedro Pais de Almeida
- » Pedro Pessanha
- » Ricardo Henriques
- » Rodrigo Formigal
- » Rui Peixoto Duarte
- » Teresa Brito da Silva
- » Tiago Mendonça de Castro
- » Zara Jamal

SÓCIOS HONORÁRIOS

- » Miguel Teixeira de Abreu

SÓCIOS CONTRATADOS

- » Ana Manuela Barbosa
- » Ana Rita Duarte de Campos
- » Ana Simões Ferreira
- » André Pereira da Fonseca
- » Diogo Orvalho
- » Diogo Pessanha
- » Eduardo Peixoto Gomes
- » Gonçalo Delicado
- » Gonçalo Malheiro
- » João Bravo da Costa
- » José Carlos Vasconcelos
- » Luís Fraústo Varona
- » Madalena Caldeira
- » Mafalda Teixeira de Abreu
- » Maria de Deus Botelho
- » Maria Inês Assis
- » Mariana Gouveia de Oliveira
- » Nuno Luís Sapateiro
- » Patrícia Perestrelo
- » Pedro Barosa
- » Simão de Sant'Ana
- » Sofia Silva e Sousa
- » Sónia Gemas Donário
- » Tiago Corrêa do Amaral
- » Tiago Leote Cravo

www.abreuadvogados.com

Lisboa: (+351) 217 231 800 | Av. Infante D. Henrique, 26 1149-096 Lisboa | lisboa@abreuadvogados.com

Porto: (+351) 226 056 400 (+351) 226 001 816 | Rua S. João de Brito, 605 E - 4º 4100-455 Porto | porto@abreuadvogados.com

Em parceria: Angola | Brasil | Cabo Verde | China | Guiné-Bissau | Moçambique **Joint office:** Madeira | Timor-Leste



Antas da Cunha Ecija

A ANTAS DA CUNHA ECIJA é uma Sociedade de cariz internacional, com especial enfoque no Direito Digital. Faz parte do Grupo ECIJA, presente em 16 países, com um total de 30 escritórios próprios. Há vários anos que a Sociedade é reconhecida, no mercado ibérico, como uma referência incontornável na área digital. No âmbito da reestruturação da área de TMT (Tecnologia, Media e Telecomunicações), a Sociedade criou quatro Business Units (Privacy and Cybersecurity, Intellectual Property, Digital Economy e Technology Transactions), abrangendo assim, todas as áreas e âmbitos do digital.

Em 2022, a ECIJA foi considerada a Sociedade mais Inovadora da Europa Continental pelo Financial Times. O ranking FT, analisa o panorama inovador do sector jurídico, qualificando os projetos mais disruptivos levados a cabo pelos principais escritórios de advogados a nível mundial. Os três projetos com assinatura portuguesa: First Real Estate Transaction in Bitcoins in Europe; My First Campus e Curso Blockchain and SmartContracts by NOVA SBE, contribuíram para o reconhecimento da So-

ciiedade num dos principais prémios de inovação a nível global, sendo a única Sociedade de advogados não anglo-saxónica posicionada no Top 20.

Ainda em 2022, pelo diretório Legal 500, os departamentos de Direito Fiscal e Direito Penal foram considerados “Firms to Watch”, pelos projetos desenvolvidos e clientes acompanhados pelas equipas.

Na componente dos recursos humanos, a Sociedade prossegue um caminho de atração e retenção de talento, implementando métodos de trabalho inovadores e estratégias de formação permanente, partilha de ideias, construção do espírito de equipa e fortalecimento de uma política organizacional muito própria.

Não obstante a estratégia de internacionalização e de inovação em curso, a ANTAS DA CUNHA ECIJA não abdica da sua cultura, assente numa relação de grande proximidade aos seus Clientes.

Nos últimos 2 anos, a Sociedade viu a sua estrutura crescer exponencialmente. Hoje em dia, a ANTAS DA CUNHA ECIJA conta com uma equipa de aproximadamente 120 profissionais (sócios, consultores, associados, estagiários, solicitadores e business team).

ANTAS DA CUNHA ECIJA

SÓCIOS

- » Fernando Antas da Cunha
- » Pedro da Quitéria Faria
- » João Carlos Teixeira
- » Henrique Moser
- » Joana Cunha d'Almeida
- » João de Moraes Vaz
- » Nuno da Silva Vieira
- » Amílcar Silva
- » Alexandra Mota Gomes
- » Odete Sousa Pereira
- » Ana Bastos
- » Paulo Morgado

OF COUNSELS

- » Cláudia Leonardo
- » Gerardo Galeote Quecedo
- » Jane Kirkby
- » Artur Filipe Silva
- » Luís Branco Lopes
- » Pedro Archer Cameira
- » Raquel Ribeiro Correia
- » Tatiana Cardoso
- » Filipa Lencastre

N.º de Associados: 60

N.º de Solicitadores: 1

N.º Advogados/as Estagiários/as: 11

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Contencioso e Arbitragem
- » Criminal, Contraordenacional e Contraordenacional
- » Direito Comercial e Societário
- » Direito Fiscal
- » Direito Imobiliário e Urbanismo
- » Direito Público
- » Direito da Saúde e Ciências da Vida
- » Direito Trabalho e da Segurança Social
- » FinTech & Regulação Financeira
- » Private Clients
- » TMT – Tecnologia, Media e Telecomunicações (Privacy & Cybersecurity // Intellectual Property // Digital Economy // Technology transactions)
- » Imigração & Cidadania // French Desk // Sports Lab

ESCRITÓRIOS IBÉRICOS

- » Lisboa
- » Porto
- » Braga
- » Madrid
- » Barcelona
- » Pamplona
- » Valência
- » Zaragoza
- » Canárias

ESCRITÓRIOS INTERNACIONAIS

- » Argentina
- » Chile
- » Colômbia
- » Costa Rica
- » Honduras
- » Guatemala
- » El Salvador
- » República Dominicana
- » Nicarágua
- » Panamá
- » Porto Rico
- » México
- » Brasil
- » Equador

<https://adcecija.pt/>

Lisboa: (+351) 213 192 080 | Edifício Amoreiras Square - Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, nº17, 2º piso 1070-373 Lisboa

Porto: (+351) 226 051 330 | Rua Eugénio de Castro, n.º 352, 2.º andar, sala 26 4100-225 Porto

Braga: (+351) 253 995 296 | Rua de Janes, nº20 - 1º andar 4700-314 Braga | geral@adcecija.pt



Número de Sócios: 25
Número Total de advogados: 108
Nº Consultores: 7
Nº de Advogados Estagiários: 15
Nº de Colaboradores: 42

SÓCIOS

- » Alberto Galhardo Simões
- » António Payan Martins
- » Fernando Cruz Trinca
- » Francisco Xavier de Almeida
- » Gonçalo Guerra Tavares
- » Gonçalo Madeira
- » João Caldeira
- » João Leitão Figueiredo
- » João Paulo Gomes
- » João Pinheiro da Silva
- » José Luís Arnaut
- » Luís Abreu Coutinho
- » Luís Romão
- » Manuel Cassiano Neves
- » Margarida Vila Franca
- » Miguel Esperança Pina
- » Mónica Carneiro Pacheco
- » Nuno Pena
- » Nuno Santos
- » Nuno Mansilha
- » Patrick Dewerbe
- » Rita Gouveia
- » Sara Blanco Morais
- » Sofia Mateus
- » Susana Afonso

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Bancário & Financeiro
- » Concorrência & UE
- » Corporate M&A
- » Direito Comercial
- » Direito do Trabalho & Fundos de Pensões
- » Direito Fiscal
- » Direito Público
- » Energia & Alterações Climáticas
- » imobiliário & Urbanismo
- » Propriedade Intelectual
- » Resolução de Litígios

SECTORES DE ATIVIDADE

- » Consumer Products
- » Insolvência & Reestruturações
- » Mercado de Capitais
- » Private Equity
- » Projetos & Infraestruturas
- » Saúde & Ciências da Vida
- » Seguros
- » TMC - Tecnologia, Media & Comunicações
- » Turismo & Lazer

<https://cms.law/pt>

CMS Rui Pena & Arnaut

Com uma história que remonta a 2012, a CMS Rui Pena & Arnaut faz parte da organização europeia de sociedades de advogados, a CMS, líder mundial que integra o ranking das Top 10 Global Law Firm.

Com presença em mais de 70 escritórios e 40 jurisdições e mais de 5000 advogados em todo o mundo, a CMS Rui Pena & Arnaut oferece um profundo entendimento do mercado local com uma perspetiva global.

Os nossos clientes beneficiam da experiência e know-how jurídico em diversos sectores de indústria, bem como de uma cobertura internacional, única em Portugal, que nos permite prestar um serviço verdadeiramente global e com rápida capacidade de resposta.

Dispomos de uma equipa multidisciplinar

de advogados especializados e empenhados no desenvolvimento de estratégias jurídicas inovadoras, práticas e eficientes, adaptadas às realidades dos nossos clientes, que assentam num capital de conhecimento adquirido ao longo de 20 anos.

Os elevados padrões de exigência do mundo digital e do mundo físico estão a transformar os mercados e a impulsionar novos modelos de negócio. Na CMS, estamos na vanguarda da inovação tecnológica do sector jurídico, antecipando as tendências do mercado de maneira a desenvolver soluções pioneiras, rápidas e eficientes perante os constantes desafios. Apostamos numa equipa diversificada com o intuito de contribuir para enriquecer e inovar o serviço prestado, captando e retendo o melhor talento nacional e internacional.



CUATRECASAS

EM PORTUGAL

N.º de sócios: 25

N.º total de advogados: 160

N.º consultores: 7

N.º de advogados estagiários: 27

N.º de outros colaboradores: 70

NO MUNDO

N.º de sócios: 237

N.º total de advogados: + de 1000

SÓCIOS

- » Maria João Ricou
- » Maria da Glória Leitão
- » Luís Soares de Sousa
- » Diogo Ortigão Ramos
- » Duarte Abecasis
- » Mariana Norton dos Reis
- » Paulo de Sá e Cunha
- » Nuno Sá Carvalho
- » João Mattamouros Resende
- » Francisco Santos Costa
- » Paulo Costa Martins
- » Manuel Requicha Ferreira
- » Miguel de Almada
- » Lourenço Vilhena de Freitas
- » Frederico Bettencourt Ferreira
- » Pedro Vidal Matos
- » Pedro Marques Bom
- » Sara Quaresma
- » Rui Vaz Pereira
- » Vasco Bivar de Azevedo
- » Gonçalo Bastos Lopes
- » Sónia Queiróz Vaz
- » Joana Mota Agostinho
- » Vasco Moura Ramos
- » Samantha Cyrne

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Arbitragem Internacional
- » Comercial, Societário e M&A
- » Concorrência e Direito da União Europeia
- » Contencioso Tributário
- » Desporto
- » Energia e Infraestruturas
- » Farmacêutico e Ciências da Saúde
- » Bancário & Financeiro
- » Tributação Financeira
- » Fundos
- » Governo Corporativo e Compliance
- » Imobiliário e Urbanismo
- » Laboral
- » Mercado de Capitais
- » Penal
- » Preços de Transferência e Tax Governance
- » Private Client & Wealth Management
- » Private Equity
- » Propriedade Intelectual, Industrial e Segredos
- » Proteção de Dados
- » Público
- » Reestruturações, Insolvências e Special Situations
- » Resolução de Litígios
- » Serviços Financeiros e Seguros
- » Tecnologias e Meios Digitais (TMT)
- » Tributação Empresarial
- » Tributação Indireta
- » Venture Capital

www.cuatrecasas.com

Cuatrecasas, Gonçalves Pereira & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

Gostamos do direito. Gostamos das pessoas. Ouvimos os nossos clientes, resolvemos os seus problemas e proporcionamos-lhes soluções honestas. A nossa maior satisfação consiste na confiança que depositam em nós para participar na construção do seu futuro. Os nossos pilares são:

Os nossos clientes – Partilhamos os objetivos, os êxitos e os desafios dos nossos clientes. A nossa missão consiste em acompanhá-los e ajudá-los em cada etapa e aspeto particular do seu negócio, oferecendo-lhes soluções adaptadas através da nossa rede internacional, especializada por áreas e interrelacionada.

Estado de Direito – Queremos contribuir para a consecução e preservação do Estado de Direito, que é essencial para o progresso e a justiça social. Por isso, entre os nossos principais valores encon-

tram-se a integridade e a transparência, que orientam as nossas atuações a todo o momento. A nossa atividade pro bono contribui para a preservação do Estado de Direito e para o acesso à justiça. Prestamos assessoria ao cliente no cumprimento das suas responsabilidades em termos ambientais, sociais e de bom governo.

As nossas pessoas – Nos nossos 27 escritórios, mais de 1700 profissionais trabalham como uma única equipa, em constante colaboração, partilhando desafios e esforçando-se por superar sempre as expectativas dos clientes.

A mais recente tecnologia – Inovamos em tudo o que fazemos. Através da nossa Área de Conhecimento e Inovação, integramos processos e recursos tecnológicos na assessoria jurídica, em benefício dos nossos clientes.

Lisboa: (+351) 213 553 800 | Av. Fontes Pereira de Melo, 6, 1050-121 Lisboa | cuatrecasasportugal@cuatrecasas.com

Porto: (+351) 226 166 920 | Av. da Boavista, 3265 – 5.1 4100-137 Porto | cuatrecasasporto@cuatrecasas.com

Espanha (13): Madrid, Barcelona, Alicante, Bilbao, Girona, Málaga, Palma de Maiorca, San Sebastián, Saragoça, Sevilha, Valência, Vigo e Vitoria.

Internacionais (12): Bogotá, Bruxelas, Casablanca, Cidade do México, Lima, Londres, Luanda, Maputo, Nova Iorque, Pequim, Santiago do Chile e Xangai.



EVERSHEDS SUTHERLAND FCB

Nº de Sócios: 18

Nº total de Advogados: 46

Nº Total de Estagiários: 14

Nº total de Colaboradores: 96

Nº de Of Counsel: 3

SÓCIOS

- » Miguel Castelo Branco
- » Paula Teixeira da Cruz
- » Gonçalo da Cunha
- » Rodrigo Almeida Dias
- » Pedro Guimarães
- » Miguel Lorena Brito
- » Diogo Bernardo Monteiro
- » João Robles
- » João Couceiro
- » Inês Albuquerque e Castro
- » Margarida Roda Santos
- » Rodrigo Barbosa Souto
- » João Osório de Castro
- » Gonçalo Mexia
- » Bruno Arez Martins
- » Sofia Ferreira Enriquez
- » Luís Falcão Ramos
- » António Cid

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Direito Societário e Comercial
- » Direito Público, Administrativo e do Ambiente
- » Direitos Reais, Imobiliário e Construção
- » Contencioso & Arbitragem
- » Direito Fiscal
- » Direito Laboral e da Segurança Social
- » Direito Bancário e Mercado de Capitais
- » Energia e Recursos Naturais
- » Life Sciences
- » Propriedade Intelectual
- » Direito da Concorrência e da União Europeia
- » Direito dos Seguros
- » Direito dos Transportes
- » Angola Desk
- » Moçambique Desk

www.eversheds-sutherland.pt

Eversheds Sutherland FCB

A Eversheds Sutherland FCB é uma sociedade de advogados, com mais de 30 anos de história e consolidada no mercado português.

Composta por mais de 60 advogados com *know-how* e experiência em várias áreas de actuação, disponibiliza o apoio de vários departamentos especializados e presta um serviço integrado, eficaz e personalizado, oferecendo sempre as soluções mais eficientes para uma negociação bem-sucedida dos complexos aspectos do mundo empresarial. Está integrada na Eversheds Sutherland, uma das top 10 sociedades de advogados globais. Presta serviços jurídicos a clientes internacionais, desde pequenas e médias empresas a grandes multinacionais, representando 61 das 100 FTSE, 70 das Fortune 100 e 128 das Fortune 200

Com mais de 3000 profissionais, a Eversheds Sutherland tem 74 escritórios em

25 países, em África, Ásia, Europa, Médio Oriente e Estados Unidos da América. Adicionalmente, tem mais de 200 sociedades de advogados integradas na rede Eversheds Sutherland, com alianças formalizadas na América Latina, na região do Pacífico Asiático e em África, prestando serviços jurídicos por todo o mundo. Ser membro da rede Eversheds Sutherland permite à Eversheds Sutherland FCB dar uma resposta ainda mais abrangente às necessidades dos clientes em múltiplas jurisdições, criando grupos dinâmicos e multidisciplinares e trabalhando em conjunto com as equipas Eversheds Sutherland a nível global.

Para além dos escritórios que tem em Portugal – Lisboa, Porto e Faro – tem ainda parcerias com a Eversheds Sutherland EVC, em Luanda, Angola e com a Eversheds Sutherland AG, em Maputo, Moçambique.

Lisboa: (+351) 213 587 500 | Av. da Liberdade, 249, 1.º, 1250-143 Lisboa | fcb@eversheds-sutherland.net

Porto: (+351) 228 346 740 | Av. da Boavista, 3265 – 2.º, 4100-137 Porto | porto@eversheds-sutherland.net

Faro: (+351) 289 096 278 | Av. 5 de Outubro, 14, 4.º, 8000-076 Faro | algarve@eversheds-sutherland.net

Luanda: (+244) 937 406 057 | Edifício Kaluanda, Rua José da Silva Lameira, Piso 2, Escritório 2001, Luanda, Angola | angola@eversheds-sutherland.net

Maputo: (+258) 21 359 520 | Av. Vladimir Lenine, 174, 1.º, Edifício Millennium Park, Maputo, Moçambique | mozambique@eversheds-sutherland.net



george advogados

ADVOGADOS RESPONSÁVEIS

- » David George
- » Rita Guimarães
- » Ana Barbosa

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Direito dos negócios e das empresas, incluindo societário, comercial e assessoria fiscal;
- » Direito do Imobiliário;
- » Direito do Turismo;
- » M&A;
- » Apoio ao Investimento Estrangeiro;
- » Direito do Trabalho na perspetiva da empresa, com especial incidência na assessoria diária, organização e condução de despedimentos coletivos e contencioso laboral.

George Advogados

A DAVID GEORGE e ASSOCIADOS – Sociedade de Advogados SP RL, baseada em Lisboa, presta serviços de advocacia a nível nacional e internacional, como membro da rede internacional de escritórios Law Europe Internacional. Distinguindo-se principalmente no direito dos negócios e das empresas, o escritório dedica-se a direito do imobiliário, direito do turismo, M&A e direito do trabalho, sem nunca perder de vista o direito fiscal.

Rigor, conhecimento e profissionalismo são os valores principais da sua atuação no acompanhamento dos seus Clientes, promovendo soluções e resolvendo eficazmente os desafios que lhe são propostos. Constituído por uma equipa sólida, com experiência e juventude, o escritório assume-se como um player dinâmico e inovador no mercado, garantindo e salvaguardando sempre os melhores interesses dos seus Clientes.

DAVID GEORGE e ASSOCIADOS – Sociedade de Advogados SP RL is based in Lisbon, it provides legal services at a national and international level as a member of the international network of Law Europe International. The firm's core practice area is business and corporate law, plus the linked areas of real estate law, tourism law, M&A and labour law, without losing sight of tax law. Consistency, knowledge and professionalism are the firm's main values in its performance in assisting its Clients, promoting solutions and effectively resolving the challenges presented to it. The firm has a solid, experienced and youthful team and is a dynamic and innovative player in the market, in order to ensure and protect its Clients' best interests.

LEAD LAWYERS

David George
Rita Guimarães
Ana Barbosa

PRACTICE AREAS

- » Business and company law, including corporate, commercial and tax law;
- » Real Estate;
- » Tourism Law;
- » M&A;
- » Foreign Investment support;
- » Employment Law, for employers, with particular emphasis on real-time monitoring and support, management of mass redundancy dismissals and employment disputes and litigation.

a member of



<https://lei-network.com/>

GA_P
Gómez-Acebo & Pombo

The Firm to be

NOMINATED BEST IBERIAN LAW FIRM
LEGAL BUSINESS AWARDS & THE LAWYER 2021
CHAMBERS & PARTNERS EUROPE AWARDS 2022

|

#TOP3 MOST ACTIVE FIRM IN M&A IN SPAIN
2021

|

NOMINATED SPAIN M&A LEGAL ADVISOR OF THE YEAR
MERGERMARKET 2022
RESTRUCTURING FIRM OF THE YEAR IN SPAIN
IFLR AWARDS 2021
BEST FIRM IN SUSTAINABILITY
EXPANSIÓN JURÍDICO 2022

|

ONE OF THE MOST INNOVATIVE LAW FIRMS IN EUROPE
FINANCIAL TIMES INNOVATIVE LAWYERS
2021

The Firm to hire

@gomezacebopombo
WWW.GA-P.COM

Gómez-Acebo & Pombo

A Gómez-Acebo & Pombo (GA_P) é uma sociedade ibérica e independente, que soluciona os desafios jurídicos das empresas desde 1971, tendo-se consolidado como referência a nível internacional em todos os setores de atividade. Atualmente contamos com escritórios nas principais cidades espanholas, em Lisboa, em Bruxelas, em Londres e em Nova Iorque, a partir dos quais prestamos assessoria jurídica em direito espanhol, português e da União Europeia. Estamos presentes em Portugal desde 2010, oferecendo aos nossos clientes uma solução ibérica integrada que vá ao encontro das necessidades dos investidores portugueses e internacionais que veem a Península Ibérica como uma unidade de negócio única.

Em Lisboa, a GA_P dispõe de uma sólida equipa de profissionais locais, com vasta experiência internacional e capacidade

para oferecer ao cliente uma assessoria jurídica especializada e integrada em diversas áreas. A multidisciplinaridade do Escritório, juntamente com a qualidade e experiência da nossa equipa, colocamos-nos numa posição privilegiada para fornecer as soluções mais procuradas no atual contexto empresarial.

Entendemos a advocacia empresarial de uma forma diferente, na qual o critério e a inovação se unem para tornar possíveis os objetivos dos nossos clientes.

Nº de Sócios: 6

(59 a nível internacional)

Nº total de Advogados: 30

(257 a nível internacional)

Nº de Advogados Estagiários: 3

(39 a nível internacional)

Nº de outros Colaboradores: 12

(141 a nível internacional)

GA_P

Gómez-Acebo & Pombo

SÓCIOS

- » Mafalda Barreto
- » Mário Marques Mendes
- » Miguel Castro Pereira
- » Miguel de Avillez Pereira
- » Nuno de Oliveira Garcia
- » Ricardo Campos

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Administrativo e Regulatório
- » Arbitragem
- » Bancário e Financeiro
- » Comercial e Societário
- » Contencioso e Contencioso Penal
- » Direito da Concorrência e da União Europeia
- » Direito do Trabalho
- » Energia
- » Fiscal
- » Imobiliário e Urbanismo
- » Propriedade Intelectual e Tecnologias da
- » Informação
- » Seguros

www.ga-p.com

Lisboa: (+351) 213 408 600 | Av. Duque de Ávila, n.º 46, 6.º 1050-083 Lisboa | advogados.lisboa@ga-p.com

Barcelona | Bilbao | Bruxelas | Lisboa | Londres | Madrid | Nova Iorque | Valência | Vigo



Manuela Silva Marques – Advogados

Manuela Silva Marques – Advogados é um escritório de advogados alicerçado na confiança e nos desafios propostos pelos Clientes, com profissionais e parceiros de ampla experiência e presença consolidada no mercado da advocacia em Portugal. Num mundo em mudança, a subjetividade na aplicação da lei, a pressão política na arrecadação da receita, a complexidade fiscal e a incerteza são seguramente, para as empresas e empresários, grande desafio. Desafio que assumimos também como nosso.

Encontramo-nos focados na questão fiscal, numa estratégia sustentável para os nossos Clientes. A complexidade do tema leva-nos a uma especialização com vista à conquista de conhecimento, de forma a garantir as melhores respostas às necessidades e questões que se colocam.

Com uma vasta experiência adquirida pela multiplicidade de casos tratados, construímos uma base de conhecimento e especialização que aumenta a eficácia da abordagem e do nosso trabalho, permitindo, ao lado do Cliente, implementar

estratégias sustentáveis, preventivas e de criação de valor.

Sendo este o propósito, associamos à qualidade técnica dos serviços prestados o equilíbrio com a qualidade humana, a motivação e o dinamismo da equipa constituída.

Os imperativos éticos e deontológicos, a função social, a dignidade e o prestígio da Advocacia: são o mote. O rigor, a capacidade de resposta, a eficácia e os resultados obtidos: distinguem-nos.

PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS

- Women in Tax Leader – International Tax Review 2023
- Women in Tax Leader – International Tax Review 2021
- Women in Tax Leader – International Tax Review 2020
- Women in Tax Leader – International Tax Review 2017
- Recommended Lawyer – The Legal 500 EMEA 2015 Edition
- European Legal Team of the Year – British Legal Awards 2011



ADVOGADA RESPONSÁVEL

- » Manuela Silva Marques

VETORES PRIMORDIAIS DE ATUAÇÃO

- » Fiscal e Penal Tributário
- » Comercial e Societário, Fusões e Aquisições
- » Contraordenações
- » Contencioso (Tributário, Penal, Laboral e Civil)
- » Reestruturação, Recuperação e Insolvência
- » Laboral e Segurança Social

www.msmadvogados.pt



pbbr.a

SOCIEDADE
DE ADVOGADOS, SP, RL

A pbbr é uma sociedade de advogados com projecção nacional e internacional, com capacidade *full service*, que presta assessoria jurídica assente em critérios de exigência, rigor e qualidade, com uma equipa versátil e flexível, muito disponível para os Clientes, numa lógica de serviço personalizado e focado nas efectivas necessidades e interesses destes, privilegiando o trabalho em equipa e a formação contínua dos seus profissionais.

A pbbr concentra a sua actividade nas áreas do direito comercial e das sociedades, fusões e aquisições, capital de risco, propriedade intelectual e industrial, direito imobiliário, construção e urbanismo, direito do trabalho, segurança social e *employee benefits*, tecnologias de informação, telecomunicações e media, saúde, farmacêutico e *life sciences*, publicidade e marketing,

direito bancário, financeiro e mercado de capitais, público, ambiente, energia e recursos naturais, direito público, direito da concorrência e do consumo, direito fiscal, contencioso e arbitragens. Parte relevante do trabalho da pbbr é de referência internacional, mantendo a sociedade uma sólida rede de contactos com prestigiadas sociedades de advogados estrangeiras, na Europa, Brasil, Argentina, Estados Unidos da América, Canadá, Austrália, Índia, Japão, Singapura e China.

A pbbr é o membro português da aliança internacional de sociedades de advogados *Ius Laboris*, mantendo uma parceria exclusiva para Portugal com a sociedade de advogados espanhola *Sagardoy Abogados*.

A *Techlawyers* by pbbr é a marca para as áreas de Tecnologia, Media e Telecoms (TMT) da pbbr.

Nº de Sócios: 9
Nº total de Advogados: 36
Nº de Advogados Estagiários: 4
Nº de Consultores: 7
Nº de outros Colaboradores: 6

SÓCIOS

- » Alexandre Jardim
- » Pedro Pinto
- » Inês Reis
- » Teresa Freire
- » Carina Branco
- » Sofia de Sales Sousinha
- » Rita Roque de Pinho
- » Bruno Soeiro Barbosa
- » Tânia Ferreira Osório

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Bancário, Financeiro e Mercado de Capitais
- » Capital de Risco
- » Comercial, Societário, Fusões e Aquisições e Concorrência
- » Contencioso e Arbitragem
- » Fiscal
- » Imobiliário, Construção e Urbanismo
- » Público, Ambiente, Energia e Recursos Naturais
- » Saúde, farmacêutico e *life sciences*
- » Tecnologia, Tecnologias da Informação e Propriedade Intelectual e Industrial
- » Trabalho, Segurança Social e *Employee Benefits*

www.pbbr.pt



Raposo, Sá Miranda
& Associados
Sociedade de Advogados, SP, RL

www.pra.pt

Continuamos a crescer como um equipa multidisciplinar e especializada, focada nos seus clientes, que faz da diferença uma forma de estar.

Somos uma equipa que partilha: o conhecimento, as vivências, a experiência, os resultados, os ideais, os valores e a confiança.

Somos uma equipa que acredita que é sempre possível fazer mais e melhor.

Somos uma equipa próxima e queremos estar perto dos nossos clientes. Encontrem-nos em Évora, Faro Leiria, Lisboa, Ponta Delgada e Porto.

Ano Fundação: 2001

Sócios: 20

Nº Total de Sócios e Advogados: 152

SÓCIOS

- » Pedro Raposo
- » Miguel Miranda
- » Almeida Correia
- » Carlos Duque
- » Ney da Costa
- » Catarina Costa Lopes
- » Pedro Sá
- » Susana Santos Valente
- » André Pinto Rocha
- » Helena Braga Marques
- » David Coelho
- » Noel Gomes
- » Joana de Sá
- » Rute Oliveira Seródio
- » Tiago Fiuza
- » Clélia Brás
- » Lin Man
- » Daniel Torres Gonçalves
- » Leila Grácio
- » Gonçalo Gil Barreiros

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Administrativo e Contratação Pública;
- » Comercial, Contratos e Concorrência;
- » Contencioso e Arbitragem;
- » Contencioso Penal;
- » *Corporate*;
- » Contencioso Societário;
- » Família e Sucessões;
- » Fiscal;
- » Imobiliário;
- » Laboral;
- » Propriedade Intelectual e Privacidade;
- » Recuperação de Crédito e Insolvência;
- » Unidade Económica| Dano Corporal;
- » Unidade Económica| *Entertainment*;
- » Unidade Económica| Transportes;
- » Unidade Económica| Gestão de Ativos;
- » Unidade Económica| Saúde, Farmácia e Biotecnologia;
- » *China Desk*

LISBOA (Sede): (+351) 213 714 940 | lisboa@pra.pt | Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 82, 1.º Dt.º 1250-193 Lisboa

ÉVORA: (+351) 266 096 600 | evora@pra.pt | Rua de Viana, n.º11A, 7005-206 Évora

FARO: (+351) 289 100 233 | faro@pra.pt | Avenida 5 de Outubro, n.º33 8000-077 Faro

LEIRIA: (+351) 244 095 615 | leiria@pra.pt | Av.ª 22 de Maio - Edf. Praça Nova n.º 24, 1-K 2415-396 Leiria, Portugal

PONTA DELGADA: (+351) 296 098 702 | pdelgada@pra.pt | Rua Conselheiro Doutor Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara n.º 6, 9500-058 Ponta Delgada

PORTO: (+351) 223 715 485 | porto@pra.pt | Rua Nossa Senhora de Fátima, 177, piso 7 4050-427 Porto



RAPOSO BERNARDO

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Direito Bancário e Financeiro
- » Direito Societário
- » Fusões e Aquisições
- » Mercado de Capitais
- » Corporate Finance
- » Project Finance
- » Private Equity
- » Startups
- » Direito dos Seguros
- » Direito Farmacêutico
- » Arbitragem e Contencioso
- » Direito Imobiliário
- » Contencioso Tributário
- » Direito do Trabalho
- » Direito da Concorrência e Europeu
- » Direito dos Contratos
- » Direito do Consumo
- » Direito Administrativo
- » Privacidade e Dados Pessoais
- » Direitos de Autor e Conexos
- » Direito da Energia
- » Propriedade Intelectual e Tecnologias de Informação
- » Direito Marítimo, Transportes e Logística
- » Direito Aéreo
- » Direito do Desporto
- » Reestruturação de Empresas

Raposo Bernardo & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

A Raposo Bernardo é uma full service law firm reconhecida pela sua capacidade de aliar a solidez da tradição da advocacia à mais moderna e avançada tecnologia, com o propósito de proporcionar o maior benefício aos nossos Clientes.

Entendemos que para disponibilizarmos um apoio jurídico do mais elevado nível é fundamental que as nossas equipas de advogados, para além de elevadas competências técnicas, tenham um profundo conhecimento da atividade e dos projetos dos nossos Clientes, bem como uma apurada sensibilidade para o seu modo específico de fazer negócios.

A cultura de colaboração que existe entre todos os membros das nossas equipas é a mesma cultura de colaboração que mantemos com os nossos Clientes. Esse espírito de colaboração e de proximidade permite criar relações fortes e de confiança, e

com isso alcançar os melhores resultados. Mantemos uma permanente e intensa atividade de formação e reciclagem interna, essencial para que as nossas equipas estejam sempre na vanguarda do que de mais avançado e sofisticado se vai fazendo no mercado jurídico internacional.

Com total independência mantemos relações com sociedades de advogados em todo o mundo, estando inteiramente abertos a desenvolver trabalho em parceria, sempre em benefício dos projetos dos nossos Clientes.

Passados mais de 25 anos renovamos o nosso compromisso em aliar experiência e tradição com inovação, modernidade e sofisticação, através de um aconselhamento pragmático e que acrescente valor aos nossos Clientes, mantendo sempre a mesma capacidade de resposta rápida e rigorosa e uma cultura de total disponibilidade e colaboração.

Prémios & Reconhecimentos 2022

- THE LEGAL 500 EMEA / GREEN GUIDE: Ranked firm in Portugal for Banking & finance; Capital markets; Commercial, Corporate and M&A; Dispute resolution; EU and competition; Employment; Energy and natural resources; Insolvency and restructuring; Intellectual property; Projects and project finance; Public law; Real estate and construction; Tax; TMT and Transport
- THE LEGAL 500 EMEA / GREEN GUIDE: Top Tier firm in Angola | Tier 2 firm in Mozambique
- CHAMBERS & PARTNERS GLOBAL: Leading firm for Cape Verde | Leading firm for Portugal foreigner firms Corporate and M&A and Projects
- IFLR1000: Recommended in Portugal for Banking; Capital markets; Debt; Capital markets: Equity; M&A; Project development; Project finance; Restructuring and insolvency
- IFLR1000: Top tier firm in Cape Verde for Financial and corporate; Recommended firm in Angola for Financial and corporate and Project development; Recognized firm in Mozambique for Financial and corporate; Project development
- LEADERS LEAGUE: Highly recommended firm in Portugal for Corporate and M&A; Banking and Finance; International Arbitration; Data Protection and Cybersecurity; Real Estate; Private Equity; Intellectual Property Patents; Intellectual Property Trademarks; Labor & Employment; Civil & Commercial Litigation; Telecoms; Technology; IP Litigation; Africa Desk - Law firm - Mapping 2022

www.raposobernardo.com



rbms

RODRIGUES BASTOS, MAGALHÃES E SILVA & ASSOCIADOS – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP, RL

A Rodrigues Bastos, Magalhães e Silva & Associados (RBMS) é uma sociedade liderada por profissionais de renome com 20 anos de experiência consolidada em atuação conjunta e que se afirma no presente pelas suas modernas metodologias de proximidade e envolvimento com os seus clientes e parceiros.

Temos uma forma pragmática de estar no mercado, um posicionamento que justifica o reforço sistemático da nossa ambição e capacidade de resposta, que conjuga a solidez estrutural e de conhecimento, com uma cultura de versatilidade, inovação e de adaptação aos novos desafios da sociedade e do direito ao nível nacional e internacional.

Somos uma equipa de aproximadamente 40 colaboradores, distribuídos pelos escritórios de Lisboa, Porto e Faro, e integramos a Legal Netlink Alliance e a Redejur, duas redes internacionais de advocacia, disponibilizando aos nossos clientes assistência jurídica de qualidade e

confiança em praticamente todo o mundo. Possuímos ainda um Desk alemão e um Desk francês onde prestamos assessoria jurídica em língua alemã e francesa às empresas portuguesas com atividade no mercado alemão e francês e às empresas francesas e alemãs presentes ou interessadas no mercado português.

ESTRUTURA

Nº de Sócios: 9

Nº total de Advogados: 34

Nº de Advogados Estagiários: 9

Nº de Consultores: 5

Nº de outros Colaboradores: 5

SÓCIOS

- » Tiago Rodrigues Bastos
- » Manuel Magalhães e Silva
- » José Ricardo Gonçalves
- » Gonçalo Areia
- » Madalena Januário
- » Patrícia Meneses Leirião
- » Eloísa Ribeiro Santos
- » João Gaspar Simões
- » Jorge Bastos Leitão

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Administrativo
- » Aeronáutico
- » Arbitragem e Mediação
- » Comercial e Societário
- » Concorrência
- » Contencioso Administrativo, Fiscal e Laboral
- » Contraordenacional
- » Contratação Pública
- » Desporto
- » Expropriações
- » Farmacêutico
- » Fiscal
- » Fusões e Aquisições
- » Imobiliário
- » Insolvências
- » Penal
- » Penal Económico
- » Proteção de Dados
- » Recuperação internacional de ativos
- » Trabalho e Segurança Social
- » Urbanismo

www.rbms.pt

Lisboa: (+351) 210 131 660 | Avenida Duque de Ávila, nº 66 - 5º andar 1069-075 Lisboa | rbms@rbms.pt

Porto: (+351) 220 188 759 | Rua Caldas Xavier, nº 38 - 4º Dto., 4150-162 Porto | **Faro:** (+351) 289 898 010 | Avenida 5 de Outubro, nº 82-A, 8000-075 Faro

SERVULO
LATITUDE[⊕]

Alcance global na prestação de serviços jurídicos de excelência

www.servulo.com

Serviço & Associados | Sociedade de Advogados, SP, RL

Map locations: Madeira, Açores, Portugal, Macau, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Brasil, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique.

Serviço & Associados | Sociedade de Advogados, SP, RL

Nº de Sócios: 34

Nº de Of Counsel: 3

Nº Total de Advogados: 49

Nº de Consultores: 8

Nº Total de Advogados Estagiários: 22

Nº de Administrativos: 34

SÓCIOS

» José Manuel Sérvulo Correia

» Alberto Saavedra

» Ana Luísa Guimarães

» Ana Moutinho Nascimento

» Ana Rita Paíinho

» António Cadilha

» António Teles

» Cláudia Amorim

» Diogo Feio

» Duarte Rodrigues Silva

» Eduardo Gonçalves Rodrigues

» Francisca Mendes da Costa

» Francisco Barona

» Francisco Boavida Salavessa

» Henrique Rodrigues da Silva

» Inês Palma Ramalho

» João Amaral e Almeida

» João Carmona Dias

» João Saúde

» José Lobo Moutinho

» Mafalda Ferreira Santos

» Manuel Magalhães

» Mariana Costa Pinto

» Mark Kirkby

» Miguel Gorjão-Henriques

» Paulo Câmara

» Pedro Fernández Sánchez

» Pedro Silveira Borges

» Rita Canas da Silva

» Rui Medeiros

» Sofia Carreiro

» Sofia Thibaut Trocado

» Teresa Pala Schwalbach

» Verónica Fernández

Sérvulo & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

A **SÉRVULO** é uma sociedade de advogados *full-service*, com mais de vinte anos de existência, que atua em todas as áreas de prática e nos setores mais relevantes da economia.

Reconhecida pela qualidade dos seus serviços jurídicos, a **SÉRVULO** conta com uma equipa multidisciplinar extremamente competente, motivada por um único propósito: transformar a investigação académica e o conhecimento acumulado na conceção de soluções jurídicas robustas, prestando um serviço efetivamente criador de valor para os seus clientes.

A **SÉRVULO** NO MUNDO

A **SÉRVULO** assegura um alcance global na prestação dos seus serviços jurídicos através da **SÉRVULO LATITUDE**, uma rede de parcerias bilaterais que inclui escritórios de advogados proeminentes das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e de outras jurisdições estratégicas, tais como o Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Macau ou Timor-Leste; das três redes internacionais de sociedades de advogados a que pertence - Legalink, Cathay

e Roxin Alliance; e dos seus Desks, destinados a prestar um serviço personalizado a clientes provenientes de determinados países.

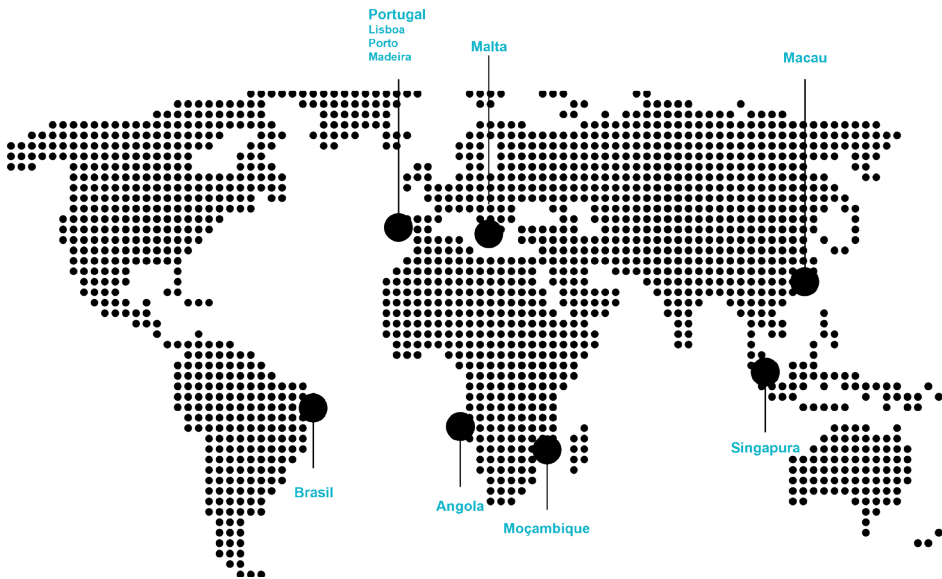
ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Comercial e Societário
- » Contencioso e Arbitragem
- » Desporto
- » Europeu e Concorrência
- » Financeiro e Governance
- » Fiscal
- » Imobiliário, Turismo e Urbanismo
- » Laboral
- » Life Sciences
- » Penal, Contraordenações e Compliance
- » Privacidade e Proteção de Dados
- » Propriedade Intelectual
- » Público
- » Reestruturação e Insolvência
- » TMT

SETORES

- » Águas e Recursos Naturais
- » Ambiente
- » Artes
- » Aviação e Aeronáutica
- » Banca
- » Capital de Risco
- » Comércio, Produção e Distribuição
- » Desporto
- » Energia
- » Imobiliário e Turismo
- » Indústria
- » Infraestruturas
- » Investimento Estrangeiro
- » Luxury
- » Media e Telecomunicações
- » Mercado de Capitais
- » Saúde e Indústria Farmacêutica
- » Sector Automóvel
- » Seguros
- » Tecnologias da Informação e Outsourcing
- » Transportes

www.servulo.com



SRS Legal

Sociedade Rebelo de Sousa de Advogados, SP, RL

Com 30 anos comemorados em 2022, a SRS Advogados deu lugar à SRS Legal, que adotou também o mote: About Law. Around People. Porque as nossas pessoas, de dentro da sociedade, fazem de nós o que somos. E porque as pessoas de fora desafiam-nos a sermos cada vez melhores.

Adotámos como valores a Agilidade – nos nossos processos, na nossa forma de estar, na forma como nos juntamos perante causas relevantes. Recrutamos os melhores profissionais em todas as áreas, valorizando skills, tecnologia e know-how, para termos cada vez maior capacidade de resposta aos desafios diários; Empatia – mesmo num mundo cada vez mais tecnológico, são as conexões humanas que conseguem superar os desafios mais difíceis. Não temos receio de ser diferentes, de ser próximos, dentro e fora de portas. Inovação – porque não temos medo de enfrentar desafios e de dar um passo ambicioso, quando necessário. Procuramos incessantemente soluções para os melhores resultados dos nossos Clientes; Sustentabilidade – porque damos importância aos critérios ESG e

estamos a transformar a nossa Sociedade perante os desafios do futuro. Algumas das nossas prioridades são a diversidade no local de trabalho e a relação com as comunidades que nos rodeiam.

Em constante evolução, queremos chegar mais longe. Acreditamos no valor do trabalho em equipa. Seja através da nossa rede global ou em cada um dos escritórios, a colaboração e a partilha são uma prática corrente do dia-a-dia da SRS, para servir os clientes de forma ágil, empática e inovadora.

Prestamos assessoria full-service a clientes nacionais e internacionais em todas as áreas de negócio. Temos uma excelente rede escritórios, estendendo no espaço geográfico aquilo que é o essencial dos nossos valores e do nosso serviço, com 12 parceiros a nível global, para que o mundo dos negócios dos nossos Clientes não tenha fronteiras.

A SRS Legal tem sido distinguida, ao longo dos anos, pelos principais diretórios e prémios internacionais da área jurídica (Chambers&Partners, Client Choice, Iberian Lawyer, IFLR, Legal 500, The Lawyer, Who'sWho Legal, entre outros).



Nº de Sócios: 30
 Nº Total de Advogados: 120
 Nº Total de Advogados Estagiários: 12
 Nº de Consultores: 16
 Nº de outros Colaboradores: 39

SÓCIOS

- » Pedro Rebelo de Sousa
- » José Carlos Soares Machado
- » William Smithson
- » Octávio Castelo Paulo
- » César Sá Esteves
- » José Luís Moreira da Silva
- » José Jácome
- » Alexandra Valente
- » Gonçalo Anastácio
- » Nuno Miguel Prata
- » Gustavo Ordonhas Oliveira
- » Paulo Bandeira
- » Mariana Caldeira de Sarávia
- » Neuza Pereira de Campos
- » Alexandre Roque
- » Ana Luísa Beirão
- » Ana Menéres
- » Carla Neves Matias
- » Cláudia Varela
- » João Paulo Mioludo
- » João Santos Carvalho
- » Luís Neto Galvão
- » Mafalda Alves
- » Maria José de Tavares
- » Maria de Lancastre Valente
- » Maria Paula Milheirão
- » Natália Garcia Alves
- » Raquel Cuba Martins
- » Regina Santos Pereira
- » Sara Estima Martins

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Administrativo e Contratação Pública
- » Bancário e Financeiro
- » Compliance
- » Concorrência e União Europeia
- » Fiscal
- » Imigração, Golden Visa e Nacionalidade
- » Imobiliário
- » Laboral
- » Life Sciences & Healthcare
- » Private Equity & Venture Capital
- » Propriedade Intelectual
- » Proteção de Dados e Cibersegurança
- » Resolução de Litígios
- » Seguros e Pensões
- » Societário, Comercial e M&A
- » Startups
- » Tecnologia, Media e Telecomunicações
- » Transportes e Marítimo

www.srslegal.pt



20
ANOS A CONSTRUIR
O FUTURO

URÍA MENÉNDEZ
PROENÇA DE CARVALHO

Uría Menéndez Proença de Carvalho

Com presença fixa em Portugal desde 1998, a Uría Menéndez é uma sociedade de advogados com mais de 70 anos de experiência e conta atualmente com doze escritórios distribuídos por Portugal, Espanha, Londres, Bruxelas e Américas.

O escritório presta assessoria em direito português, espanhol, inglês e comunitário. Apoiar igualmente os seus clientes em operações internacionais através da sua rede de escritórios e de relações com as mais conceituadas sociedades do mundo.

De igual forma, a nossa sólida presença na América Latina há duas décadas tem-se vindo a consolidar com a nossa participação na primeira grande sociedade de advogados ibero-americana, Philippi, Prietocarrizosa, Ferrero DU & Uría (“PPU”), nascida da fusão de sociedades líderes no Chile, Colômbia e Peru.

Através da Uría Menéndez – Proença de Carvalho e da PPU oferecemos aos nossos clientes uma equipa multidisciplinar e relações privilegiadas com os melhores escritórios nas jurisdições mais relevantes.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Arbitragem e Mediação
- » Bancário e Financeiro
- » Comercial
- » Concorrência
- » Contencioso
- » Direito do Trabalho
- » Direito dos Transportes
- » Energia e Recursos Naturais
- » Fiscal
- » Fusões e Aquisições
- » Imobiliário
- » Marítimo
- » Mercado de Capitais
- » Penal Económico
- » PPP's – Parcerias
- » Público – Privadas
- » Private Equity
- » Project Finance
- » Propriedade Intelectual e Tecnologias de Informação
- » Proteção de Dados Pessoais e Comércio Eletrónico
- » Público
- » Restituições e Insolvências
- » Seguros
- » Societário
- » Urbanismo

N.º total de advogados: 112
N.º de sócios: 22
N.º de counsels: 4
N.º de advogados estagiários: 22
N.º de outros colaboradores: 43

SÓCIOS

- » Duarte Garin
(Presidente Portugal)
- » Antonio Villacampa
(Co-Diretor Portugal)
- » Bernardo Diniz de Ayala
(Co-Diretor Portugal)
- » Adriano Squillacce
- » Alexandre Mota Pinto
- » André Pestana Nascimento
- » António Castro Caldas
- » Carlos Costa Andrade
- » Catarina Tavares Loureiro
- » David Sequeira Dinis
- » Fernando Aguilar de Carvalho
- » Filipe Romão
- » Francisco Brito e Abreu
- » Francisco da Cunha Ferreira
- » Francisco Proença de Carvalho
- » Joana Torres Ereio
- » Marta Pontes
- » Miguel Stokes
- » Nuno Salazar Casanova
- » Pedro Ferreira Malaquias
- » Rita Xavier de Brito
- » Tito Arantes Fontes

COUNSELS

- » Gonçalo Reino Pires
- » Hélder Frias
- » João Louro e Costa
- » Tânia Luísa Faria

CONSULTORES

- » Cláudia Reis Duarte

ASSOCIADOS PRINCIPAIS

- » Afonso Choon Dias
- » Alexandre Pedral Sampaio
- » Constança Borges Sacoto
- » Luís Bertolo Rosa
- » Miguel Rodrigues Leal
- » Rita Vieira Marques

www.uria.com

VdA
**Challenged
by the future**



Vieira de Almeida

& Associados - Sociedade de Advogados SP RL

Reconhecida ao longo de mais de quatro décadas como referência de excelência na advocacia, a Vieira de Almeida destaca-se pela solidez técnica e carácter inovador dos seus serviços.

Uma organização vibrante e inquieta, inovadora, que se afirma nas aspirações de um coletivo que quer ser parte ativa da solução para os desafios sociais e ambientais que enfrentamos enquanto Sociedade, mobilizando pelo exemplo de respeito, justiça e humanidade.

Os elevados padrões éticos e de rigor profissional de uma equipa de 510 pessoas, aliados a uma forte cultura de valores, são um legado sobre o qual construímos o nosso futuro. A VdA Legal Partners reflete a nossa presença internacional e o forte compromisso com os nossos clientes no acompanhamento dos seus assuntos a nível global. Com um profundo conhecimento dos mercados locais, a par de uma prática jurídica fortemente especializada, orientamo-nos por um princípio de equilíbrio entre a indústria em questão e a natureza da transação em concreto.

 LEGAL PARTNERS

ANGOLA – CABO VERDE – GUINÉ EQUATORIAL – MOÇAMBIQUE – PORTUGAL – SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE – TIMOR-LESTE



Atualize os seus dados
para a próxima edição



Envie os seus dados para:
Telef: 217 655 300
E-mail: comercial@medianove.com



A. Borges Pires, Santos Pereira, Pires Pereira & Associados

Sociedade de Advogados, RL

A ABPA é uma sociedade de advogados sustentada em dois pilares essenciais: a já longa experiência de trabalho conjunto dos seus sócios e o saber, a ousadia e a capacidade de inovar de advogados mais novos que aceitaram partilhar este constante e renovado desafio que é o exercício da advocacia e da assessoria legal. A experiência, o saber e a capacidade de inovar juntam-se para uma advocacia com rigor, pragmatismo e competência. A ABPA tem um escritório associado no Porto, e é o membro português do International Business Law Consortium constituído por escritórios independentes com presença em mais de cem países, uma vez que pretendemos estar onde estão os nossos clientes e queremos fazer parte de

solução eficaz, rigorosa e rápida dos seus problemas, somos seus parceiros, queremos actuar de forma preventiva através de um acompanhamento efectivo e presencial dos nossos clientes. Na ABPA gostamos do que fazemos, e só fazemos advocacia. Competência, Qualidade, Rigor, Excelência, Disponibilidade e Compromisso, na ABPA não são só palavras.

SÓCIOS

- » António Borges Pires:
- » Henrique dos Santos Pereira
- » Marco Pires Pereira

Lisboa: Telef.: (+351) 212 454 262 | (+351) 212 454 284 | Rua Tierno Galvan, Amoreiras, Torre 3, 5.º | Piso, 511 1070-274 Lisboa | geral@abpa.pt | www.abpa.pt



António Frutuoso de Melo e Associados

Sociedade de Advogados SP, R.L.

Fundada em 1997, a AFMA tem acompanhado a vida de muitas empresas; neste percurso de mais de duas décadas, criou relacionamentos que, em muitos casos, ainda perduram e continuam a crescer.

Com uma vocação full service, a AFMA criou uma equipa experiente, com conhecimentos consolidados nas áreas de direito empresarial e que está apta a prestar aconselhamento jurídico aos seus clientes, sempre numa perspectiva personalizada (soluções à medida).

Gostamos de ouvir, de identificar o que o cliente precisa e pode não expressar.

Conhecemos o negócio do cliente, seja nacional ou internacional, e acompanhamo-lo em todas as vertentes, oferecendo-lhe soluções eficazes/ inovadoras para as suas necessidades jurídicas, num quadro empresarial cada vez mais exigente, tecnológico e multifacetado.

Neste contexto, temos crescido sustentadamente e pretendemos, no futuro, continuar a prestar um serviço de excelência e a merecer a mesma confiança dos nossos clientes.

ADVOGADOS

- » António Frutuoso de Melo
- » Pedro Porto Dordio
- » Guilherme Frutuoso de Melo
- » Alda Cabeças
- » Guida Vila Nova
- » Sofia Belard
- » Fernando Magiolo Magarreiro
- » Rita Nina
- » António Gaio
- » Raquel Elias da Costa
- » Inês Saraiva de Aguiar
- » João Belo Nunes
- » Ágata Dinis
- » Sandra Fraga
- » Marina Silveira
- » Madalena Silva Pinto
- » Cláudia Brito Oliveira

ADVOGADOS ESTAGIÁRIOS

- » António Belard Ribeiro
- » Madalena Cordovil

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Bancário, Financeiro e Mercado de Capitais
- » Comercial, Societário e M&A
- » Consumo, Distribuição e Concorrência
- » Contencioso e Arbitragem
- » E-Commerce, Privacidade e Cibersegurança
- » Farmacêutico, Veterinário e Cosméticos
- » Fiscal
- » Imobiliário
- » Trabalho e Segurança Social

Member of LEXLINK

www.afma.pt

António Frutuoso de Melo e Associados – Sociedade de Advogados SP, R.L.
Lisboa: (+351) 21 3218600 | Av. da Liberdade, n.º 38 – 1.º andar
1250-145 Lisboa | afma@afma.pt



BAS – Sociedade de Advogados, SP, RL

Conhecimento jurídico com valor

A BAS foi constituída em 2010 por profissionais que asseguraram uma assessoria qualificada, aportando conhecimento jurídico com valor. O nível de serviços jurídicos que a sociedade oferece aos seus clientes permite incrementar a capacidade de resposta nacional e internacional. O reconhecimento interpar nas áreas do Direito do Trabalho, Direito Administrativo e do Direito da Saúde é evidenciado nos rankings internacionais como a Chambers, os Labour Awards da Iberian Lawyer, os Leaders League Awards e os Best Lawyers®.

A BAS aposta em áreas estratégicas como o Direito Comercial, o Direito Societário e M&A, o Direito Civil, o Direito da Saúde, o Direito Administrativo e a Contratação Pública, bem como na diversificação das suas áreas de atuação.

Além de escritórios em Lisboa e no Porto, a BAS marca a sua presença internacional através das parcerias e associados em Espanha, Angola, Brasil e Moçambique.

VALORES ESTRUTURANTES

- » Elevados padrões de ética e rigor
- » Excelência técnica e experiência
- » Soluções jurídicas com valor
- » Senioridade
- » Flexibilidade e diversificação

Ano Fundação 2010

SÓCIOS

- » Cláudia Monge
- » Dália Cardadeiro
- » Marco Aurélio Constantino
- » Marco Real Martins
- » Miguel Salvador
- » Nuno Miguel Vieira
- » Pedro Madeira de Brito
- » Sérgio Alves Ribeiro

Número total de sócios e advogados: 28

Nº Total de Advogados Estagiários: 4

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Assessoria em todas áreas de atividade, com especial enfoque no apoio jurídico nas áreas de:

- » Direito da Saúde e Ciências da Vida
- » Direito Laboral, Segurança Social e Emprego Público
- » Direito Administrativo e Contratação Pública
- » Contencioso Civil e Laboral
- » Contencioso Administrativo
- » Proteção de Dados
- » Propriedade Intelectual
- » Direito Societário, Comercial e M&A
- » Direito Bancário e Financeiro
- » Direito da Concorrência
- » Direito Penal
- » Direito Civil
- » Direito Fiscal
- » Direito do Desporto
- » Imobiliário
- » Imigração e Investimento Estrangeiro
- » Insolvência
- » Resolução Alternativa de Litígios (Arbitragem e Mediação)

Lisboa: (+351) 211 554 330 | Rua Artilharia Um, 51 - Páteo Bagatela, Edifício 1, 4.º 1250-137 Lisboa | www.bas.pt | <https://www.linkedin.com/company/bas-sociedade-de-advogados/> | **Porto:** (+351) 220 118 647 | (+351) 224 064 415 | Edifício Scala Rua de Vilar, n.235, 2. DTO 4050-626 Porto | geralporto@bas.pt



FB&ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP, RL

FB&A

A FB&A é uma sociedade de advogados que nasceu em 2019, dinamizada pelo sócio fundador e *managing partner* Filipe Barata, mas em redor da vontade comum de prestar um serviço de excelência, com foco nas necessidades dos clientes, seja em tempo de resposta, seja na dedicação às necessidades específicas de cada cliente e na busca de soluções inovadoras. Mais que um prestador de serviços jurídicos, a FB&A procura ser um parceiro dos seus clientes, trilhando um caminho lado a lado com os mesmos, com um acompanhamento próximo e personalizado, a fim de prestar um serviço diferenciado e adaptado aos tempos de disrupção que se vivem na Advocacia e na Economia em geral, privilegiando o tempo de resposta e a fiabilidade das soluções. Pese embora o especial enfoque na área do Direito dos Negócios (M&A, fiscal, societário, laboral e assessoria quotidiana na con-

tratação e relação das empresas), a FB&A disponibiliza também assessoria no contencioso civil, penal, comercial e administrativo/fiscal, e assessoria a particulares, com especial incidência em *Private Clients* e *Golden Visa*.

SÓCIOS

- » Ana Salgado – Managing Partner
- » Duarte Martins de Carvalho
- » Filipe Barata – Managing Partner
- » Leonor Sande e Silva
- » **Número total de advogados:** 10

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Societário, Comercial e M&A
- » Fiscal
- » Imobiliário e Urbanismo
- » Contencioso e Arbitragem
- » Penal, Contraordenacional e Compliance
- » Público
- » TMT – Tecnologia, Media e T.I.
- » Laboral e Segurança Social
- » Família e Sucessões
- » Saúde e Farmacêutico
- » Imigração e Golden Visa
- » Private Clients

Lisboa: Campo Grande 28 - 9ªA 1700-093 Lisboa, Portugal | geral@fbae.pt | (+351) 215 866 800 | (+351) 215 866 336

Outros escritórios: **Cartaxo** | Rua Doutor Manuel Correia Ramalho nº22 - 1 Dto. 2070-095 Cartaxo | **Coimbra** | Torre Arnado Business Center, Rua João de Ruão, nº 12 – Escritório 163, 3000-229 Coimbra | Em colaboração | **Porto, Luanda (Angola) e São Tomé e Príncipe.**



Rato & Cortés

Rato & Cortés, Sociedade de Advogados, SP, RL | Lektou é uma sociedade de advogados fundada em 2017, com sede em Lisboa, que tem a sua origem no escritório Rato, Ling, Lei & Cortés – Advogados | Lektou estabelecido na Região Administrativa Especial de Macau desde 1985.

Com mais de 35 anos de prática jurídica em Macau, o sólido perfil académico conjugado com a longa experiência e a plena integração de toda a equipa é a garantia da qualidade dos serviços que presta. A equipa é constituída por profissionais qualificados capazes de prestar um amplo leque de serviços jurídicos.

A sociedade conta com Advogados experientes de Macau, Portugal, Brasil, Cabo Verde, República Popular da China, Timor Leste e Nova Iorque (Estados Unidos da América) que prestam serviços jurídicos a clientes internacionais. A expansão para Portugal faz parte da estratégia de internacionalização do Escritório para melhor servir os seus Clientes e para

funcionar como um legal player na plataforma entre a RPC, os países de língua oficial portuguesa e a União Europeia.

Integra a rede global da Miranda Alliance, que conta com escritórios em todas as jurisdições lusófonas, reunindo cerca de 230 advogados em 18 jurisdições, sedeadas em 4 continentes.

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Administrativo e Regulatório
- » Bancário, Financeiro e Segurador
- » Societário, Comercial, Fusões e Aquisições
- » Fiscal
- » Jogos de Fortuna ou Azar
- » Laboral, Migração e Fixação de Residência
- » Mercado de Capitais/Valores Mobiliários
- » Penal
- » Propriedade Intelectual e Industrial
- » Resolução de Litígios
- » Tecnologia, Media e Comunicações

www.lektou.com

Lisboa: Avenida Duque D'Ávila, nº 95, 4º andar, Salas F e G, 1000-139 Lisboa | (+351) 211 507 232 | lektoupt@lektou.com

Macau: Avenida da Amizade, Macau, 555, Office Tower 23rd Floor, Macau SAR | (+853) 2856 2322 | mail@lektou.com

Outros escritórios: Hengqin e Shenzhen



RSA - RAPOSO SUBTIL E ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP, RL
LAW FIRM

RSA Raposo Subtil e Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

RSA LP – Rede de Serviços de Advocacia de Língua Portuguesa

Fundada em 1997, a RSA – Raposo Subtil e Associados, tem por matriz um serviço completo e integrado aos seus Clientes, combinando um profundo conhecimento do negócio com a exigência do conhecimento técnico, tanto a nível nacional como internacional.

Desde 2013, através da Rede de Serviços de Advocacia de Língua Portuguesa (RSA-LP), a RSA – Raposo Subtil e Associados oferece uma rede inovadora de sociedades de advogados/escritórios de advocacia associados, em 5 países lusófonos (Portugal, Angola, Brasil, Cabo Verde e Moçambique), com equipas locais sólidas e experientes, prestando assim uma assessoria jurídica global e de acordo com padrões de excelência internacionais.

De forma multidisciplinar e especializada, as nossas equipas são compostas por advogados dedicados a encontrar a solução legal que melhor satisfaça cada um dos nossos Clientes.

Acreditamos que o diferencial competitivo está nas pessoas, na sua formação e qualidade.

Acreditamos em relações duradouras no presente, com foco no futuro.

Conscientes dos novos desafios da era digital e assumindo as tecnologias como uma prioridade estratégica, desenvolvemos soluções profissionais criativas, baseadas em valores como a CONFIANÇA, a EXPERIÊNCIA e a PARTILHA.

SÓCIOS

- » António Raposo Subtil
- » João Nóbrega
- » Manuel Ilhéu
- » João Corte-Real
- » Rui Resende
- » Maria José Esteves
- » Ana Carla Carvalho
- » Carla Freire
- » Cristina Bogado Menezes
- » Manuel Camarate Campos
- » Miguel Cardoso Matias
- » Pedro Paes
- » Rita Montalvão

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Societário, Comercial e M&A
- » Imobiliário e Veículos de Investimento
- » Propriedade Intelectual e Proteção de Dados
- » Bancário e Seguros
- » Contencioso Público e Arbitragem
- » Penal & Compliance
- » Operações Internacionais
- » Laboral e Segurança Social
- » Contencioso Geral
- » Contencioso Bancário
- » Contratação e Registos
- » Gestão de Património e Arrendamento
- » Recuperação de Créditos e Insolvências
- » Revitalização e Recuperação de Empresas

PRESENCAS RSA LP

- » Portugal (Lisboa, Porto, Coimbra, Funchal e Algarve)
- » Angola
- » Brasil
- » Cabo Verde
- » Moçambique

Lisboa: (+351) 213 566 400 | Rua Bernardo Lima, 3, 1150-074 Lisboa
geral@rsa-lp.com | www.rsa-lp.com



Teixeira de Freitas, Rodrigues & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL.

A TFRA é uma sociedade de advogados de responsabilidade limitada que pauta a sua atuação pela abordagem prática dos problemas dos seus clientes, combinando sólidos conhecimentos jurídicos com a compreensão da realidade empresarial.

A atividade da sociedade assenta numa prática consolidada, sobretudo na assistência jurídico-legal a empresas nacionais e estrangeiras, abrangendo desde o estudo e planeamento dos investimentos até à respetiva implementação, desenvolvimento e acompanhamento no quotidiano das operações inerentes.

Representante da Associação Internacional de Advogados Ally Law, em Portugal, a TFRA tem também grande experiência no acompanhamento de assuntos de Clientes Privados, prestando serviços quer no âmbito tributário, como na gestão do património e no âmbito do direito da família e sucessões. Presta ainda assessoria em processos de aquisição de nacionalidade e direitos de residência, incluindo toda a tramitação referente ao proces-

so de autorização de residência para investimento, bem como aconselhamento fiscal a não residentes que pretendam beneficiar do Regime do Residente Não Habitual.

Este ano, a sociedade esteve particularmente activa no Mercado Imobiliário, tendo assessorado vários investidores nesta área.

SÓCIOS

- » Luiz Augusto Teixeira de Freitas
- » Vasco Carvalho Marques
- » Ana Sofia Catarino

CONSULTORA

- » Cristina Ribeiro Coelho

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Societário e Comercial
- » Fiscal
- » Imobiliário, Urbanismo, Construção Civil e Turismo
- » Laboral
- » Bancário, Financeiro e Mercado de Capitais
- » Contratação Pública
- » Resolução de Litígios e Arbitragem
- » Propriedade Intelectual e Proteção de Dados
- » Clientes Privados

Lisboa: (+351) 217 815 660 | Av. da República, 32 – 4.º Esq., 1050-193 Lisboa | lawfirm@tfra.pt

Funchal: (+351) 291 202 400 | Av. do Infante 8, Edifício Executivo 2.º Andar, Sala K, 9000-060 Funchal – Madeira | lawfirm@tfra.pt

www.tfra.pt

A. Neto Brandão & Associados, RL
Av. Dr. Lourenço Peixinho,
87, 3º Dº 3800-165 Aveiro
Telef: (+351) 234 423 459
E-mail: nb.advogados@mail.telepac.pt
Site: www.anetobrandao.com

**A. Sousa Pinto, Carla A. Sousa,
Casimiro José Ribeiro**
Rua Professor Egas Moniz, 387
4810-027 Guimarães
Telef: (+351) 253 520 940
E-mail: spinto.advogados@mail.telepac.pt

AAA Advogados
Av. Engº Duarte Pacheco, nº26 1070-110 Lisboa
Telef: (+351) 213 309 300
E-mail: advogados@aaa.pt
Site: www.aaa.pt

AAMM Abecasis, Moura Marques & Associados
Avenida da Liberdade, nº190 – 1ºB, Edifício
Avenida 190 1250-147 Lisboa - Portugal
Telef: (+351) 211 940 538
Email: geral@aamm.pt
Site: www.aamm.pt

ABC LEGAL Sociedade de Advogados
Avenida Conselheiro Fernando de Sousa,
19B-C 1070-072 Lisboa
Telef: (+351) 213 584 480
E-mail: abclegal@abclegal.com.pt
Site: abclegal.com.pt
Torres Vedras Largo Benedita
de Vale Jordão, nº1-Loja A, Silveira
2560-526 Torres Vedras
Telef: (+351) 261 936 016

**Abel Cardoso & António
José Martins – Soc. Adv. R.L.**
Rua Sra. Da Piedade, Lt. 1 - 1º
6000-279 Castelo Branco
Telef: (+351) 272 339 420
E-mail: acamsolawyers@acamsolawyers.com
Site: www.acamsolawyers.com.pt

**Abel Cardoso, Catarina Carvalho,
Esteves Aguiar & Associados**
Rua Joaquim António De Aguiar, 33 - 2º E
1070-149 Lisboa
Telef: (+351) 213 712 327
E-mail: abel.marques.associados@gmail.com

**Abel Marques & Associados -
Soc. Advogados, R.L.**
Rua Joaquim António De Aguiar, 33 - 2º E
1070-149 Lisboa
Telef: (+351) 213 712 327
E-mail: abel.marques.associados@gmail.com

**Abílio Aranha e Associados,
Soc. Advogados**
Rua De Ceuta, 118 - 2º, Sala 14 4050-190 Porto
Telef: (+351) 222 051 920
E-mail: aniros@abilioaranhaassociados.mail.pt

**ABPA - A. Borges Pires, Santos Pereira,
Pires Pereira & Associados**
Rua Tierno Galvan, Amoreiras,
Torres 3, 5º Piso, 511 1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 212 454 262
E-mail: geral@abpa.pt | Site: www.abpa.pt

**ABPD - Amaral Blanco Portela Duarte
& Associados**
Avenida da República, Nº 84, 5º Esq.
1600-205 Lisboa
Telef: (+351) 217 932 430
E-mail: abpd.lx@abpd.pt
Site: www.abpd.pt

Abranches Namora & Associados
Av. Sidónio Pais, 16, 2º Dto. 1050-215 Lisboa
Telef: (+351) 213 170 990
E-mail: geral@abranches.pt
Site: www.abranches.pt

Abreu Advogados
Av. Infante D. Henrique, 26 1149-096 Lisboa
Telef: (+351) 21 723 18 00
E-mail: lisboa@abreudadvogados.com
Site: www.abreudadvogados.com

**Abreu & Marques
& Associados – Soc. Advogados, R.L.**
Rua Filipe Folque, Nr. 2 - 4º 1069-121 Lisboa
Telef: (+351) 213 307 100
E-mail: amsa@amsa.pt
Site: www.amsa.pt

ACFA – C. Ferreira e Associados
Av. Fontes Pereira Melo, 3, 11º
Esq. 1050-115 Lisboa
Telef: (+351) 210 170 470
E-mail: mail@acfa.pt | Site: www.acfa.pt

ACRLEX Advogados
Largo do Adro 9 4050-016 Porto
Tel.: (351) 226 076 800
E-mail: dp@acrlex.com | Site: www.acrlex.com

**ACM-Vale de Andrade, Nunes Capoulas,
Almeida Morgado & Associados**
Av. Fontes Pereira De Melo, 30 - 4º
1050-122 Lisboa
Telef: (+351) 213 567 090
E-mail: geral@acm-advogados.pt
Site: www.acm-advogados.pt

**Afonso, Lema e Sousa & Associados
Soc. Advogados, RL**
Rua Dr. Ricardo Jorge, 55 - 3º E 4050-514 Porto
Telef: (+351) 222 081 611
E-mail: jose.afonso-1264p@advogados.oo.pt

**AFMA - António Frutuoso de Melo
e Associados Sociedade
de Advogados, SP, RL**
Av. da Liberdade, nº 38 – 1º 1450-145 Lisboa
E-mail: afma@afma.pt
Site: www.afma.pt

Aguiar-Branco & Associados
Rua da Restauração nº 329 - 1º 4050-506 Porto
Telef: (+351) 220 112 220
E-mail: info@aguiarbranco.pt
Site: www.aguiarbranco.pt

Albuquerque & Almeida Advogados
Calçada Bento Rocha Cabral, 1
1250-047 Lisboa
Telef: (+351) 213 431 570
E-mail: geral@aalegal.pt | Site: www.aalegal.pt

**Alcides Martins, Bandeira, Simões
& Associados - Soc. Advogados, RL**
Av. Duque De Loulé, 22 - 6º 1050-090 Lisboa
Telef: (+351) 213 535 372
E-mail: advogados@amartins.pt
Site: www.amartins.pt

**Alípio Regadas, Carlos Rico Palhão
e Rui Costa – Soc. Adv.**
Av. Da República, 885, 2ºs.C - 8/9
4450-243 Matosinhos
Telef: (+351) 229 375 250
E-mail: ruicosta-1619p@adv.oa.pt

**Almeida Correia, Ney
da Costa & Associados - Soc. Advog.**
Av. Da República, 872 - 3º, Salas 3.6,3.7
E 3.8 4430-190 Vila Nova De Gaia
Telef: (+351) 223 770 860
E-mail: geral@aneyadvogados.net
Site: www.alneyadvogados.net

**Almeida e Paiva
& Associados – Soc. Advogados, R.L.**
Av. Marginal, 6068 - S. João Do Estoril
2765-585 S. João Do Estoril
Telef: (+351) 214 669 317
E-mail: mail@apalawyers.pt
Site: www.apalawyers.pt

**Almeida Ribeiro & Assoc.
Mário Jorge Menezes – Advogados**
Rua Joaquim António De Aguiar, 66 - 1º
1070-153 Lisboa
Telef: (+351) 213 714 490
E-mail: geral@arelaw.pt
Site: www.almeidaribeiro.pt

**Alves Ferreira, Batista, Santos Costa,
Aires Santos & Assoc.**
Av. Álvares Cabral, 47 - R/C 1250-015 Lisboa
Telef: (+351) 213 814 640
E-mail: geral@fbcs.pt

**Alves Henriques, Ademar Batista & Assoc.
Advogados – Soc. Adv., RL**
Rua Miguel Bombarda, 47 - 1º 3510-090 Viseu
Telef: (+351) 232 483 380
E-mail: escritorio@ahab-socadvogados.pt

**Alves Mendes & Jardim Gonçalves
Soc. Advogados**
Rua Tierno Galvan, 10 - Torre 3, Piso 2, Sala
201 - Amoreiras 1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 812 690
E-mail: sa@amjg.com
Site: www.amjg.com



A AVM Advogados foi fundada em Angola, em 2003 e registou desde então, uma notável expansão marcada pelo crescimento sustentável, pela consolidação de uma vasta e diversificada base de Clientes, nacionais e internacionais e pela criação de uma equipa jovem, dinâmica e multicultural, radicada em Portugal, Angola e Moçambique. A necessidade de criar uma plataforma comum que reunisse novas sinergias e parcerias originou um novo processo contínuo que se materializou na AVM Legal Network. A HPF Advogados, que integra a AVM Legal Network, opera em Maputo, sendo uma sociedade autónoma e independente, composta por uma equipa dinâmica e multidisciplinar de advogados especializados.

SÓCIOS

António Vicente Marques
José Alves do Carmo
Sandra Teixeira da Silva
Sandro Polónio de Matos

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Banca, Finanças e Seguros
- » Mercado de Capitais
- » Construção & Infraestrutura
- » Contratos Comerciais
- » Laboral & Migração
- » Energia & Recursos Naturais
- » Propriedade Intelectual
- » Contencioso & Arbitragem Pública
- » Fiscal & Aduaneiro
- » Imobiliário & Urbanismo
- » Societário
- » Telecomunicações
- » Transportes

LISBOA

- ☎ (+351) 304 501 010
- ☎ (+351) 304 501 009
- 📍 Edifício Torre de Monsanto, Rua Afonso Praça, 30, 5º piso, 1495-061 Algés, Lisboa
- 📧 lisboa@avm-advogados.com

LUANDA

- ☎ (+244) 919 721 942
- ☎ (+244) 933 855 553
- ☎ (+244) 222 338 407
- 📍 Largo 17 de Setembro, n. 3 - 3º andar, Sala 329, Edifício Presidente Business Center
- 📧 luanda@avm-advogados.com

MAPUTO

- ☎ (+258) 213 170 05
- ☎ (+258) 210 197 47
- 📍 Rua dos Desportistas, Ed. JATV - 1, 15º andar
- 📧 maputo@hpfadvogados.com
- 🌐 www.avm-advogados.com



COMPLEX PROBLEMS NEED UNIQUE SOLUTIONS

A Cavaleiro & Associados é um escritório boutique do Norte de Portugal especializado em direito público e energia e com uma forte componente de direito empresarial (societário, fiscal, laboral e imobiliário).

A equipa assessora clientes nacionais e internacionais, instituições públicas e autarquias locais.

SÓCIOS

João Quintela Cavaleiro
Pedro Seixas Silva

COORDENADOR ESCRITÓRIO VISEU

João Lobo do Amaral

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Energia, Agricultura e Ambiente
- » Direito Público e Administrativo
- » Contratação Pública e Regulação

- » Imobiliário
- » Comercial e Societário
- » Urbanismo e Ordenamento do Território
- » Contencioso e Arbitragem
- » Direito Fiscal
- » Bancário e Financeiro
- » Direito da Saúde
- » Clientes Privados
- » Trabalho e Segurança Social
- » Direito do Desporto

☎ +351 220 945 361

📧 geral@cavaleiroadvogados.pt

📍 Rua Pedro Homem de Mello, 55, 6.º, 4150-599 Porto

🌐 www.cavaleiroadvogados.pt

OUTROS ESCRITÓRIOS

Vila Real | Viseu | Viana do Castelo
Paris (em associação)

Alves Pereira & Teixeira de Sousa, RL
Av. Da Liberdade, 38 - 3º 1250-145 Lisboa
Telef: (+351) 213 700 190
E-mail: info@alvespereira.com
Site: www.alvespereira.com

AM Associados
Rua Duque de Palmela, N.º 37, 4.º Andar
1250-097 Lisboa
Telef: (+351) 213 879 450
E-mail: geral@am-associados.pt
Site: www.am-associados.pt

Amaral Cabral & Associados Soc. Advogados
Av. Sidónio Pais, N.º 26 – R/C Dto.
1050 – 215 Lisboa
Telef: (+351) 213 192 670
E-mail: geral@amaralcabraladvogados.pt
Site: www.amaralcabraladvogados.pt

Amorim & Associados Soc. Advogados R.L.
Rua Pedro Homem De Mello, N.º 55,
5º Andar, Sala 5.05 4150-599 Porto
Telef: (+351) 226 177 850
E-mail: geral@amorimadvogados.pt
Site: www.amorimadvogados.pt

Andrade Dias & Associados Soc. Advogados, R.L.
R. António Maria Cardoso,
25 - 5º 1200-026 Lisboa
Telef: (+351) 213 468 134
E-mail: geral@diaslawyers.com
Site: www.diaslawyers.com

Anselmo Vaz, Afra & Associados
Rua Barata Salgueiro, 30 - 4º Esq.
1250-044 Lisboa
Telef: (+351) 213 309 040
E-mail: info@avalegal.com
Site: www.avalegal.com

Antas da Cunha ECJA
Edifício Amoreiras Squares
Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, nº17 – 2º
1070-313 Lisboa
Telef: (+351) 213 192 080
E-mail: geral@adccecija.pt
Site: www.adccecija.pt

Antonino Antunes, M.ª Augusta Antunes & Assoc. - Aoc. Adv. RL
Av. Combatentes G. Guerra, 179
4900-563 Viana Castelo
Telef: (+351) 258 809 090
E-mail: antoninoantunes@mail.telepac.pt
Site: www.antunes-advogados.pt

António Arribança & Associados Soc. Advogados, r.L.
R. Professor Manuel J Ferreira, 14 - 1º E
2040-998 Rio Maior
Telef: (+351) 243 999 020
E-mail: arribancageral@mail.telepac.pt

António Correia & Associados Soc. Advogados, R.L.
Av. Conde Valbom, Nr. 18 B
1º A 1050-068 Lisboa
Telef: (+351) 213 192 280
E-mail: info@acadvogados.pt
Site: www.acadvogados.pt

António M.G.Pereira, Miguel Lourenço - Soc. Advogados, RL
Rua Júlio Dinis, Nr. 891 -
4º Esq. 4050-327 Porto
Telef: (+351) 226 008 002
E-mail: apml.porto@apml.pt
Site: www.apml.pt

António Montalvão Machado & Associados - Soc. Advogados
Praça Bom Sucesso, Edifício Península,
127/31-5, 302/4 4150-146 Porto
Telef: (+351) 225 573 010
E-mail: geral@montalvaomachado.pt

António Pragal Colaço & Associados - Soc. Advog., R.L.
Av. Da Igreja, 42 - 2º Dto. 1700-239 Lisboa
Telef: (+351) 213 553 940
Site: www.apcolaco.com

António Viñal & Co. Abogados Sucursal em Portugal
Av. Miguel Bombarda, 36 - 4ºC
1050-165 Lisboa
Telef: (+351) 213 550 187
E-mail: lisboa@avinalabogados.com
Site: www.avinalabogados.com

Araújo & Associados Soc. Advogados
Rua Fernão Vaz Dourado,
77/83 4150-322 Porto
Telef: (+351) 226 184 444
E-mail: geral@araujoassociados.pt
Site: www.araujo.pt

Areias & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Direita nº 188,
1º andar 5400 – 220 Chaves
Telef: (+351) 276 332 339
E-mail: geral@areiasadvogados.com
Site: www.areiasadvogados.com

Armando Henriques, Ana Cristina Pimentel & Assoc.-Soc. Ad.
R. Miguel Bombarda, Nr. 50 - 2º 1050-166
Lisboa
Telef: (+351) 217 819 990
E-mail: ah.acp@netcabo.pt

Assis de Almeida e Associados Soc. de Advogados, R.L.
Trav. Da Trindade, 16 - 4º D 1200-469 Lisboa
Telef: (+351) 213 223 100
E-mail: aaadv@mail.telepac.pt
Site: assisalmeidaassociados.pt

Athyde de Tavares & Assoc. Soc. Adv.,RL
R. Joaquim António Augusto Aguiar,
Nº 66 - 5º 1070-153 Lisboa
Telef: (+351) 213 827 580 | E-mail: atrp@atrp.pt

ATMJ Advogados
Avenida da República , 49 – 2º andar
1050-188 Lisboa
Rua de Diu 414, salas 14 a17 4150-272 Porto
Telef: (+351) 213 584 119 | Fax: 321 584 119
Email: atmj@atmj.pt | Site: www.atmj.pt

Augusta Bravo, Alves & Associados - Soc. Advogados, R.L.AV.
República, Nr. 6 - 2º Dto. 1050-191 Lisboa
Telef: (+351) 213 500 200
E-mail: abraavo.aba@mail.telepac.pt
Site: www.abraavoalves.pt

AVLC Luis Cameirão & Associados - Soc. Advogados
Rua De Ceuta, 118 - 1º 4050-190 Porto
Telef: (+351) 223 394 710
E-mail: avlc@avlc-advogados.com
Site: www.avlc-advogados.com

AVM Advogados – Sociedade de Advogados, RL.
Edifício Torre de Monsanto
Rua Afonso Praça, 30, 5º Piso,
1495-061 Algés - Lisboa
Telef: (+351) 304501010 | (+351) 304501009
E-mail: lisboa@avm-advogados.com
Luanda: Edifício Presidente Business Center,
Largo 17 de Setembro, n. 3 – 3º andar, Sala 329, Luanda
Telef: (+244) 919 721 942 | (+244) 933 855 553 | (+244) 222 338 407 |
E-mail: luanda@avm-advogados.com
Maputo: Rua dos Desportistas,
Ed. JATV – 1, 15º andar Maputo
Telef: (+258) 213 170 05 | (+258) 210 197 47
E-mail: maputo@hpfadvogados.com

Azevedo, Marques & Novera Soc. Advogados R.L.
Rua Dr. Carlos Felgueiras, 218 - 3º,
Salas 1 E 8 4470-157 Maia
Telef: (+351) 229 407 563
E-mail: geral@amnadvogados.com
Site: www.amnadvogados.com

Baltazar Mendes, Duque Vieira & Associados - Sociedade de Advogados, R.L.
Av. Da República, 6, 8º E 9º Esq. 1050-191
Lisboa
Telef: (+351) 213 149 517
E-mail: geral@bmdv.pt | Site: www.bmdv.pt

Batista, Monteverde & Associados
Av. Álvares Cabral 47, 1250-015 Lisboa
Telef: 213 806 530
E-mail: bma@bma.com.pt
Site: www.bma.com.pt

Barrocas Advogados
Amoreiras Torre 2 15º andar/floor
1070-102 Lisboa
Telef: (+351) 21 384 33 00 | Site: www.barrocas.pt

COELHO LIMA, TEIXEIRA, BARREIRA, CUNHA RIBEIRO & ASSOCIADOS**SÓCIOS**

César Teixeira
Rui Barreira
Gustavo Cunha Ribeiro

☎ + (351) 253 424 600

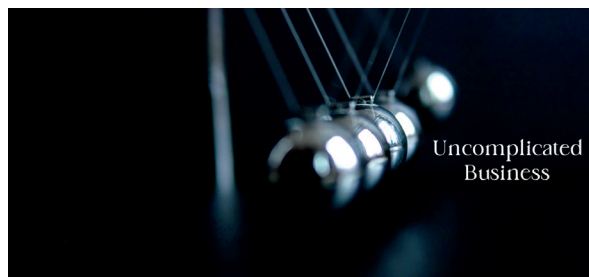
✉ geral@clt.pt

📍 Avenida de Londres,
Edifício Luzaga,
Nº540 - 3º Andar
4810-550 Guimarões

🌐 www.clt.pt

COSTA PINTO

Legal | Tax | Compliance



Fundada em abril de 2013 por José Costa Pinto e com uma equipa jovem e dinâmica, a missão da Costa Pinto é muito clara: fazer dos objetivos dos nossos Clientes, o nosso foco e ajudá-los a navegar no mundo dos negócios.

Acreditamos numa prática jurídica que acompanha os clientes no seu dia-a-dia e que proporciona, em tempo útil, respostas firmes, práticas, criativas e ajustadas às suas necessidades.

UNCOMPLICATED BUSINESS**ÁREAS DE ATUAÇÃO**

Legal | Tax | Compliance

- » Fusões & Aquisições
- » Direito Comercial
- » Direito Societário
- » Corporate Governance
- » Reestruturação de Negócios
- » Operações de Reestruturação Fiscal
- » Revisão de Procedimentos e Modelos

☎ + (351) 213 180 370

✉ geral@costapinto.pt

📍 Edifício Amoreiras Plaza
R. Carlos Alberto da Mota Pinto,
nº 9, 7ªA 1070-374 Lisboa
🌐 www.costapinto.pt

**Barros Sales & Associados
Soc. Advogados, R.L.**
Av. Fontes Pereira De Melo, 47 - 3º Esq.
1050-120 Lisboa
Telef: (+351) 213 152 642
E-mail: geral@bsadvogados.com
Site: www.bsadvogados.com

**Barros, Sobral, G.Gomes
& Associados - Soc. Advogados, R.L.**
Edifício Castil, Rua Castilho, 39 - 12º B
1250-068 Lisboa
Telef: (+351) 213 875 702
E-mail: law@bsgg.pt | Site: www.bsgg.pt

BAS, Sociedade de Advogados
Rua Artilharia Um, 51 - Pátio Bagatela,
Edifício 1, 4º Andar 1250-137 Lisboa
Telef: (+351) 211 554 330
E-mail: geral@gmail.com | Site: www.bas.pt

**BCS Advogados - Baião, Castro
& Associados - Soc. Adv. R.L.**
Av. 5 De Outubro, 17 - 9º 1050-047 Lisboa
Telef: (+351) 213 190 640
E-mail: bcslaw@bcs.pt | Site: www.bcs.pt

**Belzuz Abogados S.L.
SUCURSAL EM PORTUGAL**
Rua De Camões, 788 - 1º Dtº 4000-142 Porto
Telef: (+351) 229 389 452
E-mail: porto@belzuz.com
Site: www.belzuz.net

Bernardino, Resende E Associados
Rua Carlos Testa, 1 - 6º C 1050-046 Lisboa
Telef: (+351) 213 174 742
E-mail: info@bernardinoresende.com
Site: www.bernardinoresende.com

**Boino & Associados, Sociedade
de Advogados, R.L.**
Rua Castilho, 44 - 7º 1250-071 Lisboa
Telef: (+351) 213 894 280
E-mail: advogados@boino.pt
Site: www.boino.pt

**Borges da Ponte, Linhares Dias
& Associados**
Rua Manuel Da Ponte, 2 S. Miguel-Açores
9500-085 Ponta Delgada
Telef: (+351) 296 282 513
E-mail: geral@bpldadvogados.com
Site: www.bpldadvogados.com

**Caetano de Freitas
e Associados - Soc. Advogados**
Av. 24 De Julho, Nº 68-E 1200-869 Lisboa
Telef: (+351) 213 170 620
E-mail: lisboa@caetanodefretas.com
Site: www.caetanodefretas.com

**Calama V. Meneses Falcão & Associados
Sociedade de Advogados, R.L.**
Rua Guerra Junqueiro, 79 4100-093 Lisboa
Telef: (+351) 217 995 040
E-mail: geral@cvmf.eu | Site: www.cvmf.eu

Caldeira Pires - Sociedade de Advogados
Avenida da República, nº 45 - 8º Dsg.
1050-187 Lisboa
Telef: (+351) 210 991 736
E-mail: info@caldeirapires.pt
Site: www.caldeirapires.pt

**Campilho, Silveira, Sarmiento
Soc. Advogados, R.L.**
Rua Guerra Junqueiro, 17 4100-388 Porto
Telef: (+351) 226 079 390
E-mail: cssa@cssa.pt | Site: www.cssa.pt

**Campos Lencastre & Associados
Soc. Advogados, R.L.**
Prt. 25 De Abril, Nr. 90 - 1º D
4430-257 Vila Nova De Gaia
Telef: (+351) 223 798 764
E-mail: camposlencastre-983c@adv.oa.pt

**Cancela de Abreu Esteves
& Associados - Soc. Advog. R.L.**
Rua Rodrigo Da Fonseca, 149 - 4º D
1070-242 Lisboa
Telef: (+351) 213 876 404
E-mail: cae@caeadvogados.pt
Site: www.caeadvogados.pt

**Candeias & Associados - Sociedade
de Advogados**
R. Soeiro Pereira Gomes 1, 4º A,
1600-196 Lisboa
Telef: (+351) 211 455 415
E-mail: geral@candeias.pt
Site: www.candeias.pt

**Carita, Taborda, Barbas
Homem - Soc. Advogados**
Rua Hermano Neves, 22 - 3º C 1600-477 Lisboa
Telef: (+351) 217 521 260
E-mail: advogados@ctbh.pt

**Carlos Aguiar, Ferreira de Lima
& Associados, Soc. Adv., R.L.**
Av. Antonio Augusto Aguiar, 27 - R/C
1050-012 Lisboa
Telef: (+351) 213 552 755
E-mail: cafl@cafl.pt | Site: www.cafl.pt

**Carlos Olavo e Associados
Sociedade de Advogados, R.L.**
Rua Victor Cordon, 7 - 3º 1200-482 Lisboa
Telef: (+351) 213 242 740
E-mail: olavolex@olavolex.pt
Site: www.olavolex.pt

**Carlos Rocha, Paulo Varzielas
& Associados - Soc. Adv., R.L.**
Av. De Berna, 30 - 2º C 1050-042 Lisboa
Telef: (+351) 217 817 230
E-mail: j.c.rocha@mail.telepac.pt

**Carneiro Pacheco & Associados -
Soc. Advogados, R.L.**
Rua Tierno Galvan, Amoreiras, Torre 3,
503 1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 864 466
E-mail: geral@cpassociados.pt
Site: www.cpassociados.pt

**Castanheira, Pereira, Almeida
& Associados - Soc. Adv., R.L.**
Rua João Machado, Nº 19 - 2º C
3000-226 Coimbra
Telef: (+351) 239 842 730/1
E-mail: geral@capa-advogados.com
Site: www.capa-advogados.com

Carvalho, Matias & Associados
Rua Júlio de Andrade, 2 1150-206 Lisboa
Telef: (+351) 218 855 440
E-mail: info@cmsa.pt | Site: www.cmsa.pt

Cavaleiro & Associados
Rua Pedro Homem de Mello,
55, 6.º, 4150-599 Porto
Telef: (+351) 220 945 361
E-mail: geral@cavaleiroadvogados.pt
Site: www.cavaleiroadvogados.pt

**CCA Advogados - Sociedade
de Advogados R.L.**
Rua Vítor Cordon, nº 10º 1249-202 Lisboa
Telef: (+351) 213 223 590
E-mail: ccageral@cca-ontier.com
Site: https://pt.ontier.net

**CC AA - Costa Carvalho
Advogados Associados, RL**
Alameda dos Oceanos, nº 142 - 2º E
1990-502 Lisboa
Telef: (+351) 218 981 080
E-mail: ccaa@ccaa.pt | Site: www.ccaa.pt

CCSL Advogados
Avenida da Liberdade, 262, 2º Esq.
1250-149 Lisboa
Telef: (+351) 215 835 196
E-mail: info@ccslegal.com | Site: www.ccslegal.com

**Celso Cruzeiro & Associados -
Sociedade de Advogados, R.L.**
Rua Cap. Sousa Pizarro, 25 - 2º 3810-076
Aveiro
Telef: (+351) 234 377 862
E-mail: geral@ccadadvogados.pt
Site: www.ccadadvogados.pt

**Cerqueira Alves & Associados -
Sociedade de Advogados, RL**
Rua de S. Marcos, nº 101- 1º andar
4700-328 Braga
Telef: (+351) 253 201 570
E-mail: geral@cerqueiraalves.pt
Site: www.cerqueiraalves.pt

**Cerqueira Gomes & Associados
Soc. Advogados, R.L.**
Rua De Ceuta, 53 - 6º 4050-191 Porto
Telef: (+351) 222 074 010
E-mail: cg@cerqueiragomes.pt
Site: www.cerqueiragomes.pt

**Cerejeira Namora, Marinho Falcão,
Advogados Portugal**
Porto: Rua Dr. Joaquim Pires de Lima, 388
4200-348 Porto
Telef: (+351) 225 573 520
E-mail: geral@societadedadvogados.eu
Site: www.societadedadvogados.eu

**César d'Araújo & Associados
Sociedade de advogados, R.L.**
Av. Manuel Da Maia,
36 - 1º Dto 1000-201 Lisboa
Telef: (+351) 218 478 311
E-mail: caa@casadvogados.com
Site: www.casadvogados.com



CSBA ADVOGADOS

SÓCIOS

Mafalda Rodrigues Fonseca
Isabel Marinho

EQUIPA

Número de Sócios : 2
Nº de Advogados : 12
Nº de Advogados Estagiários : 2
Nº de Consultores : 6
Nº de outros Colaboradores : 6

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Direito Comercial
Direito Aeronáutico
Direito do Trabalho
Direito Marítimo
Contencioso

☎ + (351) 213 846 200
✉ csba@csba-advogados.pt
📍 Rua Castilho,
44, 8º andar,
1250-071 Lisboa
🌐 www.csba-advogados.pt



SÓCIOS

Dário Freitas
Gisela Parente

EQUIPA

Nº de Advogados : 10
Nº de Consultores : 1
Nº de outros Colaboradores : 2

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Contencioso
Direito Bancário
Direito Comercial
Insolvências
Direito do Trabalho

☎ + (351) 222 087 065
✉ geral@dfassociados.com
📍 Rua Sá Bandeira Nr. 567, 1º Direito
4000-437 Porto

César Pratas & Associados Soc. Advogados, R.L.
Rua Castilho, 211, 1º 1070-051 Lisboa
Telef: (+351) 213 850 684
E-mail: geral@cesarpratas.com
Site: www.cesarpratas.com

Chaves Roquette, Matos, Azevedo & Associados
Rua das Amoreiras Nº 70 – 12º 1269-105 Lisboa
Telef: (+351) 213 826 000
E-mail: lawfirm@crma.pt | Site: www.crma.pt

Claudino Pereira Advogados Sociedade de Advogados
Rua Dos Clérigos, 46 - 1º 4050-204 Porto
Telef: (+351) 223 394 090
E-mail: claudinop@mail.telepac.pt

CLT – Coelho Lima, Teixeira, Barreira, Cunha Ribeiro & Associados
Avenida de Londres, Edifício Luzaga, Nº540 - 3º Andar 4810-550 Guimarães
Telef: (+351) 253 424 600
E-mail: geral@clt.pt | Site: www.clt.pt

CM & Associados - Sociedade de Advogados, R.L.
Praça Rainha D. Leonor, n. 7, 1.º Esq. 6000-117 Castelo Branco
Telef: (+351) 272 346 715
E-mail: geral@cmadvogados.pt
Site: http://www.cmadvogados.pt

CMS Rui Pena & Arnaut
Rua Castilho, 50 1250-071 Lisboa
Telef: (+351) 210 958 100
E-mail: geral@cmsportugal.com
Site: www.cms-rpa.com

CNCM – Curado, Nogueira, Costa Mendes & Assoc., Soc. Adv., R.L.
Avenida Da Boavista, 3265 4.º 4 Edifício Oceanos 4100-137 Porto
Telef: (+351) 225 431 000
E-mail: cncm@cncm.pt | Site: www.cncm.pt

Coelho, Ribeiro & Associados Soc. Civil de Advogados
Av. Engº Duarte Pacheco Empreendimento Amoreiras, Torre 2 - 13º A 1099-042 Lisboa
Telef: (+351) 213 839 060
E-mail: cra@cralaw.com
Site: www.cralaw.com

Correia Afonso, Archer & Assoc. – Soc. Adv., R.L.
Rua Do Noronha, Nr.1 - 1ª 1269-132 Lisboa
Telef: (+351) 213 960 909
E-mail: geral@caa.pt | Site: www.caa.pt

Correia Moniz & Associados
Av. Fontes Pereira De Melo, 15 - 7º 1050-115 Lisboa
Telef: (+351) 229 407 563
E-mail: cma@cma.pt

Costa Pinto Advogados
Edifício Amoreiras Plaza | Rua Carlos Alberto da Monta Pinto, 9 – 7ªA 1070-374 Lisboa
Telef: (+351) 213 180 370
E-mail: geral@costapinto.pt
Site: www.costapinto.pt

CRBA – Capitão, Rodrigues Bastos, Areia & Associados
Av. Duque D'ávila 66, 5.º 1069-075 Lisboa
Telef: (+351) 213 564 301
E-mail: crba@crba.pt | Site: www.crba.pt

CRS Advogados - Cruz Roque Semião
Rua Abranches Ferrão n.º 10 15º D, 1600-001 Lisboa
Telef: 214 046 850
E-mail: crs@crs-advogados.com
Site: www.crs-advogados.com

CSA – Correia, Seara, Caldas, Simões & Associados
Avenida 5 de Outubro, N.º 17, 7º Andar 1050-047 Lisboa
Telef: (+351) 213 552 250
E-mail: csa_lisboa@csca.pt | Site: www.csca.pt

CPGL Sociedade de Advogados
Teix. da Costa, Nuno Paixão, Paulo Gonçalves Duarte, José Ribeiro, Paulo Brandão & Associados
Av. Do Ultramar, 15 – 1º E/F 2750-506 Cascais
Telef: (+351) 214 818 704
E-mail: geral@cpgl.pt | Site: www.cpgl.pt

CSBA Advogados
Rua Castilho, 44, 8º andar 1250-071 Lisboa
Telef: (+351) 213 846 200
E-mail: csba@csba-advogados.pt
Site: www.csba-advogados.pt

CTSU
Av. Eng. Duarte Pacheco 7, 7º piso 1070-100 Lisboa
Telef: (+351) 219 245 010
E-mail: geral@ctu.pt | Site: www.ctsu.pt

Cuatrecasas - Gonçalves Pereira & Associados
Av. Fontes Pereira de Melo, 6 1050-121 Lisboa
Telef: (+351) 213 553 800
E-mail: cuatrecasasportugal@cuatrecasas.com
Site: www.cuatrecasas.com

CVA – Cruz Vilaça Advogados
Av. Duque de Ávila, 141 – 4ºdo Edifício OMNI 1050-081 Lisboa
Telef: (351) 211 609 524
Email: info@cruzvilaca.eu
Site: www.cruzvilaca.eu

Dantas Rodrigues & Associados Soc. de Advogados, R.L.
Av. Elias Garcia, 162 - 7º A 1050-102 Lisboa
Telef: (+351) 217 995 050
E-mail: secretariado@dantasrodrigues.com
Site: www.dantasrodrigues.com

Dário Freitas & Associados
Rua Sá da Bandeira, 567 - 1º Dto 4000-437 Porto
Telef: (+351) 222 087 065
E-mail: geral@dfassociados.com

Delgado & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Av. Boavista, 1837 - 12º 4100-133 Porto
Telef: (+351) 220 114 100
E-mail: mail@delgado.pt | Site: www.delgado.pt

DCM Littler
Rua Julieta Ferrão, 12, 204, 503 e 604 1700-093 Lisboa
Telef: (+351) 217 961 074
E-mail: mcv@dcm-lawyers.com
Site: www.dcm-lawyers.com/

Dinis Lucas & Almeida Santos
Av. da República, 50 - 7º A 1050-196 Lisboa
Telef: (+351) 217 816 010
E-mail: geral@dilas.pt
Site: www.dilas.com.pt

Diogo, Neto, Marques & Associados - Soc. Advog, R.L.
Edifício Avenida | Av. Heróis Do Ultramar, 52 - 2º Apartado 107 3100-462 Pombal
Telef: (+351) 236 209 650
E-mail: dnm@dnm-sadvog.com
Site: www.dnm-sadvog.com

DLA Piper ABBC
Largo de São Carlos, nº 3 1200-410 Lisboa
Telef: (+351) 213 583 620
E-mail: dlapipeabbcc@dlapiper.com
Site: www.dlapiper.com

Eduardo Paz Ferreira & Associados
Avenida Duque de Loulé, N.º 106 - 8.º Andar 1050-093 Lisboa
Telef: (+351) 213 510 050
E-mail: secretariado@eduardopazferreira.pt
Site: www.eduardopazferreira.pt

Eduardo Pereira Sousa, Teresa Marques Guerra & Assoc.
Rua Da Boavista, 844-2º, Sala 2.2 4050-106 Porto
Telef: (+351) 223 390 773
E-mail: epsouatmgueira@iol.pt

Eduardo Serra Jorge e Maria José Garcia - Soc. Adv, R.L.
Av. António Augusto De Aguiar, Nº 183 - R/C Dto. 1050-014 Lisboa
Telef: (+351) 213 845 390
E-mail: esjmjg@esjmjgadvogados.com
Site: www.esjmjgadvogados.com

Elmiro de Sousa, Rosa Vasconcelos & Assoc. – Soc. Advog, RL
Campo 24 De Agosto, 129 - 5º - Escr. 501 4300-504 Porto
Telef: (+351) 226 051 298
E-mail: elmirodesousa-2441p@adv.ao.pt

Enes Cabral
Av. Fontes Pereira de Melo, 25-2º Dtº 1050-117 Lisboa
Telef: (+351) 215 844 930
E-mail: ec@enescabral.com
Site: www.enescabral.com



A Enes | Cabral é uma sociedade de advogados que presta serviços de assessoria global aos negócios e projetos dos seus clientes. Assente em relações de proximidade, o foco da sociedade é a procura de soluções que sejam uma verdadeira mais-valia para o cliente e se insiram na estratégia pretendida. Rigor técnico, criatividade e confiança são os valores que definem a Enes | Cabral.

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Assessoria do Negócio
- » Contencioso e Arbitragem
- » Corporate e M&A
- » Investimento Estrangeiro
- » Reestruturações de Empresas e Insolvências

SÓCIOS

Pedro de Almeida Cabral
Susana Enes

ASSOCIADOS

Helena Branquinho Carreiras
Henrique Soares Santos
Sofia Ginestal Albuquerque

CONSULTORES

Ewa Bento da Silva
Rita Esteves de Carvalho

ADVOGADOS ESTAGIÁRIOS

João Teixeira da Silva
Miguel Gonçalves Lopes
Tânia Alves Madureira

+351 215 844 930

ec@enescabral.com

Rua Castilho, 75 - 6.º Dto.,
1250-068 Lisboa

enescabral.com



Constituída em 1989, a sociedade GLX LTM e Associados conta com mais de 30 anos de experiência no que respeita à assessoria e aconselhamento jurídico do Cliente. Oferecendo uma advocacia especializada, a GLX LTM e Associados, tem vindo a traçar o seu caminho de tradição e inovação, privilegiando valores como a confiança, responsabilidade, ética, rigor e sustentabilidade.

ÁREAS DE PRÁTICA

- Societário, Comercial e M&A
- Reestruturação e Insolvência
- Fiscal
- Direito Administrativo, Contratação
- Pública, Urbanismo e Contencioso Administrativo
- Direito Civil
- Cobranças e Recuperação de Créditos
- Trabalho e Segurança Social
- Criminal, Contraordenacional e Compliance
- Contencioso e Arbitragem
- Desporto
- Privacidade, Proteção De Dados Pessoais e RGPD, Digital e Compliance
- Propriedade Intelectual
- Vistos e Imigração
- Bancário, Financeiro e Seguros
- Corporate Imobiliário
- Europeu e Concorrência
- Registos e Notariado

- Ambiente e Energia

SÓCIOS

- Luís Teixeira e Melo
- Gonçalo Gama Lobo
- Luís Filipe Teixeira e Melo
- Rui Teixeira e Melo
- Hugo Costa e Silva
- Maria Emília Meira
- Margarida Machado
- José Pinto de Almeida
- Mónica Moreira Soares
- José Carlos Campos

ASSOCIADOS

- Marta S. Pereira
- Manuel Maria Machado
- Catarina Azevedo Fernandes
- Vânia Pereira Alves
- Pedro Branco Xavier

+ (351) 253 421 600

Avenida General Humberto Delgado,
n.º 181, CP 4800-158, Guimarães

geral@gamalobomelo.com

Esquivel Advogados

Avenida da República, N.º 43 - 2.º Dto.
1050-187 Lisboa
Telef: (+351) 213 845 310
E-mail: geral@esquiveladvogados.com
Site: www.esquivel.com.pt

Espanha & Associados

Rua Castilho, n.º 75,
8.º Dto. 1250-068 Lisboa
Telef: (+351) 213 538 705
E-mail: geral@espanhaassociados.pt
Site: www.espanhaassociados.pt

Estúdio Jurídico Ejaso, H. Pardo,

H. Larramendi y Asoc.
Rua Castilho, 13D - 1.º B, 1250-066 Lisboa
Telef: (+351) 213 528 133
E-mail: ejalisboa@ejaso.com
Site: www.ejaso.com

Eversheds Sutherland FCB

Av. Liberdade, 249, 1.º - 1250-143 Lisboa
Telef: (+351) 213 587 500
E-mail: fcb@eversheds-sutherland.net
Site: www.eversheds-sutherland.pt

FALM - Ferreira de Almeida, Luciano

Marcos & Associados, Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Abranches Ferrão, 10 - 5.º F 1600-001 Lisboa
Telef: (+351) 217 224 200
E-mail: geral@falm.pt
Site: www.falm.pt

Farinho Dias & Ana Cristina Dias

Soc. Advogados
Rua Braamcamp, Nr. 12 - 3.º Dt.
1250-050 Lisboa
Telef: (+351) 213 826 880
E-mail: fd@farinhodias.pt

FB&A

Campo Grande, 28-9ºA 1700-093 Lisboa
Telef: (+351) 215 866 800
Fax: (+351) 215 866 336
E-mail: geral@fba.pt

FCM - Ferreira da Conceição, Menezes & Associados, Sociedade de Advogados, S.P., R.L.

Av. Avenida da República, n.º 44, 2.º Dto.
1050-194 Lisboa, Portugal
Telephone: (+351) 21 795 05 55
E-mail: fcmg@fcmg.pt | Site: www.fcmg.pt

FDR - Pinto Duarte, Côte-real, Casado Neves & Assoc., R.L.

Rua Marquês De Fronteira, Nº 8, 1.º Dto
1070-296 Lisboa
Telef: (+351) 213 710 700
E-mail: fdradvogados@fdr.pt
Site: www.fdr.pt

Fernando Alberto, G. Alves,

Marcos Silva, V. Castro e Assoc.
Largo República Do Brasil, 437 C - 4.º
4810-446 Guimarães
Telef: (+351) 253 420 550
E-mail: fagamsvc.assoc@mail.telepac.pt

Fernando Anastácio

& Associados - Soc. Advogados, R.L.
Av. Liberdade, 93 - 2.º - Apartado 2235
8200-002 Albufeira
Telef: (+351) 289 586 447
E-mail: advogalgarve@cam-advogados.pt
Site: www.cam-advogados.pt

Fernando Fraga & Associados

Soc. de Advogados
Av. República, 24 - 9.º 1050-192 Lisboa
Telef: (+351) 213 170 830
E-mail: advogados@ffa.pt | Site: www.ffa.pt

Fernando Sobreira

& Associados - Soc. Advogados
Rua Sampaio E Pina, 12 - 4.º Dto 1070-249 Lisboa
Telef: (+351) 213 841 220
E-mail: fs@fsadvogados.pt

Ferreira da Conceição,

Menezes & Associados
Av. Da República, 44 - 2.º Dto. 1050-194 Lisboa
Telef: (+351) 217 950 555
E-mail: fcmg@fcmg.pt | Site: www.fcmg.pt

Filipe Azoia & Associados - Sociedade de Advogados, SP, RL.

Av. Engenheiro Duarte Pacheco, Torre 1,
Piso 6, Sala 1 1070-101 Lisboa
Telef: (+351) 211 319 684
E-mail: geral@fa-associados.pt
Site: www.a-associados.pt

Filipe Sequeira & Associados

Soc. Advogados
Av. Arriaga 44b, 5.º, Sala 1 9000-064 Funchal
Telef: (+351) 291 214 100
E-mail: info@fsadvogados.com
Site: www.fsadvogados.com

Fonseca, Barroso & Vicente

Soc. Advogados, R.L.
Av. De Berna, 24 - 2.º Esq. 127/31-5, 302/4
1050-041 Lisboa
Telef: (+351) 217 937 900
E-mail: fbv-lexberna@mail.telepac.pt

Fontes Neves & Associados,

Sociedade Advogados, R.L.
Rua António Augusto De Aguiar
112 - 2.º Esq 6200-050 Covilhã
Telef: (+351) 275 320 710
E-mail: advogados.geral@fontesneves.pt
Site: www.fontesneves.pt

Frederico Bonacho, António Falé Nobre & Assoc. - Soc. Adv.

Rua Bernardim Ribeiro, 12 A 1105-071 Lisboa
Telef: (+351) 213 590 561
E-mail: geral@bna.pt

Freitas, Giraldes, Leão

& Associados - Soc. Advogados R.L.
Rua António Cardoso, 332 4150-079 Porto
Telef: (+351) 226 079 400
E-mail: fgl@fgl.pt | Site: www.fgl.pt

Freitas de Carvalho Advogados

Largo da República do Brasil, 437C - 2.ºX
4810-446 Guimarães
Telef: (+351) 253 095 086
E-mail: info@freitascarvalho.pt
Site: www.freitascarvalho.pt

Gabinete de Advogados J.C. Rufino

Ribeiro & Associados, SPA, R.L.
Rua Barbosa Resende, 16 - 3.º
Apartado 130 2670-901 Loures
Telef: (+351) 219 834 791
E-mail: rufino.gabinete.advogados@gmail.com

Galhardo Vilao, Torres,

Sociedade de Advogados
Rua Castilho, Nr. 13 D - 8.º B 1250-066 Lisboa
Telef: (+351) 213 193 930
E-mail: welcome@gvt.pt | Site: www.gvt.pt

Galvão & Sacôto Associados -

Soc. Advogados, R.L.
Av. Infante Santo, 23 - 8.º B 1350-177 Lisboa
Telef: (+351) 213 965 818
E-mail: gsvadvog@netcabo.pt
Site: www.galvaosacotoassociados.pt

Gama Glória

Rua Alexandre Herculano, 38 - 4.º 1250-011 Lisboa
Telef: (+351) 211 390 139
E-mail: gamagloria@gamagloria.com
Site: www.gamagloria.com

Gama Lobo Xavier, Luis Teixeira

e Melo e Associados
Avenida General Humberto Delgado, 181
4800-158 Guimarães
Telef: (+351) 253 421 600
E-mail: geral@gamalobomelo.com
Site: www.gamalobomelo.com

Gameiro e Associados

Sociedade de Advogados, R.L.
Beloura Office Park, Edif.2 Escr. 2, Qta
Beloura 2710-694 Sintra
Telef: (+351) 219 246 755
E-mail: smggameiroeassociados@lexactual.com
Site: www.gameiroassociados.com

Garrigues

Av. Da República, 25 - 1.º Andar
1050-186 Lisboa
Telef: (+351) 213 821 200
E-mail: portugal@garrigues.com
Site: www.garrigues.com/pt



A HALX Advogados SPRL tem escritórios em Portugal e no Brasil e é formada por advogados inscritos na Ordem dos Advogados de ambos os países, aliando a prática binacional e uma abordagem multidisciplinar a uma longa experiência em transações internacionais.

SÓCIOS

- » Helena Lopes Xavier
- » Jônata Guimarães
- » Gabriela Matera Torres

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Business law, fiscal e fiscalidade internacional
- » Direito administrativo
- » Regulatório e compliance
- » Concorrência
- » Direito das novas tecnologias

- » Corporate, M&A, governance
- » Proteção de dados e privacidade
- » Laboral
- » Diversificação de investimentos no exterior
- » Imigração e nacionalidade
- » Contencioso e arbitragem

LISBOA - PORTUGAL

Rua João Penha 10 r/c 1250-131
 (+351) 213 869 333
 halx@halx-advogados.com

SÃO PAULO - BRASIL

Av. Pres. Juscelino Kubitschek 1455,
 4.º 04543-011
 +55 11 3280 0044
 halx@halx-advogados.com
 Rio de Janeiro - Curitiba - Brasília
 www.halx-advogados.com



Estamos há 50 anos no mundo jurídico Português.

Somos uma Boutique de Contencioso e Direito Empresarial.

A nossa área nuclear de actividade é o contencioso, na sua vertente civil e comercial, a qual é complementada, essencialmente, pela assessoria jurídica nos ramos bancário e financeiro, laboral e imobiliário.

Somos o membro exclusivo da rede internacional IR Global na área da Insolvência em Portugal.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Contencioso
- » Insolvência e Recuperação de Créditos
- » Comercial e Societário
- » Laboral
- » Direito Financeiro
- » Fundos de Investimento
- » Urbanismo e Imobiliário
- » Proteção de Dados e Privacidade

+351 213 139 010
 geral@mgadvogados.pt
 Edifício Aviz - Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 35 - 6.º D
 1050-118 Lisboa
 www.mgadvogados.pt

GCCA – Guimarães, Correia, Cardoso e Associados – Soc. Adv., R.L.
 Rua Marquês Da Fronteira 8,
 2.º. E 1070-296 Lisboa
 Telef: (+351) 213 715 370
 E-mail: geral@gcca.pt

GDP – Advogados Associados
 Av. 5 De Outubro, Nr. 176 - 5º Esq.
 1050-063 Lisboa
 Telef: (+351) 217 931 143
 E-mail: mail@gdpalegal.com
 Site: www.gdpalegal.com

George Advogados
 Av. 5 de Outubro, n.º 70, 4.º andar 1050-059
 Lisboa
 Telef: (+351) 215 832 292
 (+351) 217 930 876
 E-mail: lisboa@georgeadvogados.com
 Site: https://lei-network.com/

Gil Figueira & Devillet Lima – Sociedade de Advogados, SP, RL
 Rua Rodrigues Sampaio, 97 – 4º Andar
 1150-279 Lisboa
 Telef: (+351) 210 997 356 / 210 200 076
 E-mail: hello@gfdl.legal | Site: www.gfdl.legal

Gil Moreira Santos, Caldeira, Cernadas & Associados – Soc. Advogados R.L
 Rua 5 De Outubro, 446 - 466 4100 - 173 Porto
 Telef: (+351) 226 076 020
 E-mail: geral@gmscc.pt | Site: www.gmscc.pt

Gómez – Acebo & Pombo
 Av. Duque de Ávila, n.º 46, 6.º 1050-083
 Lisboa
 Telef: (+351) 213 408 600 |
 E-mail: advogados.lisboa@ga-p.com
 Site: www.ga-p.com

Gonçalo Leite Campos & Associados
 Rua Garret, 12, 1º Esq. 1220-204 Lisboa
 Telef: (+351) 213 460 054
 E-mail: geral@glc.pt | Site: www.glc.pt

Gonçalves Lopes & Associados Soc. de Advogados, R.L.
 Rua Professor Correia De Araújo, 593 ,Pct. Privada, Ent. 3, Salas 1/2 1050-047 Lisboa
 Telef: (+351) 225 020 635
 E-mail: l.goncalves@mail.telepac.pt

GPA Advogados – Gouveia Pereira, Costa Freitas & Associados
 Edifício Amoreiras Square
 Rua Carlos Alberto da Mota Pinto Nº 17 – 3º B
 1070-313 Lisboa
 Telef: (+351) 213 121 550
 E-mail: gpa@gpasa.pt | Site: www.gpasa.pt

Graça, Gonçalves & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL
 Rua Tenente Valadim,
 nº 7-A 2750-502 Cascais
 Telef: (+351) 214 831 770
 E-mail: mail@ggadvogados.pt
 Site: www.ggadvogados.pt

Guedes, Cruz Gonçalves & Associados – Soc. Adv. R.L.
 Av. Almirante Reis, 94-D-Rch E 1º Dtrº
 1150-022 Lisboa
 Telef: (+351) 218 163 110
 E-mail: geral@gcg.pt

Hellmuth Diniz & P. R. Madeira Soc. Advogados
 Rua Visconde De Seabra, 22 - 8º
 1700-270 Lisboa
 Telef: (+351) 217 956 900
 E-mail: p.r.madeira@hdprmm-socadv.pt

Henrique Abecasis, Andresen Guimarães & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
 Av. Miguel Bombarda, Nr. 35 1050-161 Lisboa
 Telef: (+351) 213 169 500
 E-mail: geral@haag.pt | Site: www.haaag.pt

Horácio Lages & Carlos Lages
 Avenida da Liberdade Nr. 706, 2º andar
 4710-249 Braga
 Telef: (+351) 253 267 474
 E-mail: carloslages.braga@societadedeadvogados.mail.pt
 Site: www.hcladvogados.com

Ilime Portela & Associados Soc. Advogados, R.L.
 Av. Columbano Bordalo Pinheiro,
 7 - 6º Esq. 1070-060 Lisboa
 Telef: (+351) 217 263 386
 E-mail: www.ilimeportela-advogados.a-web.org

Isabel Duarte & Associados – Soc. Advogados, R.L.
 Av. António Augusto De Aguiar,
 11 - 4º Esq. 1050-010 Lisboa
 Telef: (+351) 213 515 520
 E-mail: isabel.duarte@idlei.com

Isabel Seuanes & Associados – Soc. de Advogados, R.L.
 Av. Duque D Ávila, 185 - 7º 1050-082 Lisboa
 Telef: (+351) geral@isassociados.pt
 E-mail: www.isassociados.pt

J+Legal
 Edifício Amoreiras Square, Rua Joshua Benoliel, 1 – 6ºC 1250-273 Lisboa
 Telef: (+351) 218 770 000
 E-mail: geral@jlegal.pt | Site: www.jlegal.pt

J. A. Pinto Ribeiro & Associados
 Rua Duque de Palmela, 27 - 5º Esq. 1250-097
 Lisboa
 Telef: (+351) 213 138 800
 E-mail: geral@pintoribeiro.com

Jardim, Sampaio, Magalhães e Silva Associados
 Av. Duque de Ávila, nº 141 Ed. OMNI - 4º Andar Dto., 1050-081 Lisboa
 Telef: (+351) 213 564 300
 E-mail: jsms@jsms.pt | Site: www.jsms.pt

J. Plácido Santos & Associados Soc. Advogados, R.L.
 Lg. 5 De Outubro, 9/10 - 1º Apt. 186
 8401-903 Lagoa
 Telef: (+351) 282 340 250
 E-mail: jpslaw@jpslaw.com.pt
 Site: www.jpslaw.com.pt

João Marcelo & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
 Av. 1º De Maio, 12 - 2º Andar
 6000-086 Castelo Branco
 Telef: (+351) 272 328 566
 E-mail: jma@jma-advogados.com
 Site: www.jma-advogados.com

João Marques & Associados Soc. Advogados, R.L.
 Pç. Carlos Alberto, 123 - 3º, Sala 33/34
 4050-293 Porto
 Telef: (+351) 212 052 016
 E-mail: info@jmadv.pt

João Nabais & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
 Rua Fernando Palha, Nº 26 1950-131 Lisboa
 Telef: (+351) 218 622 100
 E-mail: advogados@jnabais-advogados.pt
 Site: www.jnabais-advogados.pt

João Norberto da Palma Carlos e Associados – Soc. de Advogados
 Av. 5 De Outubro, 168 1050-062 Lisboa
 Telef: (+351) 213 579 595
 E-mail: palmacarlos@ip.pt

João Pedroso & Associados
 Avenida Fontes Pereira de Melo 30
 1050-122 Lisboa
 Telef: (+351) 213 163 260
 E-mail: geral@pedrosoadv.pt
 Site: www.pedrosoadv.pt

João Pinto Germano & Associados
 Avenida da Liberdade Nº 144, 8º Dto
 1250-146 Lisboa
 Telef: (+351) 213 406 050
 E-mail: geral@jpg-associados.com
 Site: www.jpg-associados.com

Joaquim C.Santos & Associados – Sociedade de Advogados
 Rua Mestre Roque Gameiro 29, 1º-E
 2700-577 Amadora
 Telef: (+351) 214 948 080
 E-mail: joaquimsantos-10034@advogados. oa.pt

Joaquim Petisca & Associados Sociedade de Advogados
 Rua Tierno Galvan Torre 3,4,º-S 402
 1070-274 Lisboa
 Telef: (+351) 213 844 945
 E-mail: jpa.advogados@netcabo.pt



A Monereo Meyer Advogados é um escritório de advogados internacional presente em Espanha e agora também em Portugal, mais precisamente em Lisboa. Composta por 40 advogados dinâmicos, caracterizam-nos por uma forte competência intercultural, especialmente com os países de língua alemã. Com os nossos escritórios em Lisboa, Madrid, Barcelona e Palma de Maiorca, aconselhamos e apoiamos principalmente empresas estrangeiras nas suas atividades comerciais em Portugal e Espanha. Somos co-fundadores da CBBL Cross Border Business Law AG, a única rede global de sociedades de advogados de negócios de língua alemã no estrangeiro, que atualmente abrange 60 países nos cinco continentes.

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Empresas
- » Private Clients
- » Investimento Estrangeiro
- » Assessoria do Negócio
- » Transações Transfronteiriças
- » Corporate / M&A
- » Imobiliário
- » Direito Fiscal

EQUIPA PRINCIPAL

- » Tânia Pinheiro (Sócia)
- » Fábio Seguro Joaquim (Associado)
- » Luísa Monteiro Carvalho (Advogada-Estagiária)

ESCRITÓRIOS

- » Lisboa
- » Madrid
- » Barcelona
- » Palma de Maiorca

📍 Rua Filipe Folque n.º 10 J - 4.º dto.

1050 -113 Lisboa

☎ (+351) 210 203 478

✉ lis@mmmm.pt

🌐 www.mmmm.pt

Jorge Carneiro & Associados – Soc. Advogados

Rua Eugénio De Castro, 352, 2º Andar, Sala 26 4100-225 Porto
Telef: (+351) 226 051 330
E-mail: lawfirm@jcasociados.pt
Site: www.jcasociados.pt

Jorge Mota, Jorge Monteiro Santos & Associados

Calçada Marques Abrantes, 38-3º-Esqº 1200-719 Lisboa
Telef: (+351) 213 969 684
E-mail: jms.socadv@clix.pt

Jorge Pracana e Francisco

José Martins & Associados
 Rua Joaquim António De Aguiar, Nr. 66 - 3º Esq. 1070-153 Lisboa
Telef: (+351) 213 806 210

José Carlos de Oliveira & Associado – Sociedade de Advogados R.L.

Avenida João XXI 16,1º-D 1000-302 Lisboa
Telef: (+351) 218 400 316
E-mail: jco@jcoadvogados.pt

Jose de Albuquerque

& Associados, Soc. Adv. R.L.
 Rua Oliveira Martins 4 – 1º C 2845 - 381 Amora
Telef: (+351) 212 245 323
E-mail: advogados@josealbuquerque.com
Site: www.josealbuquerque.com

José M. S. Moniz, Marçal Antunes, Ricardo Brazete e Associados

Rua Dos Combatentes Da Grande Guerra, 17 - 1º 3500-109 Viseu
Telef: (+351) 232 480 390
E-mail: geral@jmmarb.com
Site: www.jmmarb.com

José Macieirinha, Pedro Macieirinha & Associados Soc. Adv. R.L.

Rua D. Pedro De Castro 5000-911 Vila Real
Telef: (+351) 259 371 949
E-mail: tmacieirinha@jppm-advogados.pt
Site: www.jppm-advogados.pt

José Maria Calheiros & Associados, Soc. Adv. R.L.

Av. António Augusto De Aguiar, 38 - 6º Andar 1050-016 Lisboa
Telef: (+351) 213 152 795
E-mail: advogados@jmlawyers.com

JPAB – José Pedro Aguiar-Branco & Associados

Rua de José Falcão, 110 4050-315 Porto
Telef: (+351) 210 958 100
E-mail: info@jpab.pt
Site: www.jpab.pt

José Pimenta & Associados

Sociedade de Advogados R.L.
 Avenida 25 Abril Edifício Navegador 1011,1º-F 2750-515 Cascais
Telef: (+351) 214 848 860
E-mail: geral@passociados.pt

José Saramago & Associados

Sociedade de Advogados, R.L.
 Edifício Euro | Rua Pedro Álvares Cabral, 24 – 4º C 2670-391 Infantado, Loures
Telef: (+351) 219 835 555
Fax: (+351) 219 835 557
E-mail: info@jose.saramago.com
Site: www.jose-saramago.com

José Serrão & Associados – Soc. Adv. R.L.

Avenida Duque De Loulé, N.º 47º, 5º Esq 1050-086 Lisboa
Telef: (+351) 213 103 320
E-mail: geral@jsadvogados.com / josserrao@jsadvogados.com
Site: www.jsadvogados.com

Júlio Corrêa Mendes & Associados

Av. António José De Almeida, N.º 30 – 2º Andar 1000-044 Lisboa
Telef: (+351) 217 963 252
E-mail: advogados@jcorreamendes.pt
Site: www.jcorreamendes.pt

KENNEDYS

Avenida Engenheiro Duarte Pacheco Amoreiras, torre 1, piso 5, sala 5 1070-101 Lisboa
Telef: (+351) 213 243 690
E-mail: reception.portugal@kennedyslaw.com
Site: www.kennedyslaw.com



Nuno Fonseca Alves, Fabiana Azevedo & Associados - Sociedade de Advogados, SP, RL

Somos uma Sociedade de Advogados dinâmica, com uma equipa capaz e motivada e com um compromisso diário de rigor e profissionalismo, na procura das melhores soluções jurídicas.

Com sede na cidade do Porto, oferecemos aos nossos clientes resposta pronta em áreas de prática como a imigração e nacionalidade, seguros e responsabilidade automóvel, imobiliário, direito das empresas, penal e laboral, heranças e partilhas, insolvências, propriedade intelectual, direito fiscal e gestão de créditos.

Assumimos diariamente um compromisso de transparência, urbanidade e independência, na defesa intransigente de cada caso.

Somos uma sociedade que aposta na dinâmica e na inovação. No tempo efetivo de resposta. No empenho e respeito pela qualidade de serviços prestados aos clientes. Conheça a NFS Advogados.

Ano da Constituição: 2021

Nº de Sócios: 2

Nº Total de Advogados: 11

Nº de Advog. Estagiários: 4

Outros Colaboradores: 2

NOME DOS SÓCIOS

- » Nuno Fonseca Alves
- » Fabiana Azevedo

IDIOMAS

- » Espanhol
- » Inglês

ASSOCIAÇÕES | ORGANIZAÇÕES | NETWORKS

- » AEA (International Lawyers Network)

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Imigração e Nacionalidade
- » Recuperação de Créditos
- » Direito Societário
- » Direito da Família e Sucessões
- » Direito dos Seguros
- » Direito Imobiliário
- » Direito do Trabalho
- » Insolvências
- » Direito da Propriedade Intelectual e Tecnologias de Informação
- » Proteção de Dados

📍 Largo da Paz, nº 41, 4050-460 Porto

☎ (+351) 222 440 820 | 220 161 680 (fax)

✉ geral@nfs-advogados.com

🌐 www.nfs-advogados.com

Lamy & Alves – Sociedade de Advogados R.L.

Rua Do Barranco 75 8400-508 Carvoeiro Lga
Telef: (+351) 282 357 276
E-mail: advogados@lamyalves.net
Site: www.lamyalves.pai.pt

Leal, Faro, Ramos & Tentugal

Rua Caldas Xavier, nº38, 5º Dtt. 4150-162 Porto
Telef: (+351) 226 004 851
E-mail: geral@lfrt.pt | **Site:** www.lfrt.pt

Lebre Sá Carvalho & Associados Soc. Advogados

Rua Julio De Andrade, 2 1150-206 Lisboa
Telef: (+351) 218 855 440
E-mail: jlfreitas@lsca.pt

Legalworks (Gomes Da Silva & Associados) Sociedade de Advogados R.L.

Edifício Espaço Chiado, Rua Da Misericórdia, Nº14, 6º Andar, Escritórios 22 E 23 1249-038 Lisboa
Telef: (+351) 213 242 360
E-mail: geral@legalworks.pt
Site: www.legalworks.pt

Leite, Campos, Soutelinho & Associados

Avenida Casal Ribeiro, Nr. 14 - 9.º 1000-092 Lisboa
Telef: (+351) 213 309 060
E-mail: geral@lcsgrs.com
Site: www.leitecamposoutelinho.com

LeggITeam, S.L.P. – Sucursal em Portugal

Av. António Augusto de Aguiar, nº 90 - 2º 1050-018 Lisboa
Telef: (+351) 211 341 469
E-mail: geralpt@leggitteam.com
Site: www.leggitteam.com

LGP - Soc. Advogados R.L.

Rua Pinheiro Chagas, 17 - 2º 1050-174 Lisboa
Telef: (+351) 213 182 700
E-mail: info@lgp.pt | **Site:** www.lgp.pt

LINKLATERS LLP

Avenida Fontes Pereira De Melo 14 - 15º 1050-121 Lisboa
Telef: (+351) 218 640 063
E-mail: lucia.ferreira@linklaters.com
Site: www.linklaters.com

Lipari Garcia & Associados Sociedade de Advogados R.L.

Avenida Da República 56, 7º-E 1050-196 Lisboa
Telef: (+351) 217 962 151
E-mail: geral@liparigarcia.pt

LJ & Associados – Soc. Adv. R.L.

Rua Manuel Tiago, Nr. 83- R/C 2870-353 Montijo
Telef: (+351) 212 309 570
E-mail: geral@lj-advogados.pt

Lobo, Vasques & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL

Largo Vitorino Damásio, 4 – 1º Santos-o-Velho 1200-872 Lisboa
Telef: (+351) 213971 314
E-mail: info@lobovasques.com
Site: www.lobovasques.com

Lopes Barata & Associados Sociedade de Advogados R.L.

Rua Poeta Bocage 2, 2º D 1600 - 233 Lisboa
Telef: (+351) 213 555 651
E-mail: geral@lba@netcabo.pt
Site: www.lopesbarata.com

Lopes Cardoso & Associados Sociedade de Advogados, R.L.

Rua Júlio Dinis 247,4.º E/9 4051-401 Porto
Telef: (+351) 226 099 448
E-mail: lca@lopes-cardoso.pt
Site: www.lopes-cardoso.com

Lopes Dias & Associados

Soc. Advogados R.L.
 Av.24 De Julho Nº 60 2º Esq 1200-869 Lisboa
Telef: (+351) 213 920 290
E-mail: lopesdias@ld-lawfirm.com
Site: www.ld-lawfirm.com

Luís Barros Figueiredo, Sofia Louro & Associados Soc. Advogados

Av. António Augusto De Aguiar, 165, R/C Esq 1050-014 Lisboa
Telef: (+351) 213 715 310
E-mail: law@law.com.pt | **Site:** www.law.com.pt

Luís Filipe Chaveiro & Associados

Av. Duque D' Ávila, 185, 1ºc 1050-082 Lisboa
Telef: (+351) 213 138 550
E-mail: lfchaveiro@lfc-associados.com

Pares Advogados

Dados da Instituição

Fundada em 2011, a Pares reúne a experiência acumulada de todos os que nela trabalham e aposta numa equipa estável e coesa para assegurar uma análise completa e transversal de cada assunto, abrangendo as mais diversas áreas do direito e assente na transparência e rigor técnico.

Estrutura

Sócios: 9

Associados Coordenadores: 7

Advogados: 21

Advogados Estagiários: 5

Áreas de atuação

- » Direito Comercial e Societário
- » Corporate Governance
- » Direito Bancário e Financeiro
- » Capital de Risco
- » Fusões e Aquisições
- » Direito Fiscal
- » Direito Imobiliário
- » Contencioso e Arbitragem

- » Insolvência e Recuperação de Empresas
- » Ordenamento do Território e Urbanismo
- » Direito do Trabalho e Segurança Social
- » Proteção de Dados
- » Propriedade Intelectual
- » Direito Penal e Contra-Ordenacional

Nome dos responsáveis (sócios)

- » António Juzarte Rolo
 - » Carlos Amaro
 - » João de Freitas e Costa
 - » João Malhadas Teixeira
 - » Luís de Gouveia Fernandes
 - » Myriam Ouaki
 - » Pedro Carreira Albano
 - » Rita Maltez
 - » Sandra Severino
- ☎ (+351) 210 936 404
 (+351) 210 937 407
 📍 Rua Alexandre Herculano, n.º 23
 - 2.º 1250-008 Lisboa - Portugal
 ✉ geral@paresadvogados.com

Luís Laureano Santos & Associados, Sociedade de Advogados, R.L.
 Avenida Fontes Pereira De Melo, 19 - 3.º
 1050-116 Lisboa
Telef: (+351) 213 592 500
E-mail: geral@lsc.pt | **Site:** www.lsc.pt

Luís Loureiro, João Gomes & Associados - Sociedade de Advogados R.L.
 Avenida Doutor António José Almeida 23, 4.º
 D 3510-046 Viseu
Telef: (+351) 232 431 368
E-mail: geral.ljlg.adv@mail.telepac.pt

Luis S. Rodrigues & Associados, Sociedade de Advogados, R.L.
 Campo Grande, 28 - 6.º A 1700-093 Lisboa
Telef: (+351) 217 969 712
E-mail: lsr-lisboa@pratica-legal.com
Site: www.lsrassociados.com

Luiz Gomes & Associados
 Rua dos Remolares 14-2º 1200-371 Lisboa
Telef: (+351) 213 400 800
E-mail: geral@lpgpas.com
Site: www.lpgpas.com

Lumbrales & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
 Rua Camilo Castelo Branco, Nr. 23 - 4.º
 1150-083 Lisboa
Telef: (+351) 213 149 870
E-mail: geral@lumbrales-associados.eu
Site: www.lumbrales-associados.eu

M. Rodrigues & Associados
 Avenida 5 de Outubro, Nr. 53, 5.º andar
 1050-048 Lisboa
Telef: (+351) 213 546 599
E-mail: geral@mrodriguesassociados.pt
Site: www.mrodriguesassociados.pt

Macedo Vitorino & Associados Sociedade de Advogados
 Rua Do Alecrim, 26 E 1200-018 Lisboa
Telef: (+351) 213 241 900
E-mail: mva@macedovitorino.com
Site: www.macedovitorino.com

Machado Ruivo & Associados Sociedade de Advogados
 Rua Camilo Castelo Branco 122, 1.º
 4760-127 Vila Nova De Famalicão
Telef: (+351) 252 322 402
E-mail: mruivoassociados@mail.telepac.pt

Magalhães Pereira e Associados, Sociedade de Advogados, R.L.
 Av. António Augusto de Aguiar, nº 19,
 1.º dtº 1050-012 LISBOA
Telef: + 351 213 875 141
Email: geral@mpassociados.pt
Site: www.mpassociados.pt

Maltez, Amaro & Associados Sociedade de Advogados R.L.
 Av. Conde Valbom. Nr.1, Escr. B
 1050-066 Lisboa
Telef: (+351) 213 147 313
E-mail: mman-law@mman-law.com

MANO & RODRIGUES – Sociedade de Advogados, R.L.
 Edifício Mota-Galiza Rua Júlio Dinis,
 247 - 5.º E 4 4050-324 Porto – Portugal
Telef: (+351) 22 606 99 13
Email: geral@mradvogados.com
Site: www.mradvogados.com

Manuel Guerra Pinheiro, Paulo Reis & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
 Rua Latino Coelho, Nº1, 6º Andar,
 Edif. Hi-Fly 1050-132 Lisboa
Telef: (+351) 210 010 640
E-mail: lisboa@g-advogados.com
Site: www.g-advogados.com

Manuel José Guerreiro & Associados
 Rua Comendador António Hipólito 6º B
 2560-134 Torres Vedras
Telef: (+351) 261 327 320 / 261 327 325
E-mail: soc.advogados@miguereiro.pt
Site: www.miguereiro.pt

Manuel Rebanda, Pereira Monteiro & Associados Sociedade de Advogados
 Rua João Machado 100, 5.º S 505
 3000-226 Coimbra
Telef: (+351) 239 851 950
E-mail: geral@mrpmadvpt

Maria Ferreira, Fernandes Ferreira
 Alameda da Quinta de Santo António,
 Nº 13F 1600-675 Lisboa
Telef: (+351) 213 551 811
E-mail: geral@mfff.pt

Marques Bom & Associados Soc. Advogados, R.L.
 Av. Duque De Loulé, 5 - 6.º 1050-085 Lisboa
Telef: (+351) 213 504 510/1
E-mail: geral@marquesbom.com
Site: www.marquesbom.com

Martins Alfaro, Rui Teixeira & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
 Av. República, Nº 44, 7.º Esq 1050-194 Lisboa
Telef: (+351) 217 803 010
E-mail: geral@lisbonlegal.com
Site: www.lisbonlegal.com

Matos Ferreira & Associados Sociedade De Advogados
 Rua Do Conde De Redondo, Nº 8, 4.º Dto
 1150-105 Lisboa
Telef: (+351) 213 512 190
E-mail: pedromf@lis.ulusiada.pt

MC&A - Sociedade De Advogados, R.L.
 Avenida Da Liberdade, 262 – 4.º Esq.
 1250-149 Lisboa
Telef: (+351) 213 569 930
E-mail: vmc@legalmca.com
Site: www.legalmca.com

MCJ Advogados
 Largo De Jesus, Nº 1-B 2900-499 Setúbal
Telef: (+351) 265 530 260
E-mail: mcj@mcjadvogados.com.pt
Site: www.mcjadvogados.com.pt

Mendes Ferreira & Associados Soc. Advogados R.L.
 Av. Da Boavista, 3477 - 3521 -S. 308-309
 Edifício Avis 4100-139 Porto
Telef: (+351) 226 098 915
E-mail: info@mendesferreira.com
Site: www.mflaw.eu

Messias Carvalho, Sónia de Carvalho e Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
 Rua De Vilar, Nº 235, 6.º-Esq.
 Edifício Scala 4050-626 Porto
Telef: (+351) 226 076 070
E-mail: geral@mcsc.pt
Site: www.mcsc.pt

MGRA & Associados, R.L.
 Avenida Praia Da Vitória, Nº 48,
 3.º Andar Dt.º 1050-184 Lisboa
Telef: (+351) 213 595 090
E-mail: mgra@mgra.pt
Site: www.mgra.eu

Miguel Veiga, Neiva Santos & Associados - Sociedade de Advogados
 Rua Picaria 75 4050-478 Porto
Telef: (+351) 220 113 000
E-mail: mail@mvassoc.pt

Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
 Lisboa: Av. Engenheiro Duarte Pacheco, 7
 1070-100 Lisboa
Telef: (+351) 217 814 800
 (+351) 217 814 802
 Porto: Rua Júlio Dinis, n.º 826, 4.º andar
 4050-322 Porto
Telef: (+351) 220 439 500
 (+351) 220 439 501
Site: www.mirandalawfirm.com

MLA - Maricato, Lima & Associados - Sociedade de Advogados, R.L.
 Rua das Picoas, 12 - 2.º andar
 1050-173 Lisboa
Telef: (+351) 219 364 200
E-mail: mla@mla.pt
Site: www.mla.pt

MLJ - Sociedade de Advogados R.L.
 Avenida Visconde Valmor Nº 41 - 2.º Esq.
 1050-237 Lisboa
Telef: (+351) 217 800 280/1
E-mail: mfreitas@mlj-advogados.com /
 Ineves@mlj-advogados.com
Site: www.mlj-advogados.com

Monforte Calheiros & Associados Sociedade de Advogados
 Avenida Sidónio Pais 24, 5.º Dto
 1050-215 Lisboa
Telef: (+351) 213 163 450
E-mail: mc@mc-law.com.pt

Monereo Meyer Advogados
 Rua Filipe Folque n.º 10 J – 4.º dto.
 1050 -113 Lisboa
Telef: + 351 210 203 478
E-mail: lis@mmmm.pt
 www.mmmm.pt

Montalvão Martins & Associados Sociedade de Advogados
 Avenida Da República 64, 8.º
 1050-197 Lisboa
Telef: (+351) 217 827 120
E-mail: montalvaassociados@gmail.com

Monteiro Gomes Advogados
 Edifício Aviz
 Av. Fontes Pereira de Melo, nº 35 – 6.º D –
 1050-118 Lisboa
Telef: (+351) 213 139 010
E-mail: geral@mgadvogados.pt
Site: www.mgadvogados.pt

Monterroso & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
 Avenida General Pedro Cardoso Nr. 1
 Apartado 726 2504-917 Caldas Da Rainha
Telef: (+351) 262 249 030
E-mail: geral@madv.pt
Site: www.madv.pt

Morais Leitão, Galvão Telles, Soares da Silva & Assoc., R.L.
 Rua Castilho, 165 1070-050 Lisboa
Telef: (+351) 213 817 400
E-mail: mlgtslisboa@mlgts.pt
Site: www.mlgtls.pt

MORE than lawyers
 Rua Castilho, 57, R/C Direito 1250-068 Lisboa
Telef: (+351) 213 147 150
E-mail: teresa@more.pt | **Site:** www.more.pt

Mota Pereira & Associados Sociedade De Advogados R.L.
 Avenida Guerra Junqueiro 3, 2.º-E
 1000-166 Lisboa
Telef: (+351) 218 453 500
E-mail: advogados@motapereira.pt
Site: www.motapereira.pt

MPABS - Meneses Pimentel, Ataíde Bailão, Sevivas & Associados Soc. Adv. R.L.
 Av. Guerra Junqueiro, 5 2.º Dto
 1000-166 Lisboa
Telef: (+351) 218 437 460
E-mail: mpabs@mpabs.pt
Site: www.mpabs.pt

MRA - Miguel Reis & Associados Sociedade de Advogados RL
 Rua Marquês de Fronteira 76-5.º,
 1070-299 Lisboa
Telef: (+351) 213 852 138
E-mail: info@lawrei.com
Site: www.lawrei.com/pt

MSP ADVOGADOS - Matias Serra, Ferreira da Silva, Paulo Duarte, Sofia Pena, José Pedro Sousa
 Praça Pedro Nunes, 94 4050-466 Porto
Telef: (+351) 226 091 116
E-mail: mslawfirms@gmail.com
Site: www.mspadvogados.org

N. Maldonado Sousa & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
 Avenida Sidónio Pais, 16 2.º. Esq.
 1050-215 Lisboa
Telef: (+351) 213 512 760
E-mail: info@nmsadvogados.pt
Site: www.nmsadvogados.pt

Nascimento Catarino & Associados Soc. Advogados, R.L.
 Av. Eng. Duarte Pacheco, Amoreiras,
 Torre 2, Piso 14.º - E 1070-102 Lisboa
Telef: (+351) 213 869 300
E-mail: info@ncadvogados.com
Site: www.ncadvogados.com

Neto Mesquita E Associados
Sociedade De Advogados
 Rua Marquês Fronteira 4-C, 3º E
 1070-295 Lisboa
 Telef: (+351) 213 841 900
 E-mail: geral.nmadvogados@netcabo.pt

Neves Lima & Associados
Soc. Advogados, R.L.
 Av. Marquês De Tomar, 44-3º
 1050-156 Lisboa
 Telef: (+351) 213 849 070
 E-mail: geral@neveslima.com
 Site: www.neveslima.com

Neville De Rougemont
& Associados - Soc. Advogados R.L.
 Av. Casal Ribeiro, Nr. 50, 6º Andar
 1000-093 Lisboa
 Telef: (+351) 213 191 290
 E-mail: info@ndr.pt
 Site: www.nevillederougemont.com

Nicolina Cabrita & Associados
Sociedade de Advogados, R.L.
 Avenida Fontes Pereira Melo
 Bloco A1-35, 18º D 1050-118 Lisboa
 Telef: (+351) 217 811 100
 E-mail: ncacs.socadv@netcabo.pt
 Site: www.ncacs.pt

Nobre Guedes, Mota Soares & Associados
Sociedade de Advogados, R.L.
 Rua Braamcamp, 90, 3º 1250-052 Lisboa
 Telef: (+351) 210 900 300
 E-mail: ngms@ngms.pt | Site: www.ngms.pt

Noronha Advogados
 Av. António Augusto Aguiar, 148 -4ºc/5ºc
 1050-021 Lisboa
 Telef: (+351) 213 894 178
 E-mail: noadlis@noronhaadvogados.com.br
 Site: www.noronhaadvogados.com.br

Nova Advogados
 Av. General Humberto Delgado, 20-1º
 4800-158 Guimarães
 Telef: (+351) 253 774 461
 E-mail: nova@novalegal.pt
 Site: www.novalegal.pt

Nuno Fonseca Alves,
Fabiana Azevedo & Associados -
Sociedade de Advogados, SP, R.L.
 Largo da Paz, 41, 4050-460 Porto
 Telef: (+351) 222440820
 Email: geral@nfs-advogados.com
 Site: www.nfs-advogados.com

Kore Partners
 Rua Garrett, 19-2º C
 1200-203 Lisboa
 Telef: (+351) 215 849 530
 E-mail: kore@korepartners.com
 Site: www.korepartners.com

PACC.V - Mendes Pinto, Cunha
Araújo, Borges De Carvalho,
Calçada, Vareiro & Associados
Sociedade de Advogados, R.L.
 Rua Braamcamp, N.º 6, 1.º Esq.
 1250-050 Lisboa
 Telef: (+351) 213 802 620
 E-mail: geral@paccv.com
 Site: www.paccv.com

Pacheco De Amorim,
Miranda Blom & Associados
Sociedade de Advogados, R.L.
 Avenida Dr. Antunes Guimarães, Nr. 628
 4100-075 Porto
 Telef: (+351) 225 323 890
 E-mail: sede@pa-advogados.pt
 Site: www.pa-advogados.pt

Pancada Fonseca, Costa Oliveira
& Associados
Sociedade de Advogados, R.L.
 Av. Defensores De Chaves, N.º 69, R/C Esq.
 1000-114 Lisboa
 Telef: (+351) 217 815 370/8
 E-mail: fcostaoliveira@netcabo.pt
 Site: www.pfco.pt

Pares Advogados
 Rua Alexandre Herculano, N.º 23, 2º
 1250-008 Lisboa
 Telef: (+351) 210 936 404
 E-mail: geral@paresadvogados.com
 Site: www.paresadvogados.com

Paula Esteves Escritório de Advogados
 Eua Camilo Castelo Branco, 30a
 8200-276 Albufeira
 Telef: (+351) 218 472 106
 E-mail: pe@peadvogados.pt
 Site: www.peadvogados.pt

Paulo De Almeida & Associados
 Av. Da Republica N.º 14 - 6º 1050-191 Lisboa
 Telef: (+351) 213 584 700
 E-mail: advogados@paasa.pt
 Site: www.paulodealmeida.com

Paulo Silva & Associados
 Rua Ramiro Ferrão, Nr. 13C
 2805-356 Almada
 Telef: (+351) 212 729 380
 E-mail: psa@psa.pt | Site: www.psa.pt

pbbr.a - Sociedade de Advogados, RL
 Avenida da Liberdade, 110-6, 1250-146 Lisboa
 Telef: (+351) 213 264 747
 E-mail: geral@pbbr.pt
 Site: www.pbbr.pt

Pedro Soares, Ana Mafalda Matos
& Associados - Soc. Advogados
 Avenida República 679, 4º-S 44-46
 4450-242 Matosinhos
 Telef: (+351) 229 373 165
 E-mail: pedro.soares@pedrosoareseasso-
 ciados.com
 Site: www.pedrosoareseassociados.com

Pereira da Cruz & Associados
Sociedade de Advogados
 Lisboa: Rua Victor Cordon, nº 14
 1200-484 Lisboa
 Telef: (+351) 213 244 644
 E-mail: info@pca-advogados.pt
 Porto: Edifício Hoechst
 Av. Sidónio Pais, 379 Sala 1.14 – Piso 1
 4100-468 Boavista Porto
 E-mail: porto@pca-advogados.pt
 Site: www.pca-advogados.pt

Pereira de Almeida & Associados
 Av. António Augusto de Aguiar, nº 21 – 5º Dº
 1050 - 012 Lisboa
 Telef: (+351) 218 452 460
 E-mail: geral@aapa-law.com
 Site: www.aapa-law.com

Pereira Fernandes & Associados
Sociedade de Advogados
 Avenida António De Serpa, 34, 8º C/D
 1050-027 Lisboa
 Telef: (+351) 217 996 180
 E-mail: info@pfadvogados.com
 Site: www.pfadvogados.com

Pereira Pinto & Associados
 Avenida das Descobertas, Nr. 15, 1.º D,
 Infantado 2670-383 Loures
 Telef: (+351) 219 822 073
 E-mail: geral@pereirapinto.pt
 Site: www.pereirapinto.pt

Pinheiro Torres, Cabral,
Sousa e Silva & Associados
 Rua Mota Pinto, 42F, 1º, 1.09 4100-353 Porto
 Telef: (+351) 226 052 140
 E-mail: geral@ptcs.pt
 Site: www.ptcs.pt

Pinheiro Torres, Cabral,
Sousa e Silva & Associados
 Rua Mota Pinto, 42F, 1º, 1.09 4100-353 Porto
 Telef: (+351) 226 052 140
 E-mail: geral@ptcs.pt
 Site: www.ptcs.pt

Pinto Ribeiro Advogados
 Rua Duque de Palmela, 27-1º Esq
 1250-097 Lisboa
 Telef: (+351) 213 138 800
 E-mail: geral@pintoribeiro.pt
 Site: www.pintoribeiro.pt

PJM Advogados
 Alameda da Guia Edifício Oceano, n.º 124-A
 2750-368 Cascais – Lisboa – Portugal
 GPS: 38º 41'54.7"N 9º 26'21.2"W
 E-mail: geral@pjmadvogados.com
 Telefone: (+351) 915 276 878
 Site: www.pjmadvogados.com

PLA – Francisco Preto,
Lia Araújo & Associados
 Edifício Sotto Mayor, 1.º E 2.º,
 Largo Do Arrabalde 5400-093 Chaves
 Telef: (+351) 276 340 680
 E-mail: geral@pla-advogados.com
 Site: www.pla-advogados.com

PLEN – Deus Pinheiro,
Ferreira de Lemos, Pita Negrão
Sociedade de Advogados, R.L.
 Rua Castilho, Nr. 59, 4º Dto 1250-068 Lisboa
 Telef: (+351) 213 513 580
 E-mail: plen@plen.pt
 Site: www.plen.pt

PLMJ – Sociedade de Advogados, RL
 Lisboa: Av. Fontes Pereira de Melo, 43
 1050-119 Lisboa
 Telef: (+351) 21 319 73 00
 Site: www.plmj.com

Porto: Porto Office Park Av. de Sidónio Pais,
 153 4100-467 Porto, Portugal
Faro: Reitor Teixeira Guedes, 11A
 8000-422 Faro, Portugal

PMBGR – Trocado Perry
Durães Rocha & Associados
Soc. de Advogados R.L.
 Av. Conselheiro Fernando De Sousa,
 N.º 19 – 18º 1070-072 Lisboa
 Telef: (+351) 213 846 300
 E-mail: pmbgr@pmbgr.pt
 Site: www.pmbgr.pt

PMC | José Pujol, Luís Marçal,
Jorge Calisto & Associados
 Av. António Augusto Aguiar, Nr. 11 - 1º E
 1050-010 Lisboa
 Telef: (+351) 213 178 690
 E-mail: geral@pmc-advogados.pt
 Site: www.pmc-advogados.pt

PMCG – Sociedade De Advogados, Sp, R.L.
 Avenida da Liberdade n.º 258, 9
 1250 -149 Lisboa
 Telef: (+351) 210 937 042
 Fax: (+351) 211 956 491
 E-mail: geral@pmcg.pt | Site: www.pmcg.pt

PMCM - Advogados
 Rua Castilho, 44, 3º Andar 1250-071 Lisboa
 Telef: (+351) 213 845 220
 Fax: (+351) 213 845 221
 E-mail: geral.lisboa@aport.pt
 Site: www.pcmcm.pt

PRA – Raposo, Sá Miranda & Associados
 Rua Rodrigo da Fonseca, Nr. 82, 1.º Dt.º, 2.º
 Esq.º, 2.º Dt.º e 4º Dt.º 1250-193 Lisboa
 Telef: (+351) 213 714 940
 E-mail: lisboa@pra.pt | Site: www.pra.pt

Quintas Jardim Fernandes & Associados -
Sociedade de Advogados
 Rua Ferreiros 260 9000-082 Funchal
 Telef: (+351) 291 224 707
 E-mail: qjfgeral@qjlegal.com
 Site: www.qjlegal.com

Ramirez & Advogados R.L.
 Av. 5 De Outubro N.º 12 - 3º Dº
 1050-056 Lisboa
 Telef: (+351) 213 542 275
 E-mail: geral@ramirez-advogados.pt
 Site: www.ramirez-advogados.pt

Raposo Bernardo & Associados
 Av. Fontes Pereira de Melo, 35, 18º –
 1050-118 Lisboa
 Telef: (+351) 213 121 330
 E-mail: lisboa@raposobernardo.com
 Site: www.raposobernardo.com

RCA – Colmonero & Associados Soc.
Advogados R.L.
 Av. 5 De Outubro, Nr.10 4º Esq.
 1050-056 Lisboa
 Telef: (+351) 213 513 380
 E-mail: rca@colmonero.com
 Site: www.colmonero.com

Regal, Varela, Ramos & Associados –
Sociedade de Advogados, R.L.
 Av. Fontes Pereira De Melo, 35, 1º B
 1050-118 Lisboa
 Telef: (+351) 213 512 510
 E-mail: geral@rvr.pt | Site: www.rvr.pt

RFF & Associados
 Praça Marquês de Pombal n.º 16 5º/6º
 1250-163 Lisboa
 Telef: (+351) 215 915 220
 E-mail: contacto@rffadvogados.pt
 Site: www.rffadvogados.com

Rodl & Partner
 Rua João Chagas, 10 B Dtº
 1500-493 Lisboa
 Telef: (+351) 212 472 688
 Site: www.roedi.com

Rodrigues Alves & Associados –
Sociedade de Advogados
 Avenida António Augusto Aguiar, 11-R/C-E
 1050-010 Lisboa
 Telef: (+351) 213 515 210
 E-mail: geral@rodriguesalvesadvogados.pt
 Site: rodriguesalvesadvogados.pai.pt

Rogério Alves & Associados
 Av. Álvares Cabral, 61 - 4º E 5º
 1250-017 Lisboa
 Telef: (+351) 213 911 040
 E-mail: geral@raassociados.pt
 Site: www.raassociados.pt

Roldão Mendonça, Teresa Jorge
& Associados – Soc. Advogados R.L.
 Rua Dr. Almada Guerra, N.º 28 E 30
 Petrela De Sintra 2710-417 Sintra
 Telef: (+351) 213 911 040
 E-mail: advogados@rmtja.com
 Site: www.advogados-rmtja.com

Roseira & Pereira Sociedade
de advogados r.L
 Rua Álvares Cabral 235 4050-041 Porto
 Telef: (+351) 223 390 106
 E-mail: roseira.pereira@mail.telepac.pt

RRP Advogados
 Rua Visconde de Seabra, 3 – 1º Dtº
 1700-421 Lisboa
 Telef: (+351) 217 653 860
 Fax: (+351) 217 653 869
 E-mail: rrp.lisboa@rrp.pt
 Site: www.rrp.pt

RSA – Raposo Subtil e Associados
 Rua Bernardo Lima, N.º 3
 1150-074 Lisboa
 Telef: (+351) 213 566 400
 E-mail: geral@rsa-lp.com
 Site: www.rsa-advogados.pt

RSN – Remelgado Silva Nogueira &
Associados
 Av. Dr. Antunes Guimarães, 423
 4100-080 Porto
 Telef: 222 089 491
 E-mail: adm@rsnadvogados.com
 Site: www.rsnadvogados.com

Rui Pinto Duarte & Associados –
Sociedade de Advogados R.L.
 Rua Castilho, 14-C, 5.º
 1250-069 Lisboa
 Telef: (+351) 213 170 460
 E-mail: geral@rpdadvogados.pt
 Site: www.rpdadvogados.pt

Sampaio, Peres & Associados
 Avenida Elias Garcia 20,7º
 1000-149 Lisboa
 Telef: (+351) 217 970 014
 E-mail: osa-5843l@adv.oo.pt

Saraiva Lima & Associados
 Avenida António Augusto de Aguiar,
 nº 15 – 1º Direito 1050-012 Lisboa
 Telef: 213 110 790
 Site: www.saraivalima.com

Saragoça da Matta & Silveiro
de Barros – Soc. Advogados
 Rua Carlos Testa N.º 1 - 5 B
 1050-046 Lisboa
 Telef: (+351) 213 712 680
 E-mail: info@smsb.pt | Site: www.smsb.pt

Seabra, Cunha, Marta & Associados
 R. Marquês De Fronteira, 117- 3º Esq.
 1070-292 Lisboa
 Telef: (+351) 213 841 840
 E-mail: advogados@sgfc-law.pt
 Site: www.sgfc-law.pt

Servulo & Associados - Sociedade de Advogados, SP, RL
Rua Garrett, 64 - 1200-204 Lisboa
Telef: 210933000
E-mail: servulo@servulo.com
Site: www.servulo.com

Silva e Sousa & Associados - Soc. Advogados R.L.
Av. Praia Da Vitória 48 - 3º Esq
1050-184 Lisboa
Telef: (+351) 213 714 740
E-mail: secretariado@iberjuris.com
Site: www.iberjuris.com

Simões Correia Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Rodrigo Da Fonseca, 178, 1º Dto.
1070-243 Lisboa
Telef: (+351) 213 713 220
E-mail: geral@simoescoreiaassociados.pt
Site: www.simoescorreiaassociados.pt

SLCM//Serra Lopes, Cortes Martins & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
Rua General Firmino Miguel, Nº3, Torre 2 10º B | 1600-100 Lisboa
Telef: (+351) 217 234 000
E-mail: slcm@slcm.pt | Site: www.slcm.pt

Sottomayor & Associados
Rua Do Nogueiral, 9 2350-724 Torres Novas
Telef: (+351) 249 812 667
E-mail: geral@sottomayorassociados.com / sottomayorassociados@gmail.com
Site: www.sottomayorassociados.com

Sousa Guedes, Oliveira Couto & Associados – Sociedade de Advogados R.L.
Rua Ricardo Severo, 132 4050-515 Porto
Telef: (+351) 225 430 230
E-mail: sgoc@sgoc.pt | Site: www.sgoc.pt

Sousa Machado, Ferreira da Costa & Associados – Soc. de Advogados R.L.
Rua Castilho Nr. 5 - 4º
1250-066 Lisboa
Telef: (+351) 210 924 800
E-mail: mail@smfnet.com
Site: www.smfnet.com

SPS Advogados – Sociedade de Advogados
Rua General Firmino Miguel, n.º 5 – 11º
1600-100 Lisboa
Telef: (351) 217 803 640
E-mail: info@spsadvogados.com
Site: www.spsadvogados.com

SRS Advogados
R. Dom Francisco Manuel de Melo 21
1070-085 Lisboa
Telef: (+351) 213 132 000
E-mail: geral.portugal@srslegal.pt
Site: www.srslegal.pt

Sternberg Galamba & Associados – Sociedade de Advogados R.L.
Rua Nv Trindade 1,5ª-Porta S 1200-301 Lisboa
Telef: (+351) 213 219 900
E-mail: sga.advogados@stga.pt

Tavares de Carvalho & Associados – Sociedade de Advogados, R.L
Rua Tierno Galvan (Amoreiras)
Torre 3, 17º Piso 1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 825 820
E-mail: tca@tc-advogados.pt

Teresa Patrício & Associados – Sociedade de Advogados R.L
Avenida Almirante Gago Coutinho, 96
1700-031 Lisboa
Telef: (+351) 217 981 030
E-mail: info@tpalaw.pt
Site: www.tpalaw.com

Telles de Abreu Advogados
Rua da Restauração, 348 4050-501 Porto
Telef: (+351) 220 308 800
E-mail: geral@telles.pt | Site: www.telles.pt

TFRA – Sociedade de Advogados
Av. da República, 32 - 4.º Esq.
1050-193 Lisboa
Telef: 217 815 660
E-mail: lawfirm@tfrac.pt | Site: www.tfrac.pt

TLCB Advogados – Amorim Teixeira, Couto, Borgas & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Rua De Vilar, 235, 4º Andar, Sala 404
4050-626 Porto
Telef: (+351) 222 085 316
E-mail: geral@tlcb.pt
Site: www.tlcb.pt

TMA – Tenreiro Martins, Tomás & Associados – Sociedade de Advogados, R.L
Av. Da Liberdade Nr. 9, 5º
1250-139 Lisboa
Telef: (+351) 217 615 510
E-mail: tma@tma-advogados.pt
Site: www.tma-advogados.pt

Uria Menéndez, Prouença de Carvalho
Edifício Rodrigo Uria – Praça Marquês de Pombal, n.º 12, 1250-162 Lisboa
Telef: (+351) 210 308 600
E-mail: lisboa@uria.com
Site: www.uria.com

Vasconcelos, Arruda & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Joshua Benoliel, 6 – 7ª A
1250-133 Lisboa
Telef: (+351) 218 299 340
E-mail: geral@vaassociados.com
Site: www.vaassociados.com

Vaz Serra & Associados – Sociedade de Advogados R.L.
Av. Sidónio Pais 16 - 5º Dto
1050-215 Lisboa
Telef: (+351) 213 840 086
E-mail: lawyers@vsa-law.net
Site: www.vsa-law.net

Vieira de Almeida & Associados
Rua Dom Luís I, 28 1200-151 Lisboa
Telef: (+351) 213 113 400
E-mail: lisboa@vda.pt | Site: www.vda.pt

Vespasiano Macedo & Associados Sociedade de Advogados, R.L
Rua Do Raio, 301 4710-923 Braga
Telef: (+351) 253 203 550
E-mail: vm-advogados@vm-advogados.pt
Site: www.vm-advogados.pt

Victor Marques e Associados – Sociedade de Advogados, R.L
Rua Actor Taborda, Nº 27 – 4º Dto
1000-007 Lisboa
Telef: (+351) 213 521 545
E-mail: geral@vm-advogados.com
Site: www.vm-advogados.com

Vieira Advogados
Rua de Janes, 20, 1º andar, sala 101
4700-318 Braga
Telef: (+351) 253 995 296
E-mail: braga@vieiralawfirm.eu
Site: www.vieiralawfirm.eu

Vieira Conde & Associados – Sociedade de Advogados, R.L
Edifício Arnado, Business Center - Piso 1,
Sala 7, Rua João De Ruão, Nr. 12
3000-229 Coimbra
Telef: (+351) 239 854 610
E-mail: geral@vc-advogados.pt
Site: www.vc-advogados.pt

Vieira Fonseca & Associados
Praça Do Príncipe Real, 28, 3º Andar
1250-184 Lisboa
Telef: (+351) 218 429 920
E-mail: master@vfadvogados.pt
Site: www.vieirafonseca.pt

Vieira, Costa Gomes Sociedade de Advogados, R.L
Avenida Miguel Bombarda, Nº 36 – 5º B
Edifício Presidente 1050-165 Lisboa
Telef: (+351) 217 810 910
E-mail: geral@vieiracostagomes.pt
Site: www.vieiracostagomes.pt

Villalobos & Associados – Sociedade de Advogados
Rua Tierno Galvan Torre 3, 4ª-S 412
1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 813 170
E-mail: v.a@villalobosadv.com

VPA – Venture Partners Advogados
Rua Projectada à Matinha, Prédio A, 1ºB
1950-327 Lisboa
Telef: (+351) 211 387 417
E-mail: mail@vpa.pt | Site: www.vpa.pt

VPSM & Associados
Av. Da República, Nº6 - 4º 1050-191 Lisboa
Telef: (+351) 213 588 710
E-mail: geral@vpsm.eu
Site: www.vpsm.eu

HALX Advogados
Rua João Penha 10 r/c
1250-131 Lisboa
Telef: + 351 213 869 333
E-mail: halx@halx-advogados.com
Site: halx@halx-advogados.com

Yolanda Busse, Oehen Mendes & Associados . Soc. Adv. R.L.
Av. Dr. Antunes Guimarães, 700
4100-075 Porto
Telef: (+351) 226 100 001
E-mail: ybom@netcabo.pt
Site: www.ybom.eu

Esta é uma listagem representativa das sociedades e dos escritórios de advogados disponíveis no mercado português, elaborada com base na recolha de informação feita pelo Jornal Económico.

Justiça seja feita: com mais de 4 mil clientes, somos o parceiro ideal.



Partilhamos com mais de 4000 clientes e parceiros as suas metas e desafios. As suas conquistas são as nossas e é este compromisso que faz a nossa reputação e sucesso.

Na Moneris, vivenciamos um conjunto de valores que definem a nossa identidade e que guiam as nossas ações. São estes valores que nos tornam líderes na prestação de serviços de contabilidade, consultoria e apoio à gestão, honrando-nos em ter o reconhecimento não apenas dos nossos clientes, mas também dos nossos parceiros de áreas complementares do conhecimento e do saber.

Atuamos como um verdadeiro parceiro, contando com profissionais altamente qualificados e com serviços diferenciados, suportados por centros de competência que detêm o conhecimento e a especialização em áreas transversais da gestão, essenciais para o desenvolvimento dos negócios e das empresas.

Somos o maior grupo nacional de contabilidade e apoio à gestão, presente de norte a sul de Portugal, com uma rede de 20 escritórios suportada por, aproximadamente, 300 consultores.

Integramos uma das maiores redes mundiais de empresas de auditoria, contabilidade e serviços jurídicos – a MSI Global Alliance –, com presença em mais de 100 países em todo o mundo, ampliando assim a nossa capacidade de apoiar as empresas além fronteiras.

moneris

- contabilidade e reporting
- assessoria fiscal
- recursos humanos
- corporate finance
- risco e compliance
- seguros
- formação

moneris.pt

A member of



Independent legal & accounting firms

europa
áfrica
américa
ásia
oceania

portugal lisboa leiria
porto santarém
faro setúbal
aveiro vila real
bragança viseu



CATÓLICA
FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DE LISBOA

MES
TRADOS
DOS DIREITO
2023 | 2024

fd.lisboa.ucp.pt
mestradosdireito.sede@ucp.pt
Telefone 217 214 174

CATOLICA
GOV

ADMINISTRATIVO

PARCEIRO | Sérvulo & Associados

EMPRESARIAL

PARCEIRO | VdA - VdA Academia

FORENSE

PARCEIROS | PLMJ | Sérvulo & Associados
| VdA - VdA Academia

DIREITO E GESTÃO

CATOLICA
FACULDADE DE DIREITO
ESCOLA DE LISBOA

CATOLICA
LISBON
UNIVERSITY OF ECONOMICS AND BUSINESS

CATOLICA
TAX

FISCAL

PARCEIRO | PLMJ

<https://www.instagram.com/direitoenacatolica/>

<https://www.facebook.com/direitonacatolica>

<https://www.linkedin.com/company/faculdade-de-direito-escola-de-lisboa/>

